



ANAIIS 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Professor Mello Cançado

M149

Mostra de monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas (2023: Pará de Minas).

Anais da mostra de monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas, 10 a 14 de julho de 2023 e 09 a 12 de dezembro de 2023. / Faculdade Católica de Pará de Minas. -- Pará de Minas: FAPAM, 2023.

137 p.

Vários autores.

Vários colaboradores.

1. Monografias. 2. Trabalho de conclusão de curso. 3. Direito. 4. Psicologia. 5. Enfermagem. I. Título

CDD:001.42

CDU: 003.6

Bibliotecária: Janaína Cunha da Silva – CRB-6/3701

CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS

DIRETORIA DA CONFRARIA – MANTENEDORA (2023 – ATUAL)

Rua Ricardo Marinho, 110
Bairro São Geraldo
35660-398
Pará De Minas – MG
(37) 3237-2000

FACULDADE CATÓLICA DE PARÁ DE MINAS – MANTIDA (2023 - ATUAL)

Rua Ricardo Marinho, 110
Bairro São Geraldo
35660-398
Pará De Minas – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR ESPIRITUAL

REVMO. PE Emerson José da Cunha
PRESIDENTE

Flávio Salgueiro Moreira

VICE-PRESIDENTE

Maria José de Jesus

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Maria Inêz da Silva Batista

SEGUNDO SECRETÁRIO

José Heliomar Camargos

PRIMEIRA TESOUREIRA

Clarice Aparecida Camargos de Oliveira

SEGUNDA TESOUREIRA

Ana Maria Moreira da Silveira

DIRETOR GERAL

Prof. Ms. Wellington Clayton Silva

VICE-DIRETOR

Prof. Ms. Elias Wagner Silva

CONSELHO SUPERIOR (CONSUPE)

Prof. Ms. Wellington Clayton Silva

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E

EXTENSÃO (CONSEPE)

Prof. Ms. Elias Wagner Silva

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa

Morais – Coordenador

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E

EXTENSÃO (CEPE)

Prof. Msc. Reinaldo Rícharde de Oliveira Galvão –

Coordenador

PREFÁCIO

Prof. Me. Renato Vasconcelos de Melo

Prezados leitores,

Passamos um considerável tempo de nossas vidas buscando algo novo, novas descobertas, soluções de problemas e tudo que de alguma forma possa nos transformar. Assim sendo, podemos e devemos entender que a leitura é um recurso insuspeito, igualitário e acessível, que nos proporciona direcionamentos claros e conscientes para que possamos continuar sentenciando nossa história.

Não podemos renunciar a ampla liberdade que desfrutamos de acessar os vários e múltiplos instrumentos de leitura que possuímos. Porém, o que precisa ser evidenciado, é a necessidade de fazermos escolhas apropriadas de leituras, que estejam conectadas aos nossos desejos e as nossas necessidades de construção e transformação do nosso conhecimento.

Refletindo sobre as escolhas apropriadas de leituras, podemos proclamar que as produções acadêmicas elaboradas com dedicação e diligência, seguindo normas e regulamentos, colaboram e sustentam a construção e a transformação do conhecimento.

Diante desta assertiva, o trabalho de conclusão de curso torna-se uma considerável e reputada fonte de leitura, pois por meio dele, o acadêmico determina uma tese, examina, considera, reflete, investiga situações problemáticas, compara e testa entendimentos teóricos e práticos anteriormente à apresentação da sua conclusão.

Por estes e outros argumentos o trabalho de conclusão de curso desenvolve a capacidade de análise crítica ao acadêmico além de divulgar, registrar achados significativos e os conhecimentos produzidos.

A Faculdade Católica De Pará De Minas – FAPAM, é uma instituição de ensino superior comprometida com o incentivo e a promoção da pesquisa. Dentre os objetivos da instituição relacionados ao desenvolvimento das pesquisas, evidencia-se o entendimento que através dos projetos de pesquisas, a sociedade pode ser melhor assistida em suas necessidades e interesses, por meio da geração e transformação do conhecimento. Através das pesquisas, os problemas são avaliados com mais precisão, possibilitando maior assertividade para seu desfecho. Sendo assim, a Faculdade Católica De Pará De Minas – FAPAM, através de suas ações de incentivo à pesquisa, admite claramente que a leitura e a pesquisa, são aspectos vitais e imprescindíveis a todo ingressante do ensino superior.

Diante dos desafios para o desenvolvimento das pesquisas, nos deparamos com o desinteresse de alguns acadêmicos a respeito do assunto ou até mesmo de temáticas e conteúdos propostos. É preciso aguçar a curiosidade dos acadêmicos, pois através da curiosidade irá surgir a necessidade de entender a causa, o que está por trás daquilo que lhe chamou a atenção. Para isto, torna-se necessário a discussão de temas relevantes e conectados a realidade dos acadêmicos.

Mesmo diante das adversidades precisamos entender que as pesquisas colaboram com o engrandecimento da sociedade através das investigações e construção de conhecimentos sociais, econômicos, etc.

Você está próximo de realizar uma leitura apoiada e estabelecida pela curiosidade, necessidade de identificar causas, investigações e estudos que certamente irá favorecer a construção e desenvolvimento de seu conhecimento. Aproveite a oportunidade. Boa leitura.

Sumário

DIREITO - 1º. SEMESTRE DE 2023	12
A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O APLICATIVO UBER E OS MOTORISTAS	13
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NA QUITAÇÃO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO ORIUNDO DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA.....	14
A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS: ANÁLISE DA DEFICIÊNCIA NORMATIVA E SOCIAL DE PROTEÇÃO AO BEM-ESTAR ANIMAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	15
LEI MARIA DA PENHA - UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO ..	16
NEOLIBERALISMO E VIRADA TECNOLÓGICA: ANÁLISE SOBRE AS ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS (ODRS)	17
O SUPERENDIVIDAMENTO GERADO PELA ONIOMANIA NO DIREITO DO CONSUMIDOR	18
VIOLAÇÃO DA IMAGEM ATRAVÉS DO USO DE MEMES E FIGURINHAS (STIKERS): OS RISCOS E CONSEQUÊNCIAS DA PROPAGAÇÃO VIRTUAL.....	19
REFLEXÕES SOBRE A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	20
A RELAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS E O APLICATIVO DE ALUGUEL POR TEMPORADA: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DOS JULGAMENTOS RECENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DA LEI 14.309/2022.....	21
PROTEÇÃO DOS ANIMAIS E OS CRIMES DE CRUELDADE E MAUS TRATOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO PENAL	22
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	23
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AS PRINCIPAIS LEIS E SUAS RESPECTIVAS CONSEQUÊNCIAS.	24
MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS PARA SATISFAÇÃO DE DÍVIDA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE AO JULGAMENTO DA ADI 5941	25
ASPECTOS LEGAIS SOBRE A VENDA CASADA DE DIÁRIAS EM HOTÉIS E POUSADAS	26
A SEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA E O ESTUPRO: UM ESTUDO SOBRE O ESTUPRO DESDE A ÉPOCA DA ESCRAVIDÃO	27
IMPORTÂNCIA DA TRANSMISSÃO AO VIVO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA EFETIVAR O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	28
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DO JURI	29
A BUSCA PELA IGUALDADE DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	30
DIREITO DIGITAL NO CONSUMO: IMPACTO DE INFLUENCIADORES DIGITAIS E SUAS RESPONSABILIDADES	31

RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA PELA PRÁTICA DE RACISMO CONTRA O EMPREGADO NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	32
ENFERMAGEM - 1º. SEMESTRE DE 2023	33
A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: COM ÊNFASE EM LINFOMA NÃO HODGKIN	34
A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES QUANTO À CONSULTA DE PUERICULTURA EM CRIANÇAS DE 0 À 2 ANOS: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PARÁ DE MINAS-MG	35
O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO A PACIENTES COM DIABETES MELITUS	36
SAÚDE MENTAL: O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO HUMANIZADO	37
OS CUIDADOS DA ENFERMAGEM EM RELAÇÃO AOS ATENDIMENTOS AS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	38
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO À GESTANTE COM DIAGNÓSTICO DE SÍFILIS.....	39
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO ESTETA: COMPETÊNCIA E DESAFIOS	40
PALAVRAS-CHAVE: COMPETÊNCIA. DESAFIOS. ENFERMAGEM. ENFERMEIRO. ESTÉTICA.ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO USUÁRIO PORTADOR DE ÚLCERA POR PRESSÃO CRÔNICA	40
A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES QUANTO À CONSULTA DE PUERICULTURA EM CRIANÇAS DE 0 À 2 ANOS: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PARÁ DE MINAS-MG	42
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO A GESTANTE DO SISTEMA PRISIONAL.....	43
O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS DOS PACIENTES RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA.....	44
RELAÇÃO DA MICROBIOTA INTESTINAL NA OBESIDADE E SEU QUADRO INFLAMATÓRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	45
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AOS PACIENTES COM DOENÇA DE ALZHEIMER: REVISÃO INTEGRATIVA	46
CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM TRAUMA RAQUIMEDULAR: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ÓTICA DO PACIENTE.....	47
A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA	48
O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS DOS PACIENTES RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA.....	49
CUIDADOS PALIATIVOS: UMA VISÃO DA ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DIRECIONADO A PACIENTES IDOSOS	50

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM TRAUMA RAQUIMEDULAR: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ÓTICA DO PACIENTE.....	51
EDUCAÇÃO PERMANENTE SOBRE HIPODERMÓCLISE PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.....	52
A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NO TRATAMENTO DE DEPRESSÃO NA ESQUIZOFRENIA	53
A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NO TRATAMENTO DE DEPRESSÃO NA ESQUIZOFRENIA	54
A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA.....	55
O PAEL DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO A PACIENTES COM DIABETES MELLITUS.....	56
OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS NO APOIO E NA ACEITAÇÃO DAS DOENÇAS CONSIDERANDO OS EFEITOS FÉ E DA ESPIRITUALIDADE	57
PSICOLOGIA - 1º. SEMESTRE DE 2023.....	58
OS CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE: A PSICOTERAPIA BREVE COMO INTERVENÇÃO	59
A FELICIDADE PLENA COMO ENGODO DA PSICOFARMACOLOGIA.....	60
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COMO ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA PARA A REINSERÇÃO DO DEPENDENTE QUÍMICO NO TRABALHO	61
OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS PELA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL ..	62
PSICANÁLISE E FAKE NEWS: ENTRE A VERDADE DO SUJEITO E A MENTIRA DA NOTÍCIA	63
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A PESSOA COM SURDEZ: LIBRAS E AS DEMANDAS DE UMA VIDA SILENCIOSA	64
O SENTIDO DO TRABALHO: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA HUMANISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA FELICIDADE E DA PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	65
A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL DOS JOGADORES DE FUTEBOL BRASILEIRO	66
PARADIGMAS DA PSICOLOGIA E DA ESPIRITUALIDADE: UMA VISÃO INTEGRADA E TOTALIZADA DO SER HUMANO	67
A NECESSIDADE DO ATENDIMENTO HUMANIZADO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DESDE A DENÚNCIA.....	68
EDUCAR-SE PARA A MORTE: UMA BÚSSOLA PARA O VIVER.....	69
A VOZ DO QUARTO DE DESPEJO: CONSIDERAÇÕES PSÍQUICAS SOBRE O FENÔMENO DA FOME PARTIR DO DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS	70

A PERCEPÇÃO COMO FERRAMENTA DE AUTO DESCOBERTA: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O SUJEITO E O MUNDO	71
A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE OTIMIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO.....	72
A EVOLUÇÃO DO AMOR: AMORES LÍQUIDOS.....	73
DIREITO - 2º. SEMESTRE DE 2023.....	74
DO RECONHECIMENTO À TEORIA DAS FALSAS MEMÓRIAS: O PODER DA INFLUÊNCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL PERANTE AS PROVAS NO PROCESSO PENAL	75
A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NOS CONCURSOS DA POLÍCIA MILITAR.....	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E ORDENAMENTO JURÍDICO: AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL ESPECIALIZADA NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS	77
A CRIMINALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	78
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ABUSADOR PERANTE CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL	79
A (IN)EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS LEIS PENAIS SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	80
ENTRE SÍMBOLOS E REALIDADES: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA.....	81
O VÍNCULO EMPREGATÍCIO E A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS CYBER-ATLETAS: DA (DES)NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS PROFISSIONAIS DE E-SPORTS	82
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 90-A DA LEI 9.099/95.....	83
A LICENÇA PARENTAL COMO BENEFÍCIO PARA HOMENS E MULHERES TRANS À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	84
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO DO CONSUMIDOR: A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FORNECEDORES PELO TRATAMENTO INADEQUADO DE DADOS PESSOAIS.....	85
O DESTINO DOS EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS EM CASO DE DIVÓRCIO	86
A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR POR VÍCIO OCULTO NA INDÚSTRIA TECNOLÓGICA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, SEGUNDO ENTENDIMENTO DO STJ	87
A INCIDÊNCIA DO DOLO NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SEUS EFEITOS.....	88

DRESS CODE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: É POSSÍVEL NA ESFERA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ESTABELECEM VESTIMENTA OBRIGATÓRIA PARA A FREQUÊNCIA EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS?.....	89
A FINALIDADE E OS EFEITOS DA CONFISSÃO NOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	90
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 492, I, “E” DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	91
A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	92
A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	93
PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES DA JUSTIÇA NEGOCIAL PENAL: UM ESTUDO SOBRE SUA INCORPORAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	94
ABUSO DO DIREITO NA RECLAMAÇÃO DOS CONSUMIDORES	95
A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NA JUSTIÇA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE O MOMENTO DE SUA APLICAÇÃO À LUZ DE PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS.....	96
MICROSSISTEMA COLETIVO, AÇÃO POPULAR E A DISCUSSÃO CRÍTICA SOBRE SEU OBJETO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	97
A INCONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	98
OS ACIDENTES DE TRÂNSITO, AS CAUSAS DE AUMENTO PREVISTAS NA LEI 9503/97, E A (IM)POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE DOLO.....	99
APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS CONTIDO NA LEI 11.343/06	100
MEDIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES QUE ENVOLVAM ALIENAÇÃO PARENTAL: ANÁLISE DA (IN)APLICABILIDADE E EVENTUAIS OBSTÁCULOS E LIMITAÇÕES	101
A CONFIGURAÇÃO DO ACIDENTE DE TRABALHO NA MODALIDADE DE TELETRABALHO	102
ESTUDO DA PEJOTIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO VÍNCULO DE EMPREGO E AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DELE DECORRENTES.....	103
USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS:POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUA APLICAÇÃO.....	104
DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA POR SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A ÓTICA DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO NON BIS IDEM	105
INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DA HOMOFobia NAS EMPRESAS: UM ESTUDO DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO.....	106

UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	107
A RESPONSABILIDADE DOS INSTAGRAMMERS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	108
ASPECTOS CARACTERIZADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE ENGANOSA OU ABUSIVA.....	109
A (IN)DISPENSABILIDADE DO ADVOGADO DURANTE A OITIVA DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS NA FASE DE INQUÉRITO POLICIAL.....	110
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO: INOVAÇÕES E RESTRIÇÕES INTRODUZIDAS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	111
ATIVISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA SENTENÇA ULTRA PETITA.....	112
FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE À MULHER TRANSSEXUAL	113
PRESCRIÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO	114
(IN)CONSTITUCIONALIDADE E (I)LEGALIDADE DO PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO” NO BRASIL.....	115
A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS COTAS ELEITORAIS.....	116
A SELETIVIDADE PENAL NO SISTEMA CARCERÁRIO DE PARÁ DE MINAS.....	117
OMISSÃO ESTATAL EM FACE DAS MULHERES ACAUTELADAS: DESAFIOS FACTUAIS DENTRO E FORA DO CÁRCERE	118
PROTEÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO CORPO E INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA.	119
DESIGUALDADE NA APLICAÇÃO DO ARTIGO 28 DA LEI DE DROGAS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE E IMPLICAÇÕES PENAIS.....	120
A IMPORTÂNCIA DO JUIZ DE GARANTIAS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA DISSONÂNCIA COGNITIVA.....	121
ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MUNICÍPIOS	122
A RESPONSABILIDADE PENAL DO MÉDICO NO COMÉRCIO DE ÓRGÃOS HUMANOS.....	123
FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: O DIREITO A ALIMENTOS E GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	124
UM ESTUDO DA SÚMULA 381 DO STJ A LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	125
A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A (IM)POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS INFRATORES.....	126
ADOÇÃO DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS: UM ESTUDO ÉTICO-JURÍDICO NO ORDENAMENTO LEGAL BRASILEIRO	127

ANÁLISE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA	128
A GESTAÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS POST MORTEM DE UM DOS DOADORES DE MATERIAL GENÉTICO NÃO ANÔNIMO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO SUCESSÓRIO	129
A (NÃO) INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) SOBRE OS ATOS COOPERADOS E NÃO COOPERADOS DE ENTIDADE DE SAÚDE	130
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: UM ESTUDO DOS DANOS AMBIENTAIS DAS MINERADORAS E A OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO	131
ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A (IR)RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL PELA DÍVIDA TRABALHISTA DO CLUBE DE FUTEBOL	132
TRABALHO INFANTIL E INFLUENCERS MIRINS: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA NÃO-REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE TRABALHO	133
SISTEMA DE COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA BRASILEIRA E A VISIBILIDADE DAS MULHERES PERTENCENTES A GRUPOS MINORITÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE A ÓPTICA DO ARTIGO 10, § 3º DA LEI 9.504/1997	134
(IN)DISPONIBILIDADE DO CANNABIDIOL PARA O TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA E A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO PELO SUS	135
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO HIPÓTESE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO	136
OS EFEITOS DA DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL	137

DIREITO - 1º. SEMESTRE DE 2023

A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O APLICATIVO UBER E OS MOTORISTAS

ANA CAROLINA NOGUEIRA LOPES
caroolnogueiral@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo do presente artigo é verificar a possibilidade de se estabelecer relação de emprego entre o aplicativo Uber e os motoristas. O crescente desenvolvimento tecnológico no que diz respeito ao transporte privado individual levanta muitas questões e conflitos. O aplicativo Uber foi introduzido no Brasil em 2014, inicialmente, os motoristas eram chamados de autônomos. No entanto, após as discussões sobre este tema, não é possível aferir de forma inequívoca se os motoristas são autônomos ou empregados, por existirem alguns requisitos indispensáveis na relação de trabalho na lista. Tal polêmica motivou o desenvolvimento deste artigo científico.

PALAVRAS-CHAVE: Aplicativo Uber. Motoristas. Emprego.

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NA QUITAÇÃO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO ORIUNDO DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA

BRENDA HELENA SÃO JOSÉ
Brendahela99@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho visa abordar o crime de apropriação indébita previsto no artigo 2º, inciso II da Lei nº 8.137/1990, a partir da constituição definitiva do crédito tributário, abordando especificamente a extinção da punibilidade a partir da quitação deste débito, matéria de grande importância para o direito tributário e, conseqüentemente, para o direito penal. O Direito Tributário tem passado por transformações: inúmeros são os julgamentos que abordam a matéria tributária, devido à necessidade de se evitar abusos e arbitrariedades na cobrança de tributos e seus respectivos débitos pelo Estado, como detentor do poder de arrecadar. Como será visto, para que o direito penal seja atuante em determinado caso, já que é a ultima ratio, é necessário percorrer todo o caminho administrativo-fiscal, que será explicado, devendo deixar esclarecido que o Direito Penal não pode ser colocado no lugar do Direito Administrativo para exigir e compelir o devedor tributário ao pagamento do crédito tributário.

PALAVRAS-CHAVE: Débito Tributário; Apropriação Indébita Tributária; Icms; Delito.

A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS: ANÁLISE DA DEFICIÊNCIA NORMATIVA E SOCIAL DE PROTEÇÃO AO BEM-ESTAR ANIMAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ELISA FERNANDES MACIEL RIBEIRO
elisafernandesmacielr@gmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a condição jurídica dos animais e a proteção constitucional dada a eles, tendo em vista que os animais possuem alguns direitos e ainda existe uma negligência e deficiência no ordenamento jurídico aplicável aos animais. Primeiramente será realizado uma análise na legislação no âmbito dos Direitos dos Animais e sua evolução ao decorrer dos tempos. Posteriormente será analisado a deficiência normativa e social na proteção ao bem-estar animal, dentro do ordenamento jurídico e da sociedade. A pesquisa possui o método hipotético-dedutivo, e é bibliográfica, utilizando-se da legislação brasileira, doutrina, artigos acadêmicos e notícias especializadas. Pretende-se responder a seguinte questão: quais ações podem ser adotadas para conferir força à legislação atual de proteção ao direito animal, e o que pode ser melhorado neste âmbito?

PALAVRAS-CHAVE: Animais; Proteção Dos Animais; Bem Estar; Ordenamento Brasileiro Jurídico.

LEI MARIA DA PENHA - UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

FELIPE FRANCO FLORES
felipefflores@hotmail.com

FRANCISCO VILAS BOAS
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Com o advento da Lei nº 11.340/2006, batizada de Lei Maria da Penha, houve grande impulso no combate à violência de gênero, de modo a promover mecanismos com escopo de amparar a mulher vítima de tal violência, coibindo o comportamento reiterado dos agressores e censurando a leniência da justiça brasileira em relação à necessidade de promover iniciativas de proteção às partes hipossuficientes. Objetivou-se através do presente trabalho analisar toda a formação histórica da violência doméstica, elucidando a profunda raiz cultural desta, que se faz presente na sociedade nacional desde sua formação e é contumaz até os tempos contemporâneos, o que nos leva à necessidade e então surgimento da Lei Maria da Penha. Dito isso, o presente trabalho tem por objetivo responder à seguinte pergunta, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e do método hipotético-dedutivo: quais são os principais desafios e problemáticas enfrentados na implementação e efetividade da Lei Maria da Penha no combate à violência de gênero?

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria Da Penha, Violência Domestica.

NEOLIBERALISMO E VIRADA TECNOLÓGICA: ANÁLISE SOBRE AS ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS (ODRS)

GEOVANNA RODRIGUES SOARES CAMARGOS
geovannacamargos@hotmail.com

CLENDERSON RODRIGUES DA CRUZ
clenderson.cruz@fapam.edu.br

RESUMO

A tentativa de implementação do movimento de socialização no ordenamento jurídico pátrio foi deturpada pela lógica neoliberal, inaugurando, o chamado neoliberalismo processual. Nesse sentido, o mencionado paradoxo estatal aplicado ao processo parte de pressupostos de celeridade e eficiência processual a qualquer custo, uma vez que almeja seguir a lógica de mercado. Assim, para tal razão não é interessante a diminuição da litigiosidade, mas a diminuição de gastos e dos números de demandas em detrimento da mínima técnica processual e observância das garantias constitucionais. Doutra lado, tem-se a virada tecnológica, melhor dizendo, o uso da tecnologia aplicado ao processo civil, destacando-se a inteligência artificial. Nesse ínterim, vislumbra-se as online dispute resolutions – ODRs, plataformas utilizadas para a resolução de demandas online, como, por exemplo, a plataforma Modria que já chegou a resolver mais de sessenta milhões de conflitos por ano. Acrescente-se que as ODRs tem sido cada vez mais utilizadas na esfera pública, especialmente, no judiciário. Observa-se que as ODRs, inteligência artificial concebida para o sistema privado e transplantada para a esfera pública, podem estar a serviço da racionalidade neoliberal, caso não sejam realizadas as devidas adequações e observadas as garantias constitucionais. Além do mais, o déficit informacional e a falta de transparência podem induzir a parte hipossuficiente a realizar acordos, ainda mais quando esses acordos são realizados com litigantes habituais.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Processual Civil; Virada Tecnológica; Neoliberalismo; Resolução De Demandas Virtuais.

O SUPERENDIVIDAMENTO GERADO PELA ONIOMANIA NO DIREITO DO CONSUMIDOR

HENRIQUE BAHIA MEGALE
henriquebahiapit@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

A finalidade da presente pesquisa é dissertar sobre como o Direito do Consumidor pode atuar para resolver o problema do superendividamento gerado pela oniomania, questão que afeta cada vez mais pessoas na sociedade de consumo da modernidade. Será feita uma análise sobre a oniomania, bem como o impacto que ela gera na sociedade de consumo da atualidade, além de se abordar o superendividamento, trazendo vários panoramas sobre ele, tais como conceito, tratamento legislativo, dados quantitativos, entre outros. Em seguida, serão expostos os princípios jurídico-consumeristas que legitimam a intervenção desse ramo jurídico para resolver o problema do superendividamento gerado pela oniomania, para, no final, apresentar possíveis soluções das quais o Direito do Consumidor pode se utilizar para resolver tal óbice.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Oniomania; Superendividamento; Direito Do Consumidor; Sociedade De Consumo.

VIOLAÇÃO DA IMAGEM ATRAVÉS DO USO DE MEMES E FIGURINHAS (STIKERS): OS RISCOS E CONSEQUÊNCIAS DA PROPAGAÇÃO VIRTUAL

HENRIQUE SILVA DOS SANTOS
henriquekj05@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho propõe a explorar a relação que os memes têm com os direitos da personalidade, especialmente a imagem, relação que fica bem evidente pelo dinamismo proporcionado pela internet e pelos desafios colocados ao direito para oferecer meios de proteção que levem em conta o novo contexto social, no qual está inserido. Inicialmente iremos explicar a origem do direito da personalidade, em específico o direito de Imagem e a previsão normativa do direito de imagem, uma vez que, o uso e criação dos memes e figurinhas de WhatsApp estão se tornando rotineiros nos dias atuais, sem previa autorização no uso dessas imagens, abordaremos também sobre a velocidade com que as informações se espalham na internet, devido à grande parte da população brasileira ter acesso a essas mídias sociais e plataformas digitais, além de tratarmos sobre o conceito de meme e responsabilidade civil no uso de memes na internet. Mostraremos casos emblemáticos do uso da imagem vinculados aos memes da internet, casos esses que se tornaram populares pela disseminação dessas imagens em várias páginas da internet, como o famoso caso do idoso “te sento a vara” e da menina Alice a menininha de 3 anos conhecida por falar palavras difíceis para a sua idade, que contracenou ao lado de Fernanda Montenegro. Em seguida, busca-se demonstrar as limitações dos atuais meios de tutela em casos concretos de lesão aos direitos da personalidade e propor uma ferramenta de prova nos debates sobre questões relacionadas à internet. Por meio de uma análise jurisprudencial, demonstra-se quais critérios os tribunais brasileiros têm adotado.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Civil, Direito Da Personalidade, Direito De Imagem, Memes.

REFLEXÕES SOBRE A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

ISABELLA DUARTE DA SILVA
bellaisapit@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se, no presente trabalho realizar uma análise no tocante à questão da uberização e da possibilidade de reconhecimento de um vínculo empregatício entre motoristas de aplicativo e empresas tomadoras de serviços (como a Uber, por exemplo). Nesse esteio, considera-se que a uberização se trata de uma nova forma de modalidade trabalhista, mais flexível e ainda não tratada de forma ampla pelo ordenamento jurídico pátrio. Em virtude de tratar-se de um assunto recente, vários motoristas propuseram ações na Justiça do Trabalho, em busca desse reconhecimento. Dessa forma, tem-se, atualmente, decisões contrárias sobre o mesmo tema, seja em âmbito de instâncias inferiores ou superiores, ora considerando que existe uma subordinação estrutural entre tais partes, ora desconsiderando a existência de uma subordinação. Diante disso, coaduna-se com o posicionamento de que existem possibilidades de reconhecimento de um vínculo laboral, principalmente porque as empresas tomadoras de serviço controlam dados dos motoristas, dos clientes e das rotas que serão feitas. Desse modo, diante da preponderância do princípio da primazia da realidade, mister que se considere o vínculo empregatício. Aduz-se, ademais, que a temática foi também tratada no PL nº 974/2021, no qual propõe-se a inserção de mais um artigo na CLT, que abranja os direitos dos motoristas de aplicativo, equiparando-os aos demais trabalhadores. Com relação à metodologia adotada, enfatiza-se a utilização de instrumentos bibliográficos, jurisprudenciais e doutrinários, haja vista tratar-se de um tema predominantemente teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Uberização; Direito Ao Transporte; Vínculo De Emprego; Uber; Direito Do Trabalho.

**A RELAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS E O APLICATIVO DE ALUGUEL POR
TEMPORADA: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DOS JULGAMENTOS RECENTES DOS
TRIBUNAIS SUPERIORES E DA LEI 14.309/2022**

JÚLIA MARIA FERREIRA
julinha0511@hotmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca tão somente fazer um breve estudo acerca da relação existente entre os condomínios e os aplicativos de aluguel por temporada, à luz dos recentes julgamentos do Superior Tribunal de Justiça - STJ, e da Lei 14.309, sancionada em 8 de março de 2022 que começaram a entender por lícita a possibilidade de proibição de aluguéis por curta temporada via plataforma virtual em condomínios fechados. No entanto, a possibilidade de o condomínio proibir a locação por curta temporada através de sites que oferecem esse serviço, seria uma afronta ao direito de propriedade ou uma afirmação ao princípio da função social da propriedade? Poderia uma norma prevalecer sobre a outra? Estas e outras perguntas serão tratadas nesta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito De Propriedade; Princípio Da Função Social Da Propriedade; Lei 14.309/22; Condomínio; Aplicativos De Aluguel Por Temporada.

PROTEÇÃO DOS ANIMAIS E OS CRIMES DE CRUELDADE E MAUS TRATOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO PENAL

LARISSA NUNES MARQUES
larissanunesmarques@hotmail.com

JÚLIA ALVES ALMEIDA MACHADO
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a evolução do direito dos animais no decorrer dos séculos, bem como examinar a intensificação dos crimes de maus tratos ocorridos em decorrência ao período pandêmico, e apontar a limitação do alcance das normas da Lei 14.064/20 frente à igualdade de proteção a todos os animais. Os seres humanos e os animais, desde os primórdios, sempre andaram lado a lado, evoluindo e adaptando de acordo com suas necessidades, evoluindo sua relação com o decorrer do tempo. Apesar da existência de normas que implicam sanções contra os agressores, ainda existem denúncias de casos envolvendo diversos tipos de maus-tratos aos animais, especialmente durante o período pandêmico. Questiona-se dessa forma, o seguinte: qual é o papel do direito na luta a favor do direito dos animais, e quais mecanismos podem ser adotados para proteger esta categoria? O artigo terá embasamento bibliográfico, com pesquisa em doutrinas e em leis, utilizando-se do método hipotético-dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Dos Animais. Lei 14.064/20.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

LEONARDO ALMEIDA QUIRINO FARIA
leonardo_quirino@hotmail.com

GERALDO LOURENÇO LEITE
geraldo.leite@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo, com base na metodologia de trabalho científico dedutivo, utilizando análise de bibliografias, doutrinas e legislação pertinente ao tema, tem como objetivo analisar o licenciamento ambiental no Brasil e a ausência de um marco legal atualizado. Serão abordadas a função do licenciamento para a Política Ambiental no país, as diferentes espécies de licença, a competência de cada ente federativo para sua concessão e as fragilidades resultantes da organização legislativa adotada. O artigo será dividido em duas seções: a primeira abordará as principais especificidades do licenciamento ambiental e da política nacional de meio ambiente, e a segunda apresentará um estudo sobre a Lei Complementar 140/2011, que estabelece disposições relacionadas à competência federativa para a concessão de licenças ambientais. Por fim, este estudo se justifica por sua relevância jurídica e acadêmica, uma vez que o licenciamento, apesar das controvérsias, é um mecanismo importante para prevenir possíveis danos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Licença, Ambiental, Desenvolvimento, Brasil.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AS PRINCIPAIS LEIS E SUAS RESPECTIVAS CONSEQUÊNCIAS.

LORRANE MENDES DOS SANTOS
lorrane-25@outlook.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Sob diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e graves violações de direitos humanos. No Brasil, é um crime previsto pela Lei 11.340 de 2006 que preceitua em seu artigo 7º que uma violência poderá ser física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento bibliográfico e prático mais aprofundado em relação ao tema. Além disso, analisar a situação da mulher brasileira em relação a essas situações. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. A Lei Maria da Penha é tida como uma conquista importante no combate à violência doméstica contra a mulher em nosso país, contribuindo para muitas mudanças, entre as quais inovações no processo judicial, nos papéis das autoridades policiais e do Ministério Público, bem como em alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais. Ainda assim, o trajeto para a superação do problema social da violência doméstica e criação de políticas públicas eficazes para o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais da mulher ainda é bastante longínquo. Este problema grave deve ser enfrentado pelos órgãos públicos, ampliando as políticas públicas e programas sociais de combate e prevenção da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica; Lei Maria Da Penha; Violência Familiar; Femicídio.

MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS PARA SATISFAÇÃO DE DÍVIDA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE AO JULGAMENTO DA ADI 5941

MARCOS MONTEIRO ROSENBERG
marcosrosenburg96@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a decisão sobre o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5941, proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que trata sobre as medidas coercitivas atípicas para a satisfação de dívidas, previstas no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil (CPC), com um enfoque na execução e cumprimento de sentença do processo trabalhista. Tendo em vista a polêmica criada sobre o dispositivo legal supracitado, bem como a relevância e contemporaneidade do tema, é necessário fazer um estudo verificando a decisão do STF que declarou constitucional o referido artigo do CPC. Assim, o presente trabalho tem como finalidade fazer uma análise minuciosa sobre a decisão da ADI 5941, com um olhar voltado para o âmbito da justiça do trabalho. Para a confecção deste artigo será utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de estudos científicos de pesquisadores referentes no tema, doutrinadores, jurisprudência, em especial a ADI 5941 e os julgados da justiça do trabalho, o ordenamento jurídico nacional a nível constitucional e infraconstitucional, notícias e reportagens correlatas ao tema. Ao final, conclui-se que são constitucionais os dizeres expressos no artigo 139, inciso IV do CPC, quando aplicados na fase de execução do processo trabalhista, em consonância com a decisão da ADI 5941, proferida pela Suprema Corte Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas Coercitivas Atípicas; Stf; Justiça Do Trabalho; Artigo 139, Inciso Iv; Cpc.

ASPECTOS LEGAIS SOBRE A VENDA CASADA DE DIÁRIAS EM HOTÉIS E POUSADAS

MAX EMILIANO CAMARGOS DOS SANTOS
maxlopes569@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Pretende-se analisar os aspectos legais do modelo de vendas utilizado pelos hotéis e pousadas no âmbito do mercado consumerista brasileiro, baseando-se nos pacotes ofertados pelas empresas do ramo de hospedagem. Em outros termos, objetiva-se analisar a prática do mercado consumerista, sob ótica do Código de Defesa do Consumidor (CDC), tendo por finalidade pesquisar as práticas abusiva de venda casada, praticada aos consumidores, que buscam adquirir um produto ou serviço de hospedagem. Busca-se estudar as previsões constitucionais, as formas de venda casada, as práticas elencadas pelo CDC, bem como analisar o posicionamento jurisprudencial e doutrinário. A pesquisa é importante por se tratar de um assunto atual, referente ao Direito do Consumidor, ramo do direito que possui grande relevância no âmbito jurídico e de grande importância para a sociedade. O procedimento metodológico utilizado para desenvolver o presente artigo científico é o método de pesquisa bibliográfica. Foram utilizados manuais de Direito do Consumidor, artigos científicos de revistas especializadas e o entendimento jurisprudencial. Destarte, você compreenderá quais são as práticas abusivas que violam os direitos dos consumidores e, poderá conhecer quais são as hipóteses permitida pela legislação consumerista, na qual o consumidor tem suas faculdades de escolha preservadas.

PALAVRAS-CHAVE: Consumidor; Fornecedor; Produtos E Serviços; Venda Casada; Práticas Abusivas Em Pacotes De Hospedagem.

A SEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA E O ESTUPRO: UM ESTUDO SOBRE O ESTUPRO DESDE A ÉPOCA DA ESCRAVIDÃO

RAFAELA APARECIDA BATISTA DO CARMO
rafaelacarmob08@gmail.com

GEOVÁ NEPOMUCENO MOTA
geova.mota@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o crime de estupro em mulheres negras, como resultado do período colonial, que embora seja uma época passada, trouxe até o atual momento sequelas e desafios para a vida das mulheres de pele negra. O artigo descreve que o crime de estupro é um ato antigo, e o racismo estrutural é dominante colaborando para que o fato seja praticado majoritariamente com mulheres negras e periféricas. Nesta senda, com estudos nas doutrinas pertinentes, este trabalho visa debater através de dados e pesquisas, a relevância e importância que este assunto tem dentro da sociedade e o que fazer para a diminuição deste ato criminoso para com as mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro Racial; Mulheres Negras; Hipersexualizadas; Racismo; Sexicismo.

IMPORTÂNCIA DA TRANSMISSÃO AO VIVO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA EFETIVAR O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

RAFAELA MENDONÇA ALVES
rafaela.mends57@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

A finalidade desta pesquisa é analisar às principais mudanças trazidas pela institucionalização da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente no que se refere à efetivação do princípio da publicidade nos atos realizados durante as Transmissões ao Vivo das Licitações na modalidade de Pregão Presencial, trabalhando as vantagens e desvantagens para os Órgãos da Administração Pública e abordando os principais desafios em busca da transparência pública e as possíveis medidas preventivas a serem adotadas para combater eventuais fraudes e manipulações nessa modalidade licitatória.

PALAVRAS-CHAVE: Licitação; Pregão Presencial; Publicidade; Transparência Pública.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DO JURI

SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA THEODORO
sergio.theodoro69@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa tem por tema a aplicação do princípio in dubio pro reo na decisão de pronúncia do Tribunal do Júri. O objetivo geral deste trabalho consiste em estudar a aplicação do princípio in dubio pro reo na decisão de pronúncia do Tribunal do Júri, bem como, analisar a importância deste princípio para garantir um julgamento justo e eficaz. O princípio in dubio pro reo é um dos mais importantes princípios do Direito, estando presente em vários ordenamentos jurídicos no mundo. Tem aplicação nos Tribunais de Júri, para assegurar aos réus, que, estes, não sejam condenados injustamente. É uma das principais garantias para manter a integridade legal dos julgamentos pelo Tribunal do Júri. A decisão de pronúncia é aquela em que o juiz, após analisar as provas e indícios constantes nos autos, decide que há elementos suficientes para submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri. Indaga-se aqui, se a referida decisão proferida é uma sentença, ou, tão somente, um mero juízo de admissibilidade da acusação? Caberá ao Conselho de Sentença (jurados) decidir se o réu é culpado ou inocente? A metodologia adotada para a elaboração do trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica, com a utilização de livros, artigos científicos, leis, julgados e jurisprudências, que são considerados referenciais lógico-científicos para realizar a análise crítica do tema-problema, mediante a construção de análises teóricas e interpretativas.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio In Dubio Pro Reo. Aplicação. Tribunal Do Júri.

A BUSCA PELA IGUALDADE DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

SHEILA ALVARES DOS REIS
sheilaalvares5@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

A igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é um assunto muito debatido no Brasil. Embora as mulheres estejam representadas em quase todos os setores da economia, elas ainda ganham menos do que os homens, enfrentam a discriminação de gênero e muitas vezes ocupam posições subvalorizadas. Esta desigualdade representa uma enorme desvalorização dos talentos das mulheres no que diz respeito ao mercado de trabalho no Brasil.

Diversas iniciativas estão sendo tomadas para garantir a proteção aos direitos das mulheres e melhorar sua situação. Estas iniciativas vão desde a reserva de vagas para mulheres nos cargos de liderança, até a mudança de práticas discriminatórias. Uma das áreas cruciais para a evolução é o mercado de trabalho. No Brasil, embora as mulheres participem ativamente na força de trabalho, elas ainda lidam com diversos problemas de inclusão e discriminação de gênero. Devido à desigualdade de oportunidades, as mulheres ainda recebem menores salários e têm menos chances de trabalhar nos cargos mais altos. Além disso, uma cultura machista ainda reina nas empresas, proporcionando mais chances aos homens de conquistarem cargos de liderança e subestimando as aptidões das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade, Mulheres, Mercado De Trabalho, Direitos, Iniciativas, Discriminação, Desigualdade, Salários, Oportunidades.

DIREITO DIGITAL NO CONSUMO: IMPACTO DE INFLUENCIADORES DIGITAIS E SUAS RESPONSABILIDADES

TAYNÁ JORDANE SOUZA FERREIRA
taaynasouza18@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo propõe explorar o aumento do consumo digital, como também o impacto dos influenciadores digitais e suas responsabilidades na qualidade dos serviços e/ou produtos por ele veiculados. Com a evolução da tecnologia e oportunidades oferecidas pela internet, tem-se aumentado cada vez mais pessoas que vem compartilhando suas próprias opiniões, interesses e gostos nas redes sociais. Logo, surge a figura do influenciador digital, sendo uma pessoa que com o poder de persuasão tem a capacidade de modificar o comportamento dos seus seguidores. Neste contexto, examinaremos a responsabilidade civil dos influenciadores digitais perante o Código de Defesa do Consumidor, em virtude do poder de persuasão que possuem junto aos consumidores.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Digital No Consumo; Consumidores; Influenciadores Digitais; Responsabilidade Civil, Código De Defesa Do Consumidor.

RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA PELA PRÁTICA DE RACISMO CONTRA O EMPREGADO NO AMBIENTE DE TRABALHO

TELMA APARECIDA GOMES
gomestelma271@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa fará uma abordagem acerca da responsabilidade civil da empresa pela prática de racismo contra o empregado no ambiente do trabalho. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o racismo como prática de manifestação discriminatória e seus desdobramentos jurídicos no direito brasileiro, bem como, verificar os pressupostos da responsabilidade civil do empregador pela prática do racismo no ambiente do trabalho. O racismo ameaça a proteção da dignidade do indivíduo ao permitir e favorecer a violação e/ou desrespeito de direitos. Por sua vez, o preconceito e a discriminação da população negra, frutos do racismo, ampliam sua vulnerabilidade no ambiente de trabalho, inclusive no desempenho do empregado em sua profissão. Diante desta constatação, a problemática da pesquisa pauta-se na seguinte questão: provada a prática de racismo pelo empregador, comitente, preposto ou superior hierárquico, cabe a indenização ao dano moral sofrido pelo empregado no ordenamento jurídico brasileiro? Para a elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa teórico-bibliográfica, com a utilização de livros, artigos científicos, leis, julgados e jurisprudências, que são considerados referenciais lógico-científicos para realizar a análise crítica do tema-problema, mediante a construção de análises teóricas e interpretativas. O método utilizado será o dedutivo, pois parte-se de um assunto amplo, para se verificar, a possibilidade da indenização do dano sofrido pela prática do racismo dentro do ambiente laboral, na legislação pátria e o entendimento acerca do tema na doutrina e jurisprudência.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação. Racismo. Trabalho. Responsabilidade Civil.

ENFERMAGEM - 1º. SEMESTRE DE 2023

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: COM ÊNFASE EM LINFOMA NÃO HODGKIN

AIEZA ISLENE MARÇAL SILVA
aiezasilva51@gmail.com

ADRIANA DE CÁSSIA FERREIRA COSTA GARCIA
adriana.garcia@fapam.edu.br

RESUMO

No contexto histórico muitos casos de câncer têm uma grande chance de serem curados se detectados precocemente e tratados adequadamente. O câncer é a segunda principal causa de morte no mundo. O linfoma compreende um tipo de câncer que afeta células do sistema linfocitário. O linfoma não Hodgkin merece principal atenção, devido à carência de matérias disponíveis publicados. A equipe multidisciplinar responsável pelo paciente com esta patologia conta com a enfermagem que atua na reabilitação, recuperação e promoção da saúde do paciente oncológico, facilitando a autonomia do mesmo para que possa se sentir acolhido durante o tratamento. O estudo em questão tem como objetivo apresentar a grande importância da assistência de enfermagem no tratamento de pacientes oncológicos, com sua rotina e práticas exercidas, bem como fornecer informações relacionadas ao linfoma não Hodgkin. O trabalho foi desenvolvido por meio de informações e buscas bibliográficas destacando, assim os desafios e aprendizados enfrentados.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Câncer; Linfoma Não Hodgkin; Assistência.

**A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES QUANTO À CONSULTA DE PUERICULTURA
EM CRIANÇAS DE 0 À 2 ANOS: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA UNIDADE BÁSICA
DE SAÚDE PARÁ DE MINAS-MG**

ALINE ALVES DE SOUZA
alinesouza060600@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE
silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar a importância do profissional enfermeiro atuando na puericultura e a percepção dos familiares quanto a importância desse processo, através da aplicação de um questionário guiado, com alternativas e perguntas que envolvem os saberes dos familiares sobre o funcionamento da consulta de enfermagem na puericultura, sendo uma pesquisa de campo descritiva e quantitativa, demonstrando o impacto da consulta de puericultura na sociedade. A puericultura é uma estratégia de saúde que trabalha com os cuidados voltado para a criança nos dois primeiros anos de vida, visando reduzir doenças e alcançar a promoção, a proteção, a prevenção e a recuperação de agravos na primeira infância, promovendo educação em saúde nesta área. Foram entrevistados 18 participantes, destes 10 se encaixaram nos critérios de inclusão e 08 foram excluído da amostra. Aplicado o questionário, identificou-se que 70% dos familiares possuíam uma boa percepção sobre assunto e 30% tiveram dúvidas em algumas questões. Percebe-se que há eficácia no programa de estratégia da saúde da família, quanto a consulta de puericultura, desmontando interesse dos familiares em relação ao crescimento e desenvolvimento da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Puericultura; Criança; Familiares.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO A PACIENTES COM DIABETES MELITUS

ANA FLÁVIA TORRES POLICARPO
anaflaviatpolicarpo0@gmail.com

RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BASTOS
emaildarafaele@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA
guilherme.costa@fapam.edu.br

COORDENADOR: RUTH APARECIDA XAVIER
ruthaxavier24@gmail.com

RESUMO

O autocuidado é um dos principais meios de promoção da saúde para pacientes com doenças crônicas como o diabetes mellitus (DM), por ser uma ação de saúde eficaz e econômica. Dessa forma, a educação em saúde promove qualidade de vida e evita o agravo resultante das complicações da doença. Com isso, sendo o enfermeiro o profissional responsável pelas consultas de enfermagem, baseando-se nas etapas da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), é necessário que este forneça orientações acerca dos cuidados a serem realizados pelo paciente em âmbito domiciliar para a continuidade e êxito do tratamento. O objetivo deste estudo é identificar as ações realizadas pelo enfermeiro na atenção primária para promoção do autocuidado a pacientes diabéticos, visto que a doença é incurável e possui uma alta taxa de morbimortalidade. Sendo assim, é considerada um problema de saúde pública que gera altos gastos em seu tratamento, devido ao fato de as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) serem gratuitas e integrais desde a detecção da doença até a realização do tratamento. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com caráter descritivo em bases de artigos científicos, manuais de saúde e livros relacionados ao tema com o intuito de verificar quais orientações são abordadas pelo enfermeiro na atenção primária e repassadas aos pacientes durante a consulta.

PALAVRAS-CHAVE: Autocuidado; Diabetes; Enfermagem; Saúde.

SAÚDE MENTAL: O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO HUMANIZADO

ANA RIBEIRO DA SILVA MOREIRA
annapaularibeirodasilva@gmail.com

JOSIANE MARA ALMEIDA PEREIRA
josianemara88@gmail.com

MARINA ALMEIDA SARAIVA
marina.almeida@fapam.edu.br

COORIENTADOR: EDUARDO FELIPE MENDES RUAS
eduardo.ruas@fapam.edu.br

RESUMO

A saúde mental e o papel do enfermeiro no acolhimento humanizado têm se tornado uma discussão necessária para a compreensão das novas estratégias de cuidado ao indivíduo. A forma de acolher o paciente com transtorno mental no Brasil ganhou um olhar diferenciado após a reforma psiquiátrica, ocorrendo a substituição gradativa de hospitais psiquiátricos por serviços de saúde que promovem a inserção dos indivíduos na sociedade. O acolhimento, compreendido como um instrumento efetivo nas práticas do cuidado, é fundamental na assistência de enfermagem, garantindo assim, a qualidade na prestação do serviço. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel do enfermeiro no acolhimento humanizado na saúde mental. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, com artigos revisados que apontaram para a importância do acolhimento na saúde mental, como também os desafios que dificultam o processo de acolhimento de forma efetiva, tais como: falta de capacitação, falta de protocolos, rotatividade de profissionais, despreparação emocional, dentre outros. Os resultados da pesquisa demonstram que por meio do acolhimento humanizado, da escuta qualificada, do manejo adequado, da capacitação de instrumentos de trabalho, pode-se proporcionar a criação de vínculo com o usuário e família, facilitando a adesão e eficiência do tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Papel Do Profissional De Enfermagem; Acolhimento Humanizado.

OS CUIDADOS DA ENFERMAGEM EM RELAÇÃO AOS ATENDIMENTOS AS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ANDREIA DE JESUS SANTANA
santanadeia@yahoo.com.br

KENIA ALEXSANDRA DE SOUZA LOPES ROCHA
keniaalexsandrarocha@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O tema abordado nesse artigo é sobre os cuidados da enfermagem no atendimento as mulheres vítimas da violência doméstica. O enfermeiro é muitas vezes, o profissional de saúde a ter o primeiro contato com a mulher após a ocorrência do ato da violência sofrida. Em muitas situações sabe-se que as mulheres não relatam o ocorrido e apresentam outros motivos para justificar possíveis traumas. Diante dessa situação surge o seguinte questionamento que norteia esse artigo: Quais os procedimentos devem ser seguidos para um atendimento humanizado as mulheres vítimas da violência doméstica? A assistência da enfermagem nesses casos é fundamental, podendo representar uma ação para romper o ciclo da violência. O artigo apresenta como objetivo principal apontar a importância do acolhimento da enfermagem as mulheres vítimas da violência doméstica, evidenciando as ações realizadas no acolhimento, na orientação e encaminhamentos para outros órgãos competentes para essa demanda. A metodologia utilizada para a realização desse artigo é a análise bibliográfica tendo como critérios de seleção, artigos e publicações em base de dados científicos Scielo, CAPES, Google Acadêmico, biblioteca virtual em saúde (BVS). Obteve-se como resultado que o papel da enfermagem frente à violência doméstica tem alta representatividade no atendimento as vítimas. O acolhimento sem julgamento, as orientações adequadas e respeitadas, e os encaminhamentos para a assistência especializada são fundamentais para a humanização nos atendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento Profissional. Enfermagem. Violência Doméstica.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO À GESTANTE COM DIAGNÓSTICO DE SÍFILIS

BRUNA ESTEFANY DA SILVA
brunaestefany.256@gmail.com

NATIELE LORRAINE MARINHO SILVA
natielelorraine351@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE
silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

Atualmente, a sífilis apresenta grandes aumentos no índice de contágio e por muitas vezes torna-se um problema de saúde pública devido ao fato dos grandes desafios aparentes na inclusão de estratégias de abordagem, prevenção, pesquisas e políticas públicas propriamente ditas. O profissional de enfermagem é totalmente importante e necessário nesse cenário, pois é ele quem vai lidar diretamente com esse público. Através de informações do Ministério da Saúde, que enfatiza o aumento da transmissão vertical da sífilis em gestantes, faz-se necessário consolidar a importância da atuação do profissional de enfermagem no acolhimento à essas gestantes, vendo que, o Conselho Regional de Enfermagem (COREN) estabelece a esse profissional total autonomia para atuar diretamente no pré-natal de risco habitual. Este trabalho tem como proposta o estudo descritivo e como técnica de pesquisa a abordagem quali-quantitativa, que objetivou analisar o acolhimento do profissional de enfermagem à gestante com diagnóstico de sífilis e os possíveis desafios encontrados por esses profissionais que atuam na consulta de pré natal na atenção primária no município de Pará de Minas. A pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário aplicado aos enfermeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Sífilis; Enfermagem; Gestante; Acolhimento.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO ESTETA: COMPETÊNCIA E DESAFIOS

CRISTIANE DE BARROS FERREIRA RASSILAN
crissassilanestetica@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE
silvia.duarte@fapam.edu.br

Coorientador: Anderson Leite
anderson.leite@fapam.edu.br

RESUMO

Observa-se que a estética se encontra inserida na área da saúde, uma vez que promove a autoestima daqueles que procuram por meio de procedimentos estéticos ter satisfação em sua imagem pessoal, o que gera consequentemente bem-estar. Diante disso, é importante elucidar a competência do profissional da enfermagem para atuar na estética, uma vez que segundo o Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, admite-se que o enfermeiro esteja devidamente qualificado possa realizar os mais diversos procedimentos estéticos. Além disso, é colocado sob análise os desafios da enfermagem estética, cuja atuação carece de reconhecimento e visibilidade, tendo em vista que nestes últimos tempos houve, por meio de ações judiciais, várias tentativas de limitar o exercício do enfermeiro esteta sob o pretexto de haver violação de competências exclusivas destinadas às práticas médicas. Desta forma, visa a presente proposta de estudo esclarecer acerca da competência do enfermeiro esteta, bem como dos desafios travados diariamente por estes profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: COMPETÊNCIA. DESAFIOS. ENFERMAGEM. ENFERMEIRO. ESTÉTICA.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO USUÁRIO PORTADOR DE ÚLCERA POR PRESSÃO CRÔNICA

ELISABETE MOREIRA CASTILHO
lisallmc369@gmail.com

IZABELLA RODRIGUES MENDES DE OLIVEIRA
bebeloliv9295@gmail.com

WESLEY SOUSA CASTRO
wesley.castro@fapam.edu.br

COORDENADOR: JÚLIA CAMPOS VIEIRA
juliacvieira14@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve por objetivo melhorar a qualidade de vida de uma portadora de UPP, desta forma, buscamos compreender primeiramente sua história pregressa, desenvolvendo então a sistematização de assistência de enfermagem e elaborando um planejamento de enfermagem para a usuária. Nesse cuidado, necessita-se de uma atenção maior com o tempo da mudança de decúbito e conhecimentos sobre coberturas para o tratamento. Pode-se definir úlcera por pressão como uma lesão de pele que ocorre por causa de pressão constante em uma área específica do corpo, resultando em danos aos tecidos subjacentes, que acomete usuários que permanecem por muito tempo no leito em uma mesma posição em virtude de impossibilidade de locomoção. Portanto, o enfermeiro deve avaliar diretamente os usuários e implementar medidas eficazes de prevenção e tratamento, visando ampliar estratégias de ações preventivas para o cuidado, enfatizar as suas principais causas de ocorrências, fatores de riscos relacionados a lesão e as condições do profissional aos cuidados adequados. O estudo nos permitiu acompanhar a evolução da UPP que acometia a usuária durante o acompanhamento. Observou-se que houve uma aceitação pela cuidadora com os novos cuidados implementados, utilizando uma nova técnica para o curativo, foi observado também uma evolução considerável da lesão nesses meses de cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Úlcera Por Pressão Periférica; Tratamento; Planejamento De Enfermagem; Internação.

A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES QUANTO À CONSULTA DE PUERICULTURA EM CRIANÇAS DE 0 À 2 ANOS: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PARÁ DE MINAS-MG

GABRIELA ALMEIDA LABOISSIERE MACEDO
gabi.enfermeira2019@gmail.com

SÍLVIA VALADARES DUARTE
silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar a importância do profissional enfermeiro atuando na puericultura e a percepção dos familiares quanto a importância desse processo, através da aplicação de um questionário guiado, com alternativas e perguntas que envolvem os saberes dos familiares sobre o funcionamento da consulta de enfermagem na puericultura, sendo uma pesquisa de campo descritiva e quantitativa, demonstrando o impacto da consulta de puericultura na sociedade. A puericultura é uma estratégia de saúde que trabalha com os cuidados voltado para a criança nos dois primeiros anos de vida, visando reduzir doenças e alcançar a promoção, a proteção, a prevenção e a recuperação de agravos na primeira infância, promovendo educação em saúde nesta área. Foram entrevistados 18 participantes, destes 10 se encaixaram nos critérios de inclusão e 08 foram excluído da amostra. Aplicado o questionário, identificou-se que 70% dos familiares possuíam uma boa percepção sobre assunto e 30% tiveram dúvidas em algumas questões. Percebe-se que há eficácia no programa de estratégia da saúde da família, quanto a consulta de puericultura, desmontando interesse dos familiares em relação ao crescimento e desenvolvimento da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Puericultura; Criança; Familiares.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO A GESTANTE DO SISTEMA PRISIONAL

IANE PEREIRA DA SILVA
ianemoc@hotmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

GRAZIELE REIS SANTOS
grareis56@gmail.com

RESUMO

Com o aumento do número de presidiárias em todo o mundo, a gravidez nessa população se tornou uma preocupação importante. Nesse contexto, objetivou-se realizar uma revisão de literatura de modo a investigar a importância da atuação do enfermeiro no atendimento a gestante do sistema prisional. Foi realizada uma revisão integrativa a partir da busca de artigos pelo portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) através dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): “Enfermagem”; “Gestantes” e “Prisões”. Foram selecionados e explorados artigos em português e inglês publicados entre 2013 e 2023. A partir da literatura analisada pode-se concluir que a enfermagem enquanto ciência tem bases históricas, filosóficas e teóricas centradas no cuidado do indivíduo e é conhecedora das necessidades de uma gestante, devendo assumir um papel ímpar nesse cenário. Dentre os cuidados que podem ser oferecidos cita-se: instruções quanto a alimentação, malefícios do consumo de álcool e outras drogas, recomendações aos agentes carcerários a respeito de trocas de selas sempre que possível e/ou diminuição da quantidade de pessoas que coabitam, orientações sobre a importância da higienização das mãos e ao contato restrito com o RN. Ademais, considerando que a maioria das mães em situação de privação de liberdade podem expressar um forte sentimento de angústia e desestabilização emocional evidenciada, em alguns casos, pela carência física e emocional, o cuidado de enfermagem deve ser capaz de acolher essas mulheres, com vistas à diminuição de agravos e à reinserção social.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Gravidez. Prisões. Prisioneiros. Saúde Mental.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS DOS PACIENTES RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

JULIANA DE ARAÚJO LOBATO
julianaalobato@hotmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA
guilherme.costa@fapam.edu.br

COORIENTADOR: PATRÍCIA APARECIDA DOS SANTOS MARINHO
patricia.santos@fapam.edu.br

RESUMO

O enfermeiro tem papel muito importante quando se trata da segurança do paciente, principalmente nas instituições de longa permanência para idosos, onde estes estão susceptíveis a condições de risco como, por exemplo, as quedas. Para isso é importante promover ações que possibilitem um cuidado mais seguro para os pacientes, pois os erros cometidos pelos profissionais de saúde muitas vezes podem ser evitados. Neste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de permitir uma melhor compreensão dos fatos e mencionar medidas que ajudam no controle de quedas. Diante disso, pretende-se também com este trabalho, propor medidas para melhorar a assistência de enfermagem no que se refere à segurança do paciente residente em instituições de longa permanência no contexto quedas. Portanto, o estudo abordado tem como objetivo evidenciar a importância do papel do enfermeiro em um cuidado assistencial mais seguro e buscar estratégias para minimizar os riscos associados aos pacientes institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem, Idoso, Segurança Do Paciente.

RELAÇÃO DA MICROBIOTA INTESTINAL NA OBESIDADE E SEU QUADRO INFLAMATÓRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

LARISSA DÓRIA DE AGUIAR
larissadaguiar09@gmail.com

JULIANA CRISTINA FRALEON DE ALMEIDA
juliana.almeida@fapam.edu.br

COORIENTADOR: GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA
guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

A microbiota intestinal é adquirida no período pós-natal sendo composta por diversas bactérias que fazem parte da sua flora intestinal normal e desempenham um grande papel na absorção dos nutrientes, proteção dos patógenos e modulação do sistema imune. A sua diferenciação é dada através de bons hábitos como alimentação saudável, prática de atividade física, uso dos prebióticos e dos probióticos. É observado que os indivíduos magros e obesos apresentam uma diferenciação na composição das bactérias na microbiota intestinal. Há evidências também, na mudança da composição das microbiotas em indivíduos com quadro inflamatório e resistência insulínica ativos. O estudo em questão tem como objetivo buscar novas orientações em uma visão integrativa capaz de promover mais qualidade de vida e bem-estar aos pacientes obesos ou que estão com uma patologia relacionada à microbiota.

PALAVRAS-CHAVE: Bactérias, Enfermagem, Microbiota Intestinal, Prebióticos, Probióticos.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AOS PACIENTES COM DOENÇA DE ALZHEIMER: REVISÃO INTEGRATIVA

LARISSA RIBEIRO MELO
larissamribeiro23@gmail.com

NATANE MOREIRA DE CARVALHO
natane.carvalho@fapam.edu.br

COORIENTADOR: MARIA ILTAMARA DIAS ANTUNES
maria.antunes@fapam.edu.br

RESUMO

Objetivo: Analisar a assistência de enfermagem em pacientes acometidos pela doença de Alzheimer. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura sobre a assistência de enfermagem aos pacientes com Doença de Alzheimer (DA). Realizou-se um levantamento de artigos no período de 2018 a 2023, onde foram usadas as bases de dados: SCIELO, MEDLINE, Lilacs, BDENF, IBECs, Cumed e Index Psicologia, 12 estudos foram selecionados. **Resultados:** Sete artigos falam sobre a assistência dos familiares diante da DA. Três artigos abordam o cuidado de enfermagem em pacientes com DA e os outros dois artigos manifestam sobre o cuidado em idosos em Instituições de Longa Permanência. **Conclusão:** A assistência de enfermagem em pacientes com Alzheimer é de extrema importância para sua qualidade de vida e de seus cuidadores e familiares, devido os sentimentos como insegurança, medo e exaustão que a doença pode causar.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Doença De Alzheimer; Demência; Assistência.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM TRAUMA RAQUIMEDULAR: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ÓTICA DO PACIENTE

LARYSSA MYLENE MIRANDA
laryssamirandasionaria@gmail.com

JULIANA CRISTINA FRALEON ALMEIDA
juliana.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar um relato de caso clínico, considerando o papel do enfermeiro na assistência dos pacientes com trauma raquimedular, a fim de proporcionar uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas acometidas com a lesão, mostrando a importância dos profissionais durante e após o processo de recuperação no âmbito biopsicossocial e os desafios enfrentados pelo paciente após o trauma. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, permitindo que os pesquisadores reconheçam os detalhes e as características do trabalho que ele próprio está realizando por meio de um relato de experiência da paciente S. M. L. B. que aos 40 anos, foi acometida de uma lesão raquimedular, depois de ter subido numa escada e caído, tendo comprometido sua medula espinhal e provocado uma lesão irreversível. A investigação realizada neste estudo identificou características da pessoa com lesão medular: idade, sexo, tempo, causa e nível da lesão e a independência para a realização das atividades da vida diária. Essas ferramentas permitiram o entendimento entre os pesquisadores e o entrevistado de uma forma clara direta que tem como objetivo, identificar e entender a importância dos cuidados de enfermagem, conhecendo a ocorrência e compreendendo os benefícios do tratamento e a notoriedade dos profissionais capacitados, bem como o descontentamento da paciente, diante do desconhecimento e do despreparo deles, durante e após o processo do traumatismo raquimedular.

PALAVRAS-CHAVE: Lesões, Trauma Raquimedular, Cuidados De Enfermagem.

A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

LETÍCIA SILVEIRA COSTA
letysilveirac@gmail.com

NATANE CARVALHO
natane.carvalho@fapam.edu.br

COORIENTADOR: MARCELA MAIA SANTOS SILVA
marcela.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O leite materno é de extrema importância no âmbito da saúde. Por ser um alimento natural e completo contém em sua composição substâncias necessárias para o desenvolvimento e crescimento saudável do recém-nascido. Além disso, fortalece o vínculo entre mãe e filho. O enfermeiro possui um papel significativo na assistência e promoção do aleitamento materno, uma vez que está diretamente em contato com a mãe e o bebê. Sendo assim, é de fundamental importância que o profissional de enfermagem possua conhecimento técnico e científico acerca do processo de amamentação para fornecer orientações necessárias para o sucesso da amamentação. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da equipe de enfermagem no incentivo ao aleitamento materno. Trata-se de uma pesquisa por revisão bibliográfica baseada em obras secundárias que se referem à temática, publicadas no período de 2013 a 2023. Esta revisão nos mostra a importância da equipe de enfermagem frente às orientações, cuidados e auxílios às mulheres no aleitamento materno e quanto o conhecimento técnico, científico, o olhar humano e a qualificação profissional são imprescindíveis para o sucesso da amamentação.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento Materno, Equipe De Enfermagem, Leite Materno, Gestante e Recém-Nascido.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS DOS PACIENTES RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

LIDIANE FERREIRA MAIA
lidi.maia@yahoo.com.br

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA
guilherme.costa@fapam.edu.br

COORIENTADOR: PATRÍCIA APARECIDA DOS SANTOS MARINHO
patricia.santos@fapam.edu.br

RESUMO

O enfermeiro tem papel muito importante quando se trata da segurança do paciente, principalmente nas instituições de longa permanência para idosos, onde estes estão susceptíveis a condições de risco como, por exemplo, as quedas. Para isso é importante promover ações que possibilitem um cuidado mais seguro para os pacientes, pois os erros cometidos pelos profissionais de saúde muitas vezes podem ser evitados. Neste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de permitir uma melhor compreensão dos fatos e mencionar medidas que ajudam no controle de quedas. Diante disso, pretende-se também com este trabalho, propor medidas para melhorar a assistência de enfermagem no que se refere à segurança do paciente residente em instituições de longa permanência no contexto quedas. Portanto, o estudo abordado tem como objetivo evidenciar a importância do papel do enfermeiro em um cuidado assistencial mais seguro e buscar estratégias para minimizar os riscos associados aos pacientes institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Idoso; Segurança Do Paciente.

CUIDADOS PALIATIVOS: UMA VISÃO DA ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DIRECIONADO A PACIENTES IDOSOS

LUANA ALVIM ALVES
luanaalvim16@gmail.com

JULIANA CRISTINA FRALEON DE ALMEIDA
juliana.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O paciente em Cuidado Paliativo é todo aquele que não possui mais indicações e/ou possibilidades de tratamentos terapêuticos com a finalidade curativa, sendo essa uma abordagem que promove qualidade de vida ao paciente e seus familiares, proporcionando alívio da dor e outros sintomas desagradáveis. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre o conceito dos Cuidados Paliativos (CP) e analisar a vivência do profissional de Enfermagem na manutenção da qualidade de vida e bem estar de pacientes idosos sob tais cuidados, de forma a oportunizar qualidade de vida possível aos que enfrentam doenças que ameaçam a continuidade da mesma. Foi realizada uma pesquisa sob abordagem qualitativa, através da aplicação de um questionário direcionado a uma Enfermeira Paliativista permitindo analisar suas concepções sobre a assistência na manutenção e qualidade de vida do paciente sob Cuidados Paliativos. As respostas obtidas da entrevista foram comparadas com os dados já existentes na literatura de referência, e as análises apontaram que cada paciente possui particularidades, por isso são utilizadas as escalas de score, desenvolvidas com o intuito de auxiliar a tomada de decisões tanto pela equipe médica e de enfermagem responsável, quanto pelo paciente e seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados Paliativos; Idoso; Enfermagem.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM TRAUMA RAQUIMEDULAR: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ÓTICA DO PACIENTE

LUCIANA CRISTINA DA SILVA
lucianacferreira176@gmail.com

JULIANA CRISTINA FRALEON DE ALMEIDA
juliana.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar um relato de caso clínico, considerando o papel do enfermeiro na assistência dos pacientes com trauma raquimedular, a fim de proporcionar uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas acometidas com a lesão, mostrando a importância dos profissionais durante e após o processo de recuperação no âmbito biopsicossocial e os desafios enfrentados pelo paciente após o trauma. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, permitindo que os pesquisadores reconheçam os detalhes e as características do trabalho que ele próprio está realizando por meio de um relato de experiência da paciente S. M. L. B. que aos 40 anos, foi acometida de uma lesão raquimedular, depois de ter subido numa escada e caído, tendo comprometido sua medula espinhal e provocado uma lesão irreversível. A investigação realizada neste estudo identificou características da pessoa com lesão medular: idade, sexo, tempo, causa e nível da lesão e a independência para a realização das atividades da vida diária. Essas ferramentas permitiram o entendimento entre os pesquisadores e o entrevistado de uma forma clara direta que tem como objetivo, identificar e entender a importância dos cuidados de enfermagem, conhecendo a ocorrência e compreendendo os benefícios do tratamento e a notoriedade dos profissionais capacitados, bem como o descontentamento da paciente, diante do desconhecimento e do despreparo deles, durante e após o processo do traumatismo raquimedular.

PALAVRAS-CHAVE: Lesões, Trauma Raquimedular, Cuidados De Enfermagem.

EDUCAÇÃO PERMANENTE SOBRE HIPODERMÓCLISE PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

LUIZ GUSTAVO SOUSA PATROCINIO SILVA
luis-gustavo89@hotmail.com

STEPHANIE KELLY DE PAULA CHAGAS
stephaniekelly.paula@hotmail.com

JULIANA CRISTINA FRALEON DE ALMEIDA
juliana.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

A Terapia Subcutânea, também chamada de Hipodermóclise, ainda é pouco discutida e utilizada. Essa técnica consiste na administração de soluções por via subcutânea, camada mais profunda da pele, cuja vascularização é similar à que se observa nos músculos. Neste trabalho, pretende-se ressaltar os benefícios da hipodermóclise, entender por que é pouco conhecida entre os profissionais de enfermagem e indicar meios para que estes se capacitem quanto ao conhecimento teórico para uso da via subcutânea como uma alternativa no cotidiano da assistência de saúde. Este trabalho foi realizado por meio de um levantamento bibliográfico que considerou artigos, leis e manuais, datados dos anos de 2008 até a presente data e pertencentes às bases de dados eletrônicos Scielo, Google Acadêmico, CAPES e liloX. Notou-se um desconhecimento sobre a hipodermóclise pelos profissionais da área, sobretudo na unidade de internação, o que justifica a abordagem e divulgação do tema. A partir dessa revisão, observou-se a pouca pesquisa e, conseqüentemente, a baixa implementação dessa técnica. Por esse motivo, foi desenvolvida uma proposta de implementação de uma seção sobre a hipodermóclise na ementa da disciplina Semiologia e Semiotécnica, ofertada pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM). Ademais, foi produzida uma cartilha informativa, disponibilizada ao público da FAPAM, em que se publiciza o conhecimento obtido por esta pesquisa com outros profissionais, visando a esclarecer, de maneira acessível, os aspectos da hipodermóclise e assinalar sua importância no ato da assistência.

PALAVRAS-CHAVE: Hipodermóclise, Via Subcutânea, Assistência, Educação Permanente.

A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NO TRATAMENTO DE DEPRESSÃO NA ESQUIZOFRENIA

MARCELLA EDUARDA SILVA OLIVEIRA
marcellaeduarda87659@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância da enfermagem no tratamento de depressão na esquizofrenia. As intervenções da enfermagem podem facilitar a transição da doença/saúde, amenizando a redução dos sinais e sintomas e possibilitando a humanização do cuidado. Pretende-se compreender a realidade do viver com transtornos mentais e como são os serviços prestados a esses pacientes, com ênfase naqueles que apresentam sintomas depressivos na esquizofrenia. Propõe-se também analisar os pontos dificultadores no atendimento a esses pacientes, e apresentar uma proposta de intervenção, ressaltando a importância da equipe de enfermagem que deve atuar no bem-estar físico, mental e social, visando principalmente melhorar a qualidade de vida do paciente e da família. Por meio de uma revisão bibliográfica constatou-se que o enfermeiro precisa aprender a programar, avaliar e executar a assistência em pacientes individuais ou em grupos, além de criar e manter o ambiente terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Assistência De Enfermagem; Doenças Mentais; Depressão Na Esquizofrenia.

A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NO TRATAMENTO DE DEPRESSÃO NA ESQUIZOFRENIA

MARLENE ALVES SOARES
marlenealves064@gmail.com

MARINA SARAIVA ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância da enfermagem no tratamento de depressão na esquizofrenia. As intervenções da enfermagem podem facilitar a transição da doença/saúde, amenizando a redução dos sinais e sintomas e possibilitando a humanização do cuidado. Pretende-se compreender a realidade do viver com transtornos mentais e como são os serviços prestados a esses pacientes, com ênfase naqueles que apresentam sintomas depressivos na esquizofrenia. Propõe-se também analisar os pontos dificultadores no atendimento a esses pacientes, e apresentar uma proposta de intervenção, ressaltando a importância da equipe de enfermagem que deve atuar no bem-estar físico, mental e social, visando principalmente melhorar a qualidade de vida do paciente e da família. Por meio de uma revisão bibliográfica constatou-se que o enfermeiro precisa aprender a programar, avaliar e executar a assistência em pacientes individuais ou em grupos, além de criar e manter o ambiente terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem, Assistência De Enfermagem, Doenças Mentais.

A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

POLIANE DE PAULA CARDOSO
polianepcardoso@gmail.com

NATANE MOREIRA DE CARVALHO
natane.carvalho@fapam.edu.br

COORIENTADOR: MARCELA MAIA SANTOS SILVA
marcela.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O leite materno é de extrema importância no âmbito da saúde. Por ser um alimento natural e completo contém em sua composição substâncias necessárias para o desenvolvimento e crescimento saudável do recém-nascido. Além disso, fortalece o vínculo entre mãe e filho. O enfermeiro possui um papel significativo na assistência e promoção do aleitamento materno, uma vez que está diretamente em contato com a mãe e o bebê. Sendo assim, é de fundamental importância que o profissional de enfermagem possua conhecimento técnico e científico acerca do processo de amamentação para fornecer orientações necessárias para o sucesso da amamentação. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da equipe de enfermagem no incentivo ao aleitamento materno. Trata-se de uma pesquisa por revisão bibliográfica baseada em obras secundárias que se referem à temática, publicadas no período de 2013 a 2023. Esta revisão nos mostra a importância da equipe de enfermagem frente às orientações, cuidados e auxílios às mulheres no aleitamento materno e quanto o conhecimento técnico, científico, o olhar humano e a qualificação profissional são imprescindíveis para o sucesso da amamentação.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento Materno, Equipe De Enfermagem, Leite Materno, Gestante E Recém-Nascido.

O PAEL DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO A PACIENTES COM DIABETES MELLITUS

RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BASTOS
rafaela.ny4@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA
guilherme.costa@fapam.edu.br

COORIENTADOR: RUTH APARECIDA XAVIER
ruthaxavier24@gmail.com

RESUMO

O autocuidado é um dos principais meios de promoção da saúde para pacientes com doenças crônicas como o diabetes mellitus (DM), por ser uma ação de saúde eficaz e econômica. Dessa forma, a educação em saúde promove qualidade de vida e evita o agravo resultante das complicações da doença. Com isso, sendo o enfermeiro o profissional responsável pelas consultas de enfermagem, baseando-se nas etapas da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), é necessário que este forneça orientações acerca dos cuidados a serem realizados pelo paciente em âmbito domiciliar para a continuidade e êxito do tratamento. O objetivo deste estudo é identificar as ações realizadas pelo enfermeiro na atenção primária para promoção do autocuidado a pacientes diabéticos, visto que a doença é incurável e possui uma alta taxa de morbimortalidade. Sendo assim, é considerada um problema de saúde pública que gera altos gastos em seu tratamento, devido ao fato de as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) serem gratuitas e integrais desde a detecção da doença até a realização do tratamento. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com caráter descritivo em bases de artigos científicos, manuais de saúde e livros relacionados ao tema com o intuito de verificar quais orientações são abordadas pelo enfermeiro na atenção primária e repassadas aos pacientes durante a consulta.

PALAVRAS-CHAVE: Autocuidado; Diabetes; Enfermagem; Saúde.

OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS NO APOIO E NA ACEITAÇÃO DAS DOENÇAS CONSIDERANDO OS EFEITOS FÉ E DA ESPIRITUALIDADE

SILVÂNIA APARECIDA DA CRUZ MARINHO
silvaninha.acmdejesus@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

COORIENTADOR: ROBERTO KENEDY GOMES DE OLIVEIRA
rkgo@terra.com.br

RESUMO

O tema abordado nesse artigo é a questão da espiritualidade e fé como prática dos serviços da enfermagem. O profissional da enfermagem tem relação direta com seus pacientes e em muitas situações presencia o desânimo, o desalento com os diagnósticos recebidos e até mesmo com os tratamentos de saúde que precisam realizar. Em muitas situações, o enfermeiro tem utilizado a espiritualidade, a fé, como recurso terapêutico, para a promoção de saúde. Nesse contexto, quais os benefícios da fé e da espiritualidade, utilizados nos cuidados oferecidos pelo enfermeiro no processo de recuperação de seus pacientes? Muitos autores têm desenvolvido estudos sobre o tema, com o propósito de conhecer mais sobre essa prática. O objetivo principal desse artigo é evidenciar a importância dos enfermeiros oferecerem a seus pacientes um tratamento humanizado, tendo como estratégia o uso da fé e da espiritualidade no processo de cura e aceitação da doença. A metodologia utilizada para a realização deste foi a pesquisa bibliográfica, explorando a temática em bases de dados científicos e pesquisas acadêmicas para que objetivo fosse alcançado e solucionado o questionamento proposto. Diante disso, evidencia-se a necessidade dos cuidados da enfermagem de forma integral ao ser humano, promovendo a recuperação física do paciente e também a espiritual através de um atendimento humanizado, no qual a empatia e espiritualidade estejam presentes nas práticas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Espiritualidade. Estratégia Terapêutica.

PSICOLOGIA - 1º. SEMESTRE DE 2023

OS CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE: A PSICOTERAPIA BREVE COMO INTERVENÇÃO

AMANDA CRISTINA CIRINO EVANGELISTA
amandaevangpsi@gmail.com

DENISE SANCHES LOPES
denise.lopes@fapam.edu.br

RESUMO

A necessidade de cuidar da saúde mental dos profissionais da saúde em escala geral, atenta para um olhar significativo e prioritário, onde profissionais da linha de frente e dos diversos acessos à saúde, necessitam de considerações e cuidado quanto a sobrecarga de trabalho e ao excesso de responsabilidades atribuídas aos cargos exercidos por eles. Fica evidenciado, com caráter urgente, o aumento nas demandas variadas relacionadas à saúde mental dos profissionais da área. Com o intuito de favorecer diretamente a socialização interpessoal e promover o bem-estar e a melhora na qualidade de vida de todos os colaboradores das instituições e/ou equipamentos de saúde, esse artigo é uma revisão bibliográfica acerca de promoções e intervenções que resguardam e priorizam a saúde mental e, conseqüentemente a integração entre as equipes dos serviços de saúde e os profissionais em atuação como membros essenciais no processo de construção da valorização da vida. Segundo alguns critérios indicativos de Psicoterapia Breve como intervenção de emergência, a delimitação do foco e objetivos definidos podem oportunizar um cuidado mais humanizado, constante e permanente aos profissionais das áreas da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidado; Profissionais; Psicoterapia Breve; Saúde Mental.

A FELICIDADE PLENA COMO ENGODO DA PSICOFARMACOLOGIA

BIANCA NOGUEIRA SILVA
biancanogsilva1213@gmail.com

ANA LUISA SILVA RIBEIRO
analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

Os psicofármacos são medicamentos que atuam previamente no sistema nervoso central e sua utilização busca auxiliar no tratamento de transtornos como: insônia, alteração do humor, depressão, entre outros. O uso desses fármacos tem aumentado e se tornou existente a sua utilização indiscriminada, gerando uma preocupação para a saúde devido aos diversos efeitos colaterais que estes medicamentos apresentam. Para tanto, considera que este artigo tenha a relevância em contribuir na construção de novas reflexões acerca dessa temática de maneira crítica e suas implicações éticas. Para a realização do artigo, foi utilizado uma revisão bibliográfica com o objetivo de proporcionar familiaridade com o tema perante os materiais já publicados. Desta forma, pode ser questionado se o uso abusivo dos psicofármacos é um novo sintoma da humanidade, ou até mesmo uma forma de buscar felicidade solidificando a dor e o sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE: Psicofármaco; Felicidade; Consumo; Engodo.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COMO ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA PARA A REINserÇÃO DO DEPENDENTE QUÍMICO NO TRABALHO

FLÁVIA VARDIL COSTA TOLEDO
flaviavardilct@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo examinar as dificuldades enfrentadas pelos dependentes químicos para a sua inserção no mercado de trabalho e os conflitos vivenciados em decorrência do vício, haja vista o preconceito e a discriminação que os alvejam. A problemática concerne nas consequências sociais do vício químico que, além de gerar efeitos psicológicos e fisiológicos no dependente, também afeta diretamente sua vida, suas relações e seu cotidiano. A pergunta problema envolve o questionamento sobre os empecilhos e também sobre quais seriam os meios para enfrentar a questão posta em debate: o preconceito e a resistência na contratação de dependentes químicos. Será tratada a dependência química, incluindo a sua definição pela Organização Mundial da Saúde, bem como os aspectos de tratamento e reinserção social no trabalho, considerando em especial, as estratégias terapêuticas ofertadas pelas políticas públicas de saúde. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, com a compilação de obras e artigos científicos de autores que cuidam da temática proposta e já se debruçaram sobre a problemática trazida. Considera-se, ao final, que a recolocação do dependente químico no mercado de trabalho, aliado ao tratamento, contribui não só para a sua própria qualidade de vida, como também para a cura humanitária no que se refere ao preconceito com pessoas em situação de vulnerabilidade e deve ser objeto de estudo e inclusão nas pautas de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Dependente Químico; Mercado De Trabalho; Preconceito; Discriminação; Sociedade.

OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS PELA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

LARISSA MARA DE OLIVEIRA
larissamara169@gmail.com

ANA LUISA SILVA RIBEIRO
analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a partir de um referencial teórico o contexto histórico acerca do tema “Violência Obstétrica”, um ato que ainda persiste em meio a sociedade e que por muitas vezes é desconhecido ou negligenciado. Será exposto também a sua tipologia seguida de exemplos, o processo de parto no Brasil, as leis que garantem assistência para as gestantes, dando enfoque aos impactos psicológicos que podem ser causados pela violência obstétrica. Ademais, será exposto alguns relatos apresentados em reportagens que evidenciam os maus-tratos sofridos por gestantes durante o seu processo de parto, evidenciando a importância de que maiores esclarecimentos podem diminuir e/ou até mesmo evitar que tais violências ocorram.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização Do Parto, Impactos Psicológicos, Violência Obstétrica, Psicologia Perinatal.

PSICANÁLISE E FAKE NEWS: ENTRE A VERDADE DO SUJEITO E A MENTIRA DA NOTÍCIA

LEONARDO CÉSAR BORGES FERNANDES
leonardocbf10@yahoo.com.br

MARCELO GONÇALVES CAMPOS
marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo visa discutir o fenômeno da pós-verdade e o uso das chamadas fake news, em suas implicações subjetivas e sociais. À luz da teoria freudiana, uma leitura do cenário em que ideias são compartilhadas sem serem remetidas à realidade concreta foi realizada, partindo da hipótese de que a emoção de uma pessoa interfere na avaliação de informações por ela recebidas. Recorreu-se às noções de identificação, realidade psíquica e o narcisismo das pequenas diferenças, no intuito de investigar os motivos que levam o sujeito a adotar determinadas posturas discursivas e grupais, e de que modo tais posturas podem assumir um caráter conflituoso com aquele que não comunga de suas crenças. Por fim, destacou-se a importância de uma implicação do sujeito e de um posicionamento ético que se faz desejado para lidar com as diferenças e as singularidades, com responsabilidade e respeito à alteridade em um cenário em que o uso das palavras nos é extremamente necessário para construirmos o mundo em que vivermos.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-Verdade; Fake News; Identificação, Realidade Psíquica; Narcisismo Das Pequenas Diferenças.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A PESSOA COM SURDEZ: LIBRAS E AS DEMANDAS DE UMA VIDA SILENCIOSA

LÍVIA SILVA DE ALMEIDA
livinhasilva124@hotmail.com

DENISE SANCHES LOPES
denise.lobes@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso, é evidenciar o que necessariamente é a surdez e parte de tantos desafios que as pessoas com surdez sofrem no decorrer da vida. Constata-se então que, essas pessoas necessitam de atendimento humanizado em todos os setores da área da saúde. Contudo, faz-se necessário profissionais habilitados na Língua Brasileira de Sinais, tornando-se evidente também o escasso de profissionais adeptos em tal Língua, exigente de dedicação e tempo para ser aprendida, já que é nítido ser uma Língua complexa e desafiadora como qualquer outra. Tal trabalho teve como fonte de pesquisa artigos científicos e livros, cujo o objetivo era evidenciar a importância da Língua Brasileira de Sinais para aqueles que desejam manejar um processo terapêutico para com os surdos e, assim promover inclusão daqueles que em muitos âmbitos são esquecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; Libras; Atendimento; Saúde; Comunicação.

**O SENTIDO DO TRABALHO: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA HUMANISTA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA FELICIDADE E DA PRODUTIVIDADE NAS
ORGANIZAÇÕES**

LORENA SILVA FARIA
lorena.sf.psi@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

COORIENTADOR: JULIANO CARVALHO DE CASTRO
rhjuliano@outlook.com

RESUMO

O trabalho muitas vezes pode carregar uma imagem de dor e sofrimento, mas nem sempre se torna como veredito. Encontrar o sentido do fazer, assim como na vida, envolve profunda reflexão e nos dá a possibilidade de novas oportunidades e bem-estar. O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre o sentido do trabalho, ou seja, mostrar a importância de um trabalho com significado. Foram selecionados artigos científicos e livros relacionados ao tema, visando enaltecer as práticas humanitárias no ambiente corporativo e a notabilidade não só do sentido, mas da essência do trabalho. A partir das informações obtidas, por meio das pesquisas, foi proposta uma reflexão sobre o trabalho, mediante uma visão humanista da Psicologia Organizacional, com o intuito de provocar discussões e rodas de conversas acima da temática nas organizações, fortalecendo a importância de se encontrar um sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização; Felicidade; Mental; Saúde; Sentido; Trabalho.

A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL DOS JOGADORES DE FUTEBOL BRASILEIRO

MATHEUS CORGOZINHO NUNES
matheusdmnunes@gmail.com

THAÍS SILVA ANICETO
thaissaniceto06@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como foco principal a importância da saúde mental dos jogadores de futebol brasileiro. O objetivo geral do artigo é analisar qual a importância da saúde mental dos atletas de futebol e qual a relevância de um profissional psicólogo dentro de um clube de futebol. Para tanto, definir-se-ão os seguintes objetivos específicos: qual a importância da saúde mental dos jogadores, se influencia na recuperação da lesão e no seu rendimento. Abordar o tema A importância do cuidado da saúde mental dos jogadores de futebol brasileiro justifica-se porque não é só a saúde física que é importante, mas também a saúde mental. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter explicativo com resultados tratados de maneira de forma qualitativa, a partir de coletas de informações em fonte secundárias. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e de análise de informações, foi possível concluir que ter um profissional psicólogo dentro de um clube é importante para ajudar os atletas a manterem o nível de desempenho esperado, mas com sua saúde mental preservada.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Futebol. Importância. Atletas. Recuperação. Lesão. Rendimento.

PARADIGMAS DA PSICOLOGIA E DA ESPIRITUALIDADE: UMA VISÃO INTEGRADA E TOTALIZADA DO SER HUMANO

ROSEMEIRE APARECIDA LOPES OTONI
roseotoni2003@gmail.com

GLÊNIA LARA DINIZ JORGE MELO
glenia.melo@fapam.edu.br

COORIENTADOR: JULIANO CARVALHO DE CASTRO
rhjuliano@outlook.com

RESUMO

O estudo em questão tem como objetivo compreender a relação entre a Psicologia e a Espiritualidade a partir de uma visão integrada e totalizada do ser humano. A psicologia é uma ciência que estuda o comportamento, os pensamentos e as emoções dos seres humanos; já a espiritualidade é uma busca pessoal inerente a todos para entenderem as respostas das perguntas essenciais sobre o significado da vida. A espiritualidade, quando bem integrada na vida do indivíduo, contribui de forma positiva para o equilíbrio do ser. Neste, deve-se também compreender as várias faces da empatia, que é a habilidade de se imaginar no lugar do outro, algo de suma importância na Psicologia. Para tanto a metodologia utilizada foi a Revisão Sistemática Bibliográfica, prioritariamente com os estudos da filósofa Edith Theresa Hedwig Stein, do psicólogo Carl Ransom Rogers e do neuropsiquiatra Viktor Emil Frankl. Para o alcance dos objetivos, o levantamento bibliográfico permitiu compreender a importância da espiritualidade na vida do indivíduo. Diante das diversas referências bibliográficas encontradas foi possível realizar várias interlocuções a cerca do tema proposto. Dessa maneira, o estudo mostra a importância da junção entre a psicologia e a espiritualidade, ambas agregando valores uma a outra, almejando melhor qualidade de vida aos seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: : Empatia; Espiritualidade; Ser Humano; Psicologia.

A NECESSIDADE DO ATENDIMENTO HUMANIZADO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DESDE A DENÚNCIA

SARAH MOREIRA FONSECA
sarahmoreirafon@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

No Brasil, o número de pessoas que sofrem violência doméstica vem aumentando significativamente, evidenciando ainda mais a necessidade do atendimento humanizado para essas vítimas desde a denúncia. Este artigo apresenta os tipos de violências citadas na Lei Maria da Penha nº 11.340/06; questiona as possíveis falhas no atendimento e no encaminhamento de vítimas de violências para a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica. Para além, são expostas maneiras de conscientizar e elucidar a necessidade de um atendimento humanizado, focado na Abordagem Centrada na Pessoa de Carl R. Rogers, identificando as estratégias de proteção e a importância da atuação do psicólogo no atendimento e na criação de medidas preventivas.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Humanizado; Violência Doméstica, Denúncia.

EDUCAR-SE PARA A MORTE: UMA BÚSSOLA PARA O VIVER

SÁVIO JUNIO DA SILVA
savio2838@gmail.com

ANA LUÍSA RIBEIRO
analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

Falar sobre assuntos relacionados à morte e à finitude ainda é visto como algo proibido na sociedade. Esse tabu se origina quando o ser humano é convidado a refletir sobre sua própria existência e se depara com angústias e incertezas. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de maneira que se dispõe a analisar, descrever e refletir questões e características de algumas concepções de morte e finitude. O objetivo do presente estudo é compreender como a morte e a finitude impactaram e ainda impactam a vida do indivíduo. Também são objetivos dele: compreender como uma educação para a morte pode afetar e nortear a vida do sujeito, em uma espécie de bússola, auxiliando o sujeito a encontrar sentido ou ressignificar suas vivências. Este artigo tem como relevância o discurso em relação à contextualização da morte e da finitude com o intuito de promover reflexões referentes a esses fenômenos e como eles podem contribuir sobre a construção do sentido da vida para o indivíduo no decorrer de sua existência. A importância de estudar um tema tão amplo e vasto se faz necessário para que se possa compreender um pouco mais sobre esse fenômeno ainda tão pouco falado e muitas vezes negligenciado na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Morte, Finitude, Educação-Para-A-Morte, Logoterapia.

A VOZ DO QUARTO DE DESPEJO: CONSIDERAÇÕES PSÍQUICAS SOBRE O FENÔMENO DA FOME PARTIR DO DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

TAUAN FELLIPE FERNANDES TEIXEIRA
tauanzitofellipe@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS
marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

O trágico retrocesso nos índices da fome em território nacional nos últimos anos indica esse fenômeno como um desafio constante para a ciência e a política pública no Brasil. O caráter emergencial dessa questão para a sociedade suscitou o presente artigo, que objetivou investigar e caracterizar os impactos da fome na saúde mental, a partir do profundo conteúdo literário da genial escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, em seu Quarto de despejo - diário de uma favelada. Recorreu-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao Código de Ética profissional do psicólogo e, principalmente, à noção psicanalítica de trauma, para iluminar a problematização aqui proposta. Concluiu-se sobre a necessidade de que a Psicologia não se furte ao debate sobre os efeitos psíquicos acarretados pela insegurança alimentar grave e, também, que se posicione, enquanto ciência e profissão, por uma prática comprometida com sua responsabilidade social e política.

PALAVRAS-CHAVE: Fome. Impactos Subjetivos. Trauma. Carolina Maria De Jesus. Literatura.

A PERCEPÇÃO COMO FERRAMENTA DE AUTO DESCOBERTA: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O SUJEITO E O MUNDO

TÚLIO MARINHO VIEIRA
tuliomarinho82@gmail.com

GLÊNIA LARA DINIZ JORGE MELO
glenia.melo@fapam.edu.br

RESUMO

Esse artigo apresentará uma ampla reflexão sobre o papel da percepção singular do ser humano. Propõe-se construir uma visão mais intensa de si mesmo e do meio onde se vive, no intuito de que ele consiga ter uma nova perspectiva capaz de desenvolver sua noção de ser, a qual responda suas dúvidas sobre o mundo onde ele está inserido e o alerte para refletir sobre a construção de sua percepção, dado que esses fatores influenciam na construção de sua existência. Tratará com importância os prejuízos gerados pela falta de consciência a respeito de si, do mundo e de seu corpo. Portanto, a presente pesquisa buscará refletir sobre a percepção do ser humano em sua maneira de conceber o mundo real, buscando priorizar verdadeiramente o que lhe dá valor, para que ele use os valores pessoais para construir a própria identidade e, assim, não ser estimulado a deixar seus desejos de lado, no intuito de se adaptar à uma vida concebida por valores e padrões que não são seus.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência; Fenomenologia; Humanismo; Percepção; Subjetividade.

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE OTIMIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

VITOR GARCIA MORGADO
vitorgmorgado@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA
marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

O mercado de trabalho globalizado e capitalista impõe exigências rigorosas às organizações como maior concorrência e competitividade na busca por profissionais qualificados. Assim, o presente artigo propõe uma reflexão sobre a evolução da área de recursos humanos no cenário organizacional, a partir da inclusão do psicólogo nesse contexto; bem como a importância da mudança do foco organizacional, que até então se direcionava ao campo operacional, para o capital humano. O estudo tem por objetivo analisar como o psicólogo organizacional pode otimizar o processo de recrutamento e seleção proporcionando às organizações melhor eficiência e eficácia em seus processos de trabalho. A metodologia utilizada foi a documental, com abordagem descritiva, mediante consultas em bases de dados como Google Scholar e SciELO. Por meio desta pesquisa, constata-se que, qualidade de vida no trabalho, satisfação e abordagem humanizada, são possíveis resultados advindos da atuação do psicólogo no contexto organizacional, quer no meio técnico, no âmbito estratégico ou mesmo no político.

PALAVRAS-CHAVE: Recrutamento. Seleção. Psicologia Organizacional. Gestão de Pessoas.

A EVOLUÇÃO DO AMOR: AMORES LÍQUIDOS

VIVIAN APARECIDA GUIMARÃES DE ALMEIDA
vivianguimaraees@gmail.com

DENISE SANCHES LOPES
denise.lopes@fapam.edu.br

RESUMO

O amor é um caminho astuto, sedutor, cobiçado e é impossível não querer trilhar seus vastos caminhos. Histórias de romance trazem uma idealização distorcida do que é realmente amar. Assim, pode-se pensar que relações instáveis são uma frustração dos amores idealizados por estas histórias românticas da ficção. Este trabalho tem o objetivo de ter uma possível compreensão destas frágeis relações que se dissolvem em instantes, que geram uma irresponsabilidade afetiva, sem levar em consideração o impacto que esses rompimentos trazem de malefícios para o parceiro. Com este trabalho de caráter bibliográfico e qualitativo, será abordado as definições de amor romântico e líquido, podendo trazer uma visão sobre as modernas relações interpessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Amor; Líquido; Relações; Relacionamentos.

DIREITO - 2º. SEMESTRE DE 2023

DO RECONHECIMENTO À TEORIA DAS FALSAS MEMÓRIAS: O PODER DA INFLUÊNCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL PERANTE AS PROVAS NO PROCESSO PENAL

ALEX GERALDO COSTA MARTINS
alexgeraldoigaratinga@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO
thais.galvao@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo científico tem como principal objetivo estudar os aspectos das falsas memórias no âmbito do direito processual penal, especialmente em depoimentos de testemunhas e acusados no reconhecimento fotográfico vigente acerca do artigo 226 e 227. Nesse contexto, tem como objetivo geral analisar o aspecto das falsas memórias presentes na prova testemunhal, já que este fenômeno psicológico é pouco aceito pelo magistrado que tem apreciação total para a sua convicção. Por outro lado, o legislador brasileiro por meio da Cláusula Pétrea, especialmente em torno do artigo 1º inciso III da Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988) traz a ideia do princípio da dignidade da pessoa humana, protegendo o cidadão brasileiro do poder leviatã do estado. Em decorrência da utilização da prova testemunhal na resolução de delitos, ocorrem vários reflexos acerca da qualidade e no procedimento adotado no Código Processual Penal brasileiro no âmbito do testemunho colhido pela polícia judiciária responsável pelo inquérito policial. Acometidos pelas falsas memórias presentes no reconhecimento das testemunhas em torno das feições, personalidade e vestimentas de autores e objetos que passam despercebidos pelas autoridades do judiciário brasileiro, fazendo com que aquele fato criminoso seja imputado às pessoas que nunca cometeram, realmente, os delitos criminais ou sequer estiveram na cena do crime, ocasionando ao menos a incerteza que não ocorreu o devido processo legal. O método utilizado na presente pesquisa científica é o indutivo, cujo meio utilizado foi o bibliográfico e documental, bem como análise em livros, artigos científicos e jurisprudências, apresentando uma análise temática, teórica e crítica acerca da temática acima abordada.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chaves: Dignidade Da Pessoa Humana, Direito Processual Penal, Prova Testemunhal, Falsas Memórias.

A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NOS CONCURSOS DA POLÍCIA MILITAR

ALICE DIAS ALCÂNTARA
alicedias2604@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

Este determinado artigo científico tem como finalidade analisar se a limitação de vagas para mulheres nos concursos públicos da Polícia Militar seria uma forma enraizada da discriminação de gênero e se essa questão viola princípios constitucionais vigentes, tais como o da igualdade. Para discorrer sobre esta temática, foram explicitados o conceito de gênero e a construção da discriminação na sociedade. Em segundo plano, foram apresentados editais de concursos públicos da Polícia Militar de alguns estados para apontar a problemática existente na limitação de vagas para as mulheres. Também foi mencionado, nesta pesquisa, o princípio da igualdade, analisando se este princípio constitucional está sendo ou não violado nos determinados concursos citados, uma vez que este assunto possui importante valor social, representando a busca da igualdade de direito para as mulheres. Deste modo, este estudo expressou com clareza que a distinção feita entre homens e mulheres, nesses concursos, é um exemplo clássico de discriminação de gênero e que, para erradicar esse fato, é necessário que essas vagas sejam distribuídas de uma maneira igualitária para ambos os sexos, visto que as legislações devem seguir os princípios constitucionais vigentes para se tornarem válidas. Todo este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, com argumentos relevantes sobre a discriminação de gênero, sendo adotado o método dedutivo e utilizando uma análise temática e crítica, uma vez que foram apresentados diversos materiais que se relacionam com o assunto principal, abordando as diferentes exigências dos editais dos concursos da Polícia Militar de alguns estados.

PALAVRAS-CHAVE: Concursos Públicos; Discriminação De Gênero; Limitação De Vagas; Polícia Militar.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ORDENAMENTO JURÍDICO: AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL ESPECIALIZADA NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS

AMANDA CIRA DE OLIVEIRA GOUVÊA ABREU
amanda.cira@tjmg.jus.br

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O tema abordado neste trabalho diz respeito ao direito básico à educação para todos, previsto na Constituição Federal de 1988, ressaltando o direito à Educação Especial Inclusiva, a qual propõe uma mudança dos valores da educação tradicional e uma reestruturação dos processos de inclusão, por isso a importância da elaboração das políticas públicas no contexto educacional inclusivo e da análise crítica da legislação no que tange este assunto. O presente trabalho tem como centralidade o conhecimento das Políticas Públicas de Inclusão e a análise da legislação vigente acerca do tema, com o objetivo principal de verificação e constatação dos avanços e desafios apresentados na implementação de uma Política Educacional Especializada para desenvolvimento e garantia de um Atendimento Educacional Especializado para os educandos com deficiência na rede de ensino público do município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, considerando as demandas e especificidades de cada educando. Para tanto, contextualiza a trajetória histórica das políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva, a partir da década de 90. Ademais, apresenta-se a legislação referente ao direito à educação das pessoas com deficiência, da primeira Constituição Brasileira de 1988 à Lei Brasileira de Inclusão, promulgada em 2015, qual seja, Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei 13.146/2015). O método de abordagem adotado é o dedutivo e a pesquisa utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi realizada com base em análise bibliográfica, documental e de campo. O presente estudo desse trabalho parte da hipótese que para a implementação da educação especial inclusiva os desafios a serem superados são maiores do que os avanços já alcançados, mas ao concluir, pode-se constatar muitas evoluções significativas no tocante aos avanços conquistados, tais como, leis e regulamentações que garantem o direito à educação inclusiva, conscientização sobre a importância da inclusão no desenvolvimento da sociedade, acesso e permanência dos educandos nas escolas, desenvolvimento de tecnologias assistivas, estrutura física adequada, recursos tecnológicos, apoios especializados, entretanto, constata-se que ainda há desafios a serem superados, como por exemplo, falta de recursos financeiros, barreiras culturais e sociais, e, sobretudo, a falta de programas adequados de formação e capacitação para os professores lidarem com os educandos que apresentam demandas específicas, sendo assim, é preciso trilhar novos caminhos para superar os obstáculos enfrentados, visando atribuir efetividade a longo prazo, incluindo cada vez mais os alunos com deficiência nas instituições de ensino, de forma plena, eficiente e digna, visando uma educação multidisciplinar pautada nas diversas formas de aprendizagem e, por consequência, ao exercício pleno de seu direito à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial Inclusiva.

A CRIMINALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

ANA CAROLINA APARECIDA DE MELO
aninhamelo521@gmail.com

THAIS MORATO MARINHO GALVÃO
thais.galvao@fapam.edu.br

RESUMO

O tema proposto para este trabalho refere-se a um estudo sobre a pornografia de vingança, exploração sexual e suas implicações no âmbito civil e criminal. O objetivo principal deste estudo é analisar a pornografia de vingança, suas características, a forma como está sendo disseminada, principalmente diante das novas tecnologias, os principais direitos fundamentais atingidos e a modalidade de violência de gênero ao qual está infringindo. A pornografia de vingança passou a ser considerada como crime com o advento da Lei 13.718, que entrou em vigor em 24 de setembro de 2018, inserindo novos crimes no texto do Código Penal, por isso, é um tema que deve ser discutido, tendo em vista sua visibilidade e relevância no meio jurídico, motivo pelo qual está sendo realizado este estudo. Com base no que está descrito neste trabalho, observa-se que a violência de gênero abarca mais um capítulo em seu contexto, onde a pornografia de vingança ganha espaço e, mesmo tendo legislação específica para tratar do tema, ainda é motivo de grande preocupação. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica, descritiva, onde foram pesquisados artigos científicos, doutrinas, legislações e jurisprudências sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Pornografia De Vingança. Crimes Cibernéticos. Exploração Sexual. Exposição Pornográfica Não Consentida. Lei 13718/18.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ABUSADOR PERANTE CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

ANA LETICIA DE FARIA RESENDE
analeticiaresende@gmail.com

CLENDERSON RODRIGUES DA CRUZ
clenderson.cruz@fapam.edu.br

RESUMO

O tema deste estudo é Responsabilidade Civil do Abusador Perante Crianças Vítimas de Abuso Sexual. Objetiva-se analisar a possibilidade de o abusador reparar os danos causados às crianças vítimas de abuso sexual. Aborda as consequências trazidas para as vítimas, influências negativas sobre o desenvolvimento cognitivo, psicológico, social e emocional. Problema: Há possibilidade de reparação civil judicial do abusador perante suas vítimas? Hipótese: Constata-se que o instrumento da responsabilidade civil é eficaz para reparar os danos advindos do abuso sexual objetivando a indenização das vítimas. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva utilizando-se como recursos livros ou artigos científicos pesquisados na base de dados SciELO sobre a temática. Por ser um tema relevante legislações preveem a proteção integral de crianças em todos os ambientes. Necessário discorrer sobre a responsabilidade civil, sua aplicação neste caso específico e a responsabilidade penal. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a proteção integral da criança, pela sua vulnerabilidade diante da prática de atos ilícitos de natureza sexual cometidos por adolescentes e/ou adultos. Daí a necessidade de o agressor responder na esfera criminal e na civil pelas agressões sexuais cometidas contra crianças. Como resultado pode-se afirmar que a legislação permite a reparação civil pecuniária atribuída ao abusador por danos morais e materiais causados às crianças. Conclui-se que muitos são os desafios para colocar em prática no Judiciário as ações de reparação civil, com o intuito de responsabilizar agressores sexuais também na esfera cível e não somente na criminal.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Abuso Sexual. Crianças. Abusador. Responsabilidade Civil. Possibilidade.

A (IN)EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS LEIS PENAIS SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

ANA VITÓRIA DA SILVA MENDES
mendesanavitoria28@gmail.com

GEOVÁ NEPOMUCENO MOTA
geova.mota@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca realizar uma análise crítica da flagrante violação dos Direitos Humanos enfrentada pelas mulheres privadas de liberdade no Sistema Penitenciário Feminino do Brasil, através do aspecto histórico e social que contribuiu para a consolidação da instituição prisional e da execução das penas, por meio da legislação que ampara os direitos das mulheres presas. O ponto de partida da pesquisa é o questionamento sobre quais são os desafios existentes perante o público feminino dentro do ambiente prisional e por que o sistema carcerário é tão desigual quando observam-se homens e mulheres encarcerados. Através de uma análise jurídica crítica, este estudo busca entender a complexa dinâmica do sistema prisional feminino brasileiro e como as leis penais são aplicadas nesse contexto. A investigação baseia-se em literatura especializada sobre mulheres presas para compreender a realidade vivida por elas. O estudo tem como propósito também evidenciar as questões presentes no Sistema Prisional Brasileiro, destacando como a aplicação inadequada das leis penais repercute diretamente sobre a população carcerária do país, principalmente sobre as presas. Além disso, busca analisar a extrema precariedade das condições em que os indivíduos, dotados de direitos fundamentais inerentes à sua condição humana, são deixados dentro das prisões. O objetivo central deste trabalho é não apenas focar o problema específico enfrentado pelas mulheres submetidas à pena privativa de liberdade, mas também retratar a situação caótica geral do sistema carcerário.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Sistema Prisional; Mulher; Dignidade Da Pessoa Humana; Prisão.

ENTRE SÍMBOLOS E REALIDADES: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA

ANNA LARA FERREIRA
annalara_1@outlook.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo aborda os crimes cometidos no contexto de violência doméstica como manifestações de um problema social, explorando o possível enquadramento da Lei Maria da Penha na teoria da Legislação Simbólica de Marcelo Neves. O objetivo geral do presente estudo é analisar os padrões desse tipo de violência e sustentá-los através de dados coletados a partir das denúncias oferecidas pela 5ª Promotoria de Justiça de Pará de Minas, demonstrando que esse modelo é uma construção histórica. A Lei Maria da Penha também será analisada sobre as perspectivas de sua aplicabilidade e efetividade no ordenamento jurídico, verificando se é possível considerá-la uma legislação-álibi. Por meio das pesquisas documental e bibliográfica, através do método dedutivo e utilizando-se também de análises temáticas, teóricas, históricas e comparativas, foi possível constatar que a violência doméstica é padronizada por ser a manifestação de um histórico de inferiorização e submissão da mulher. Além disso, verificou-se que a Lei 11.340/06 positivou a violência doméstica e modificou o paradigma de tolerância, tornando esse tipo de violência, que até então era tratado de forma íntima, em uma questão de Estado. Assim, considerando que a violência doméstica deriva de estereótipos enraizados na sociedade, a Lei Maria da Penha, com suas diversas finalidades sociais, possui efetividade para combatê-la, não se coadunando com a teoria de Neves.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica; Lei Maria Da Penha; Legislação Simbólica; Efetividade.

O VÍNCULO EMPREGATÍCIO E A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS CYBER-ATLETAS: DA (DES)NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS PROFISSIONAIS DE E-SPORTS

BLENDA EDUARDA DE MELO CUNHA
eduardablenda@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo investiga o universo dos cyber-atletas sob a ótica do Direito do Trabalho, particularmente no tocante à configuração do vínculo de emprego e à potencial necessidade de uma regulamentação específica para esses profissionais no Brasil. Buscando compreender os desafios inerentes à regulamentação dos e-Sports em relação aos esportes tradicionais, o estudo analisa a legislação vigente, a prática do e-Sport e a relação trabalhista estabelecida entre cyber-atletas e organizações de e-Sports. Com a evolução da sociedade, as formas de entretenimento ascenderam significativamente, os jogos online se tornaram um fenômeno mundial, com a capacidade de conquistar pessoas de todas as idades, tendo como consequência um aumento exacerbado no número de jogadores, o que acabou por expandir de forma exorbitante o mercado, até a fundação de organizações dedicadas aos torneios e campeonatos online. Ao versar sobre campeonatos nos deparamos com os jogadores profissionais, aquelas pessoas que começaram como jogadores corriqueiros e progrediram para as organizações, auferindo rendimentos para poder jogar com tratamento similar ao de um jogador de futebol. Diante disso, surgem as questões principais do presente estudo: os jogadores e sua regulamentação na esfera trabalhista. O objetivo geral do presente estudo é a (des)necessidade de leis trabalhistas para o universo dos e-Sports, considerando a aplicabilidade da Lei 9.615/1998, para tanto, é necessário analisar a extensão desta aos profissionais de e-Sports, verificando a necessidade da regulamentação de normas trabalhistas para os cyber-atletas, atentando-se aos princípios e fundamentos do Direito do Trabalho, a partir de um estudo hermenêutico, doutrinário e jurisprudencial, através do método dedutivo, buscou-se examinar como a teoria e a jurisprudência têm se colocado sobre esse tema. As conclusões preliminares apontam para uma necessidade de regulamentação específica que reconheça a singularidade dos e-Sports, assegurando direitos e deveres equilibrados para os cyber-atletas no cenário jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cyber-Atleta. Regulamentação Trabalhista. Jogos Online. Vínculo Empregatício. E-Sports.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 90-A DA LEI 9.099/95

BRENDA SARAIVA BARBOSA DE ARAÚJO
brendasaraiva10@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da (in) constitucionalidade do Artigo 90-A da Lei 9.099/95, que estabelece procedimentos especiais para o julgamento de crimes cometidos por militares. O estudo explora o contexto e a origem do artigo, destacando sua relevância no sistema jurídico brasileiro, discutindo a natureza especializada da justiça militar, suas regulamentações e seu papel na manutenção da disciplina e da conduta adequada das Forças Armadas. Será feito estudos de casos em que ilustram a aplicação prática da justiça militar em questões judiciais envolvendo militares, além de analisar as teses tanto a favor quanto contra sua constitucionalidade, fornecendo uma visão abrangente do debate em curso. No âmbito da metodologia, será adotado uma abordagem de pesquisa bibliográfica e documental, consultando fontes legais, doutrinas, e jurisprudências, para embasar o estudo, sendo também utilizado o método dedutivo, partindo de princípios legais e jurisprudenciais para chegar as conclusões específicas sobre a inconstitucionalidade. Será realizada análises detalhadas dos casos e das decisões judiciais que impactam a interpretação deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo 90-A, Lei 9.099/95, Constitucionalidade, Inconstitucionalidade, Justiça Militar, Militares.

A LICENÇA PARENTAL COMO BENEFÍCIO PARA HOMENS E MULHERES TRANS À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

CAMILA STEPHANY NOGUEIRA
camilasphnog2000@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo buscou analisar as licenças parentais como um benefício para homens e mulheres transexuais sob a ótica dos princípios constitucionais voltados à proteção das crianças e adolescentes e os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e igualdade. O ponto de partida para a pesquisa foi a constatação da evolução das estruturas familiares, que redefiniram o conceito de família tradicional e, questiona se o ordenamento jurídico está garantindo adequadamente os direitos previdenciários dos pais e mães transexuais que gestam ou adotam seus filhos, considerando que estes ficam muitas vezes à mercê do Judiciário para usufruírem das licenças-maternidade e paternidade. Para abordar esse assunto, os primeiros capítulos se dedicam a estabelecer conceitos essenciais para o entendimento da pesquisa, incluindo explicações sobre gênero, sexo, sexualidade e transexualidade, bem como a definição dos novos modelos familiares. Na segunda parte do trabalho, são examinadas as licenças parentais garantidas no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, são apresentados os princípios constitucionais do melhor interesse do menor, e como a não concessão das licenças parentais aos pais transexuais violam os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Utilizando o método dedutivo, combinando pesquisas bibliográficas, documentais e jurisprudencial, bem como análises temáticas, teóricas e críticas, este estudo conclui que, embora ainda não haja uma equiparação completa entre homens e mulheres trans e cisgêneros, o direito à licença parental deve ser estendido às pessoas transexuais. Isso é fundamental para preservar os princípios do melhor interesse da criança, da dignidade da pessoa humana e da igualdade, garantindo que os filhos cresçam e se desenvolvam em um ambiente familiar digno.

PALAVRAS-CHAVE: Transexuais; Licenças Parentais; Melhor Interesse Do Menor; Dignidade Da Pessoa Humana; Igualdade.

**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO DO CONSUMIDOR: A
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FORNECEDORES PELO TRATAMENTO
INADEQUADO DE DADOS PESSOAIS**

CARLA JÚNIA TOMAZ DE CAMPOS
carlacampos1222@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a lei geral de proteção de dados atentando-se no que compete ao direito do consumidor, principalmente no que se refere á responsabilidade civil demonstrada na própria lei aquela referente ao fornecedor quando do tratamento inadequado dos dados, mediante o Código de Defesa do Consumidor. A proteção de dados pessoais é um tema muito discutido atualmente. Este tema vai de encontro com os fundamentos que visam proteger a privacidade e progredir na compreensão da autonomia dos dados. Porém, enfrenta problemas sem precedentes no uso devido das novas tecnologias e da internet. Por isso, apresentar este tema no presente estudo, se faz importante, pois o mesmo aborda os principais tópicos referentes aos problemas da proteção de dados pessoas, principalmente no que vincula ao Direito do Consumidor. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos científicos, legislação e jurisprudência sobre o tema. A abordagem é qualitativa, baseando-se em referencial teórico acerca do assunto tratado neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção De Dados Pessoais. Direito Do Consumidor. Lei Geral De Proteção De Dados. Relação De Consumo. Responsabilidade Civil. Fornecedores.

O DESTINO DOS EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS EM CASO DE DIVÓRCIO

CYNTHIA ARAÚJO DE VASCONCELOS
cynthia.a.vasc@gmail.com

MARCIO EDUARDO S. N.P. MORAES
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

A criopreservação de embriões é uma técnica de reprodução assistida que consiste em congelar os embriões excedentes de um tratamento de fertilização in vitro, para que possam ser utilizados em uma tentativa futura de gravidez. Essa técnica é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que estabelece normas éticas para a sua realização e para o destino dos embriões criopreservados. De acordo com a Resolução CFM no 2.320/2022, os pacientes que optam pela criopreservação de embriões devem manifestar sua vontade, por escrito, quanto ao destino a ser dado aos embriões criopreservados em caso de divórcio ou dissolução de união estável, doenças graves ou falecimento de um deles ou de ambos, e se desejam doá-los. A doação pode ser feita para outras pessoas que necessitem das técnicas de reprodução assistida, para pesquisa científica ou para descarte. Em caso de divórcio ou dissolução de união estável, os embriões criopreservados pertencem aos dois cônjuges ou companheiros, e o destino dos mesmos deve respeitar a vontade expressa por eles no momento da criopreservação. Se houver divergência entre as partes, prevalece a vontade daquele que não deseja a gestação. Se não houver manifestação de vontade prévia, os embriões devem permanecer criopreservados até que haja consenso entre as partes ou decisão judicial. A técnica é segura e eficaz para preservar a fertilidade e permitir que casais possam ter filhos no futuro, mesmo em situações adversas como divórcio ou doenças graves. O destino dos embriões criopreservados em caso de divórcio depende da vontade dos pacientes que os geraram, expressa no momento da criopreservação ou posteriormente, e que deve ser respeitada pelo médico responsável pela técnica de reprodução assistida. Em caso de conflito, cabe ao Poder Judiciário decidir sobre o assunto, levando em consideração os princípios éticos e jurídicos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Embriões Criopreservados; Biodireito; Resolução 2.320/2022 Do Cfm; Direito De Família; Reprodução Assistida.

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR POR VÍCIO OCULTO NA INDÚSTRIA TECNOLÓGICA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, SEGUNDO ENTENDIMENTO DO STJ

DAIANA ALVES PEREIRA DOS SANTOS
daianaalves638@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo científico explora a responsabilidade objetiva do fornecedor por vício oculto na indústria tecnológica, analisando-a à luz do Código do Consumidor e conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A pesquisa examina as bases legais que embasam essa responsabilidade, considerando a complexidade dos produtos tecnológicos e os direitos dos consumidores. Além disso, o estudo analisa os principais julgamentos do STJ que moldaram o entendimento sobre a matéria, destacando as nuances das decisões judiciais nesse contexto. O artigo oferece esclarecimentos para entender como a jurisprudência do STJ tem influenciado a responsabilização dos fornecedores por vícios ocultos na indústria tecnológica sob a ótica do Código do Consumidor. Neste estudo, foram adotadas as metodologias bibliográficas, com a utilização de doutrinas que versam sobre o tema, e documental para a realização de uma análise aprofundada de casos jurisprudenciais selecionados do Tribunal Superior que envolvem a responsabilidade objetiva do fornecedor por vício oculto. Neste artigo, examinou-se também a responsabilidade objetiva do fornecedor por vício oculto na indústria tecnológica sob o prisma do Código do Consumidor e à luz das decisões do STJ. Foram abordadas as definições de vício oculto, a natureza da responsabilidade do fornecedor e a interpretação das normas legais pelo Tribunal da Cidadania. Por fim, identificou-se as circunstâncias ensejadoras dos casos de ocorrência da responsabilidade objetiva, as decisões proferidas pelo tribunal e os critérios adotados para a responsabilização.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Objetiva; Vício Oculto; Fornecedor; Tecnologia; Obsolescência Programada Tecnológica.

A INCIDÊNCIA DO DOLO NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SEUS EFEITOS

DAIANE LAURITA LIMA MENDES
daianelauritamendes227@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a alteração da Lei nº 8.829/92, pela Lei nº 14.230/21, que trouxe o dolo como condição indispensável para que seja o agente público e/ou terceiro interessado sejam condenados por Improbidade Administrativa. Após a promulgação da Lei nº 14.230 em 2021, se deu luz ao seguinte questionamento: considerando que o dolo é elemento indispensável para condenação por improbidade administrativa, qual será o efeito prático da retirada da culpa da improbidade administrativa? Para responder essa questão, procedeu-se à análise documental e jurisprudencial, utilizando-se do método dedutivo, bem como análise de doutrinas para que se possa obter um parâmetro de qual é a definição de Improbidade Administrativa, utilizando-se dos ensinamentos de Álvaro Lazzarini, Fábio Medina Osório, José dos Santos Carvalho Filho, entre outros, além de ter como marco teórico principal a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 843989 para que, através de análise crítica e documental de todo o material obtido, se pudesse chegar à resposta do questionamento anteriormente formulado. A importância do tema-problema se traduz no fato de ser uma alteração recente da legislação que trouxe inovações questionáveis para a Lei de Improbidade Administrativa, a qual causou a curiosidade dos estudiosos do direito, razão pela qual a realização da pesquisa terá a finalidade de contribuir para os estudos da comunidade jurídica e facilitar a compreensão do que significa a alteração da Lei nº 8.429/92 pela Lei nº 14.230/21, bem como de sua aplicação. Após estudo de diversas doutrinas e jurisprudências, tal qual a decisão do Recurso Extraordinário em Agravo 843989 proferido pelo STF em 2022 e legislações brasileiras que versam acerca da improbidade administrativa, concluiu-se que os efeitos de o dolo ser requisito indispensável à condenação do agente público ou terceiro interessado, logo, a retirada do elemento culpa da Lei de Improbidade Administrativa seriam, principalmente, a dificuldade do polo ativo da demanda de comprovar o liame subjetivo, bem como trará maior segurança jurídica para o processo judicial.

PALAVRAS-CHAVE: Atualização Da Lei Nº 8.429/92; Efeitos Da Retirada Da Culpa; Improbidade Administrativa; Incidência Do Dolo.

DRESS CODE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: É POSSÍVEL NA ESFERA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ESTABELECEM VESTIMENTA OBRIGATÓRIA PARA A FREQUÊNCIA EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS?

DAYANE FONSECA NEIVA DE OLIVEIRA
neivadayne00@gmail.com

JÚLIO MORAES DE OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Este estudo objetiva trazer uma análise aprofundada sobre a viabilidade da instituição de um código de vestimenta compulsório para acesso a estabelecimentos privados no contexto das relações de consumo. A escolha desse tema se justifica diante dos recorrentes episódios de discriminação enfrentados por indivíduos cuja vestimenta foi considerada inadequada pelos representantes desses estabelecimentos. A pergunta-problema que orienta esta investigação é: "É possível na esfera das relações de consumo, estabelecer vestimenta obrigatória para a frequência em estabelecimentos privados?". Para fundamentar essa pesquisa, adota-se uma abordagem bibliográfica e documental, com base em obras relevantes do campo do Direito do Consumidor, incluindo o livro "Curso de Direito do Consumidor" do professor Júlio Moraes Oliveira. Esta obra é um marco teórico essencial que proporciona uma compreensão aprofundada dos direitos e responsabilidades das partes envolvidas nas relações de consumo, enriquecendo a análise crítica proposta neste estudo. Além disso, a coleta de dados é conduzida em fontes específicas, incluindo bancos de dados digitais relacionados indiretamente ao tema. A análise documental é fundamental para compreender as diferentes perspectivas e contextos em que a imposição de códigos de vestimenta ocorre. Paralelamente, busca-se elucidar a jurisprudência e a legislação relevante, delineando os limites legais dessa prática e identificando possíveis condutas prejudiciais aos consumidores. No que diz respeito à metodologia, a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, permitindo uma análise aprofundada das fontes teóricas e documentais disponíveis. O procedimento metodológico emprega o método dedutivo, partindo de princípios gerais para chegar a conclusões específicas. Quanto aos procedimentos técnicos, envolvem diferentes tipos de análises, incluindo análises comparativas de casos e análises de conteúdo das fontes documentais. Em síntese, este estudo visa oferecer uma análise crítica e abrangente das concepções e princípios que orientam tanto os estabelecimentos privados quanto os consumidores envolvidos nessa contenda. Destaca-se a necessidade imperativa de ambas as partes operarem dentro das limitações legais estabelecidas, assegurando um equilíbrio entre os direitos dos estabelecimentos e os direitos dos consumidores nas relações de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Código De Vestimenta Compulsório, Relações De Consumo, Discriminação, Limites Legais, Condutas Prejudiciais.

A FINALIDADE E OS EFEITOS DA CONFISSÃO NOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

DÉLIO AUGUSTO SILVA ABREU
delioaugustos57@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo diz respeito sobre o Acordo de Não Persecução Penal – ANPP, inserido no novo pacote anticrime pela Lei 13.964/2019, com fulcro no artigo 28-A do Código de Processo Penal. Desenvolvido por meio de pesquisas doutrinárias, legislações e posicionamentos do ordenamento jurídico brasileiro, concernente acerca da confissão formal no Acordo de Não Persecução Penal. A pesquisa aborda acerca dos requisitos do Acordo de Não Persecução Penal para que este seja formulado e entabulado, em especial sobre o requisito da confissão formal e circunstancial, bem como aborda o conceito da confissão e os seus efeitos ao investigado. Sendo assim, a problemática do artigo versa sobre a hipótese de a confissão violar o princípio da presunção de inocência previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, uma vez que para o acordo ser homologado é necessária a confissão formal por parte do agente cometedor de determinada infração penal. Logo, conclui-se a pesquisa chancelando que essa confissão acaba violando não só o princípio da presunção de inocência, mas o princípio da não autoincriminação e o direito ao silêncio, sendo, portanto, necessário declarar a inconstitucionalidade de tal requisito pelo simples fato de afrontar o positivado na Constituição Federal. Trabalho desenvolvido através da metodologia de pesquisas bibliográficas, obras doutrinárias, legislação e normas constitucionais, precedentes jurisprudenciais, utilizando-se o método de abordagem dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Pacote Anticrime; Anpp; Requisito Da Confissão; Ação Penal.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 492, I, “E” DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ENZO FARIA SOUSA
enzofs7@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo examinar as condenações com pena superior a quinze anos de reclusão no Tribunal do Júri. Após essa condenação, o juiz presidente da sessão pode ordenar a execução imediata da pena provisória. O foco principal da pesquisa é o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.235.340/SC, relacionando-o ao princípio da presunção de inocência e do direito constitucional de recorrer em liberdade, uma vez que, ao iniciar-se a execução da pena provisória, a culpa do condenado estaria sendo reconhecida antes do trânsito em julgado da sentença. A problemática do estudo se encontra justamente voltada para a relativização do princípio constitucional a fim de iniciar-se o cumprimento imediato da pena provisória. O artigo explora o modo em que a condenação superior a quinze anos pode induzir a uma falsa perspectiva em relação aos princípios constitucionais, ponderando que, antes mesmo da vigência do “pacote anticrime” o Supremo Tribunal Federal já admitiu o cumprimento provisório da pena após diversas sessões de julgamento no Tribunal do Júri. O Trabalho será desenvolvido utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica, doutrinária, jurisprudencial alinhado a abordagem dedutiva. Ao final deste estudo, conclui-se que o cumprimento imediato da pena imposta perante o Tribunal do Júri é legal, não viola a presunção de inocência, realizando apontamentos relacionados ao julgamento analisado, jurados e a soberania dos veredictos, bem como o direito de a sentença ser analisada em órgão ou instância superior.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal Do Júri; Condenação; Presunção De Inocência; Direito De Recorrer Em Liberdade.

A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO BRASILEIRO

FÁBIO DE SOUZA OLIVEIRA
fabinhosouzaoliveira@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES
josehenrique.rodriques@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a instituição do imposto sobre grandes fortunas (IGF) no contexto brasileiro, sua eficiência e eficácia na realização da justiça fiscal e na redução das desigualdades sociais à luz dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e das demais considerações feitas no decorrer do estudo. O tema problema do trabalho de pesquisa a ser desenvolvido é o seguinte: é viável a instituição do imposto sobre grandes fortunas no Brasil? Este se justifica sob o ponto de vista prático, social, econômico, financeiro, jurídico e político. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica, em especial, as fontes formais e materiais relacionadas ao tema proposto, assim como em artigos e discussões doutrinárias. O procedimento metodológico caracterizou-se pelo método dedutivo, partindo-se de uma concepção genérica para a concepção específica, com a identificação dos limites objetivos e subjetivos do presente problema. Por fim, quanto ao procedimento técnico, fez-se presente a análise interpretativa e comparativa, nacional e estrangeira, histórica e temática, tudo isso em atenção à crítica científica. O trabalho de pesquisa foi desenvolvido em 03 (três) seções, concluindo-se, nas considerações finais, pela inviabilidade da instituição e regulamentação do imposto em comento, com base nas propostas legislativas que têm sido apresentadas no Congresso Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Imposto Sobre Grandes Fortunas (Igf), Sistema Tributário Regressivo, Desigualdade Social, Omissão Legislativa.

A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO BRASILEIRO

FÁBIO DE SOUZA OLIVEIRA
fabinhosouzaoliveira@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a instituição do imposto sobre grandes fortunas (IGF) no contexto brasileiro, sua eficiência e eficácia na realização da justiça fiscal e na redução das desigualdades sociais à luz dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e das demais considerações feitas no decorrer do estudo. O tema problema do trabalho de pesquisa a ser desenvolvido é o seguinte: é viável a instituição do imposto sobre grandes fortunas no Brasil? Este se justifica sob o ponto de vista prático, social, econômico, financeiro, jurídico e político. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica, em especial, as fontes formais e materiais relacionadas ao tema proposto, assim como em artigos e discussões doutrinárias. O procedimento metodológico caracterizou-se pelo método dedutivo, partindo-se de uma concepção genérica para a concepção específica, com a identificação dos limites objetivos e subjetivos do presente problema. Por fim, quanto ao procedimento técnico, fez-se presente a análise interpretativa e comparativa, nacional e estrangeira, histórica e temática, tudo isso em atenção à crítica científica. O trabalho de pesquisa foi desenvolvido em 03 (três) seções, concluindo-se, nas considerações finais, pela inviabilidade da instituição e regulamentação do imposto em comento, com base nas propostas legislativas que têm sido apresentadas no Congresso Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Imposto Sobre Grandes Fortunas (Igf), Sistema Tributário Regressivo, Desigualdade Social, Omissão Legislativa.

PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES DA JUSTIÇA NEGOCIAL PENAL: UM ESTUDO SOBRE SUA INCORPORAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

FABRÍCIO APARECIDO ESTEVES
fabricioesteves27@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a viabilidade e os impactos da implementação da justiça negocial no Código de Processo Penal Brasileiro, em alguns momentos fazendo um paralelo com sistema norte americano “Plea Bargaining”. Por sua vez, a justiça negocial é um modelo alternativo de resolução de conflitos que se baseia na negociação entre as partes envolvidas tendo a intervenção do Estado como facilitador e garantidor dos direitos fundamentais. No contexto do sistema judicial criminal brasileiro, a introdução de mecanismos que remetam a justiça negocial poderia, ou, poderá, trazer benefícios como a redução da morosidade processual e a ampliação da satisfação das partes envolvidas. No entanto, tais sistemas não são livres de falhas, enfrentado ao longo deste trabalho, questões complexas relacionadas à garantia dos direitos individuais e a equidade no tratamento dos envolvidos. Em outra perspectiva, questionamentos validos a serem apresentados nesta obra serão: “Até onde vai a discricionariedade do Ministério Público na hora de negociar com o acusado?”; “Quais são os principais desafios ao se implementar tais mecanismos no sistema processual penal brasileiro”. Este estudo busca examinar estes e outros pontos que orbitam a justiça consensual. A metodologia deste estudo envolve a revisão bibliográfica, análise de jurisprudência, estudo comparado de sistemas jurídicos estrangeiros, bem como o procedimento metodológico será o dedutivo e o procedimento técnico será por meio de análises teórica, interpretativa, comparativa, histórica, crítica, dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Negocial; “Plea Bargaining”; Delação Premiada; Ponte De Diamante; Transação Penal; Juizados Especiais; Conflito; Acordo De Não Persecução Penal.

ABUSO DO DIREITO NA RECLAMAÇÃO DOS CONSUMIDORES

FERNANDA GUEDES DUARTE
fernanda_duarte98@hotmail.com

JULIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O direito do consumidor e os abusos praticados pelo fornecedor são pautas de frequentes discussões, mas não se pode anular o fato de que, em alguns casos, o próprio consumidor pode agir de má-fé, prejudicando o fornecedor. O trabalho a seguir objetiva realizar um estudo sobre as perspectivas que envolvem o direito de reclamar e a ocorrência do abuso deste direito em casos que há relação de consumo. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica, alicerçando as discussões em artigos, livros, teses que abordem a temática. Espera-se elucidar as questões que envolvem esta relação para que possa ser uma relação de benefícios mútuos em todas as relações consumistas. O estudo se justificou na necessidade de aprofundamento teórico a respeito do tema, de forma a evidenciar que o consumidor também pode agir de má fé, cometendo abuso de seu direito. A legislação consumerista é essencialmente protetiva ao consumidor, vez que foi criada especialmente para que este, parte mais vulnerável na relação, tenha seus direitos preservados e possa garanti-los em juízo. A conclusão do estudo esclarecerá que é imprescindível que o direito de reclamar seja exercido de maneira fundamentada e razoável para que o consumidor não ocorra em abuso.

PALAVRAS-CHAVE: Código De Defesa Do Consumidor; Abuso Do Consumidor; Má Fé.

A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NA JUSTIÇA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE O MOMENTO DE SUA APLICAÇÃO À LUZ DE PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS

FERNANDA MACIEL DE OLIVEIRA
correiodafernandam@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O processo é uma construção participativa do convencimento do Juízo. Partindo-se do ponto de que a verdade absoluta nem sempre é possível de ser atingida, a eficiência da prestação jurisdicional dependerá da construção dos fatos pelas partes através das provas carreadas, sendo que a resolução da demanda deve ser fundamentada naquilo que consta no processo. Posto isso, a prova não apenas é um direito constitucional garantido através dos Princípios do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, como também um ônus da parte na construção da justiça. Como ônus entende-se o encargo da parte de provar os fatos que vinculam a decisão jurisdicional a seu próprio interesse. Caso a parte não o faça, não sofrerá sanções, mas poderá ser prejudicada na decisão uma vez que o juiz fica adstrito ao que lhe foi levado. Esse ônus é distribuído dentro do processo, cabendo a partes distintas o ônus de provar fatos levados, a depender da situação, ou seja, o ônus não é absoluto, sobretudo na Justiça do Trabalho, uma vez que o ônus pode ser incumbido a quem tenha mais condições de provar. Assim, o juiz, percebendo a hipossuficiência técnico-documental do trabalhador e a verossimilhança das suas alegações, poderá inverter, à incumbência da outra parte, o ônus de provar. Considerando-se a essencialidade das provas no processo, imperioso se torna o estudo da distribuição do ônus, sobretudo do momento em que deve ocorrer. Não rara é a aplicação dessa distribuição durante a sentença, ao invés de ocorrer durante a instrução trabalhista. O presente artigo objetiva, dessa forma, através de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se do método dedutivo de pesquisa, por meio de uma leitura crítica, interpretativa e comparativa, analisar o momento de aplicação da distribuição do ônus de prova no âmbito da justiça trabalhista. Não obstante estar normatizada a distribuição do ônus em várias situações, observa-se uma insegurança dos operadores do direito em sua aplicação no momento da instrução trabalhista, por ser um tema relativo, ou seja, que vai se alterar a depender das circunstâncias e peculiaridades do caso. Debate-se, assim, à luz do processo constitucional, se seria a distribuição do ônus uma regra de instrução ou uma regra de julgamento, sendo a hipótese científica do presente artigo a distribuição do ônus como regra de instrução, a ser confirmada ou não após a análise.

PALAVRAS-CHAVE: Ônus De Prova; Distribuição Dinâmica Do Ônus; Instrução; Processo Do Trabalho.

MICROSSISTEMA COLETIVO, AÇÃO POPULAR E A DISCUSSÃO CRÍTICA SOBRE SEU OBJETO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

FILIPE MATIAS BARBOSA RAMOS
filipembr2018@hotmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

COORIENTADOR: FABRÍCIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Direito se propõe a investigar o microsistema coletivo, a Ação Popular e a controvérsia em torno de seu objeto, focando na possibilidade do cidadão, enquanto legitimado ativo da ação popular, pleitear a aplicação das penalidades previstas na lei de improbidade administrativa. A justificativa para este estudo emerge da relevância jurídica e econômica intrínseca à questão, visto que o efetivo combate à improbidade administrativa é essencial para a proteção do patrimônio público e, por conseguinte, para a promoção do desenvolvimento social e econômico. O trabalho fundamenta-se em uma extensa revisão bibliográfica, análise documental e estudo jurisprudencial, adotando uma abordagem dedutiva para analisar criticamente a pertinência da inclusão das penalidades da lei de improbidade administrativa no âmbito da Ação Popular. Utilizando métodos temáticos, teóricos e interpretativos, a pesquisa examina casos paradigmáticos, doutrinas e argumentos jurisprudenciais para construir um panorama abrangente do tema. A metodologia empregada neste estudo é caracterizada por uma pesquisa bibliográfica detalhada, que se constituiu como a principal fonte para a construção dos fundamentos teóricos. Além disso, foi realizada uma análise minuciosa de documentos legais, decisões judiciais e posicionamentos doutrinários relevantes. A abordagem jurisprudencial permitiu a identificação de tendências e divergências nos julgados, fornecendo um contexto empírico valioso para a discussão crítica. A relevância deste estudo reside na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do entendimento jurídico sobre a efetividade das ações populares como instrumento de combate à improbidade administrativa. Ademais, ao explorar a interseção entre a Ação Popular e a lei de improbidade administrativa, este trabalho proporciona insights significativos para aprimorar a legislação e a prática judiciária, promovendo assim a transparência, a responsabilidade e a integridade no exercício da administração pública.

PALAVRAS-CHAVE: Microsistema Coletivo, Ação Popular, Improbidade Administrativa, Legitimado Ativo.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

GUSTAVO GEURANE PEREIRA ELIAS
geuranegustavo@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo refere-se à investigação criminal sendo realizada de forma direta pelo órgão do Ministério Público. Assim, tem por objetivo ser feita a análise se há a constitucionalidade dessa interferência. Dando início com uma contextualização histórica de como surgiu a investigação criminal juntamente com a origem dos órgãos da precursão penal, ressaltando sua necessidade e importância dentro do nosso direito positivado. Será feita uma análise comparativa entre os sistemas inquisitório e investigatório, fazendo uma observância aos atributos constitucionais das polícias judiciárias e do ministério público. Após é feita uma crítica da atuação investigacional do órgão e a afronta ao princípio da paridade de armas. Ademais, uma análise em relação a inconstitucionalidade da atuação do ministério público no tocante a investigação criminal e suas consequências processuais com base no projeto de emenda constitucional 37. O trabalho é desenvolvido utilizando o método histórico, o método comparativo e a técnica de pesquisa documental e bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Investigação Criminal. Ministério Público. Constitucional. Direito Penal. Ação Penal.

OS ACIDENTES DE TRÂNSITO, AS CAUSAS DE AUMENTO PREVISTAS NA LEI 9503/97, E A (IM)POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE DOLO

GUSTAVO MONTEIRO CEZAR
gustavomcezar14@gmail.com

CESAR AUGUSTO FARIA FREITAS
cesar.freitas@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo científico analisa os motivos por trás do aumento dos crimes de trânsito e como a questão da intenção deliberada, conhecida como dolo, se aplica a esses casos. O presente artigo enfatiza a necessidade de uma aplicação mais rigorosa das leis de trânsito e destaca a importância da conscientização dos condutores dos veículos sobre as implicações legais e éticas de seu comportamento no trânsito que incorrerão nos casos criminosos, visando à redução dos incidentes e à promoção da segurança viária. Inicialmente, foi feita breve análise sobre os tipos culposos e dolosos dos crimes em geral. Após, foi feito um conceito de trânsito e veículos automotores, e a aplicação do Código Penal aos crimes ocorridos na direção de veículos. Logo depois foram analisados os crimes de no trânsito, dando maior enfoque ao crime de homicídio e lesão corporal culposa. Em seguida, passou a ser analisado os principais fatores que contribuem para o aumento dos crimes no trânsito, como o excesso de velocidade nas vias, consumo de substâncias que afetam a capacidade psicomotora dos condutores de veículos automotores, distrações ao conduzir o veículo e desobediência às regras de trânsito. Também foi analisado o principal tema deste artigo, e o que nos leva à pergunta problema: É possível a incidência do elemento subjetivo dolo no crime de homicídio, previsto no artigo 302, do Código de Trânsito Brasileiro, incidindo assim, no artigo 121 do Código penal? Em seguida, exploramos como as autoridades judiciais avaliam se os infratores agiram intencionalmente ao cometerem um crime de trânsito, considerando as consequências de suas ações. O estudo foi conduzido pela pesquisa teórico-bibliográfica, bem como análise de doutrinas e julgados dos tribunais brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Dolo; Culpa; Crimes De Trânsito.

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS CONTIDO NA LEI 11.343/06

HUGO GABRIEL DE OLIVEIRA
hugo.gabriel30@gmail.com

CÉSAR AUGUSTO FARIA FREITAS
cesar.freitas@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a possibilidade de utilização do Princípio da Insignificância no crime de tráfico de drogas contido no artigo 33 da Lei nº 11.343/06, explicando do que se trata tal princípio, quais os requisitos para sua aplicação, se é possível aplica-lo no crime em questão e mostrando argumentos e posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema. O Princípio da Insignificância não tem previsão legal no direito brasileiro, trata-se de uma criação da doutrina e da jurisprudência, cuja natureza jurídica é de uma causa de exclusão da tipicidade material. Tanto na doutrina quanto na jurisprudência existe uma discussão sobre a possibilidade da aplicação desse princípio no crime de tráfico de drogas, entretanto, não há um consenso sobre o tema, tendo a corrente majoritária o entendimento de que não seria possível a aplicação e a minoritária de que seria possível. Assim, a presente pesquisa apresenta a seguinte questão: “A aplicação do princípio da insignificância no crime do art. 33 da Lei nº 11.343/06 deve ser feita ou não?”. A hipótese científica criada nesse trabalho é de que não seria possível a aplicação do princípio no caso de tráfico de drogas em virtude de se tratar de um crime de perigo abstrato e de não serem atendidos os requisitos estipulados pelo princípio da insignificância. O Método a ser utilizado na presente pesquisa científica, é o dedutivo, cujos meios utilizados são o bibliográfico e o documental, por meio da análise de livros, artigos científicos e jurisprudências, apresentando uma análise temática, teórica e crítica acerca da temática acima abordada.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio Da Insignificância. Tráfico De Drogas. Lei Nº 11.343/06. Tipicidade Material.

MEDIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES QUE ENVOLVAM ALIENAÇÃO PARENTAL: ANÁLISE DA (IN)APLICABILIDADE E EVENTUAIS OBSTÁCULOS E LIMITAÇÕES

ISABELA KAREN CORGOSINHO DE ABREU
isacabreu1704@gmail.com

SÔNIA CRISTINA MALTA FAGUNDES
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

O tema deste trabalho é a mediação como forma de resolução de conflitos familiares que envolvam a alienação parental. Esta surge do rompimento do elo conjugal quando há existência de filhos em comuns, em que envolve a guarda de menores, aonde um companheiro denigre a imagem do outro induzindo pensamento negativo a respeito do mesmo na criança e do adolescente. A hipótese detalhada neste trabalho se refere ao fato de que a alienação parental pode trazer consequências negativas para os cônjuges, mas principalmente para as crianças e ainda ao fato de que a mediação pode ter limitações de aplicabilidade em conflitos familiares que envolvam alienação parental. Para este estudo, procurou-se analisar, a síndrome decorrente da alienação parental e o instituto da mediação como forma de trazer soluções para estes conflitos. Como resultado, denota-se que, a mediação é uma forma de conduzir várias questões no Judiciário, de maneira que a judicialização de demandas antes realizadas, se resolvam de forma amigável. E, não é diferente no caso da alienação parental, em que pode haver bons resultados diante da mediação. Porém, observou-se durante este estudo, que em alguns casos, como naqueles onde ocorre violência doméstica, a mediação não deverá ser utilizada, tendo em vista a situação vivida pela mulher e muitas vezes os filhos, levando-se em conta que foi promulgada legislação sobre o tema. A metodologia utilizada neste trabalho foi a referência bibliográfica, através de estudos, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, legislação e doutrinas sobre o tema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Parental. Mediação. Lei 12318/2010. Síndrome Da Alienação Parental.

A CONFIGURAÇÃO DO ACIDENTE DE TRABALHO NA MODALIDADE DE TELETRABALHO

ISADORA CRISTINA JULIO OLIVEIRA
isadoraoliveira620@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como intuito analisar se é possível o acidente de trabalho na modalidade de teletrabalho, tendo em vista que, embora a Reforma Trabalhista tenha trazido um capítulo específico para o teletrabalho, o acidente de trabalho não foi totalmente regulamentado, se tornando um empecilho para sua comprovação. No decorrer da pesquisa, foi apresentado o conceito de teletrabalho, bem como sua origem no ordenamento jurídico brasileiro e suas principais atualizações até o momento, após a reforma trabalhista. Em seguida, foi conceituado o acidente de trabalho, sendo compreendido suas hipóteses legais, além de apresentar a distinção entre acidente de trabalho na modalidade de teletrabalho e o acidente doméstico. E, por fim, a presente pesquisa analisou o posicionamento jurisprudencial acerca do acidente de trabalho nesse modelo de contrato. Deste modo, este artigo expressou com clareza que, embora não exista ainda uma norma que regulamente de forma efetiva as questões acidentárias no teletrabalho, ainda assim é possível obter seu reconhecimento e, para resolver este problema, é necessário a criação de uma norma com a finalidade de permitir com

que os empregadores possam fiscalizar o local em que o empregado exerce suas atividades para maior efetividade e limitação do acidente de trabalho no regime de teletrabalho, evitando doenças e acidentes trabalhistas, além de esclarecer os fatos e o estabelecimento do nexos causal, permitindo com que as partes tenham maior segurança jurídica na aplicação dessa modalidade. O estudo foi realizado através de legislações, doutrinas e jurisprudências e extraídos de publicações editoriais, todos previstas em portais de tribunais e juizados que tenham ligações relevantes sobre o teletrabalho, além de artigos, pesquisas de relevância com o tema e sites acadêmicos, sendo adotado o método dedutivo e utilizado uma análise temática e crítica, uma vez que foram apresentados diversos materiais que se relacionam com o assunto principal, abordando os tipos de acidente de trabalho e sua configuração na modalidade de teletrabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente De Trabalho; Reforma Trabalhista; Teletrabalho.

ESTUDO DA PEJOTIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO VÍNCULO DE EMPREGO E AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DELE DECORRENTES

IZABELA RIBEIRO DE VASCONCELOS
izabelaribeirodevasconcelos@gmail.com

LÚCIO APARECIDO MOREIRA
lucio.moreira@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar as lacunas que propiciam o fenômeno da pejotização e seus impactos nas relações de trabalho. Em linhas gerais, a pejotização consiste na contratação de pessoas jurídicas por empresas, mas que, na prática, caracteriza uma relação de emprego. Isso ocorre quando empresas contratam funcionários como se pessoas jurídicas fossem, o que resulta na ausência de garantias trabalhistas e na precarização do trabalho. Assim, com o referido o tema visa-se levar a conhecimento geral que a prática em questão revela-se extremamente comum e ocorre há dezenas de anos, de modo que apenas com um conhecimento claro acerca de sua diferenciação para uma terceirização comum será possível coibi-la enquanto método ilícito. Com esse intuito, no âmbito do Direito Civil serão estudadas as modalidades de contratação para prestação de serviços, buscando identificar se a Pejotização se enquadra nessas modalidades ou se configura uma fraude à legislação trabalhista. No Direito do Trabalho, serão analisadas as características e requisitos da relação de emprego, comparando-as com as relações estabelecidas na pejotização. Por fim, no Direito Constitucional, serão examinadas as garantias fundamentais relacionadas às condições de trabalho, buscando verificar se a pejotização viola essas garantias. Ao final, espera-se esclarecer os pontos levantados e obter uma compreensão mais precisa sobre as implicações da pejotização para cada uma das partes envolvidas. À vista disso, serão utilizadas as doutrinas de Maurício Godinho Delgado, André Luiz de Carvalho, Iuri Pinheiro/Raphael Miziara, Gustavo Filipe Barbosa Garcia e Lorena Vasconcelos Porto, autores que discorrem não somente acerca da prática em questão, mas de todos os preceitos trabalhistas a ela contrapontos. No que toca à metodologia, será realizada pesquisa bibliográfica, que incluirá consulta a doutrinas como livros, artigos e pesquisas, bem como documental através da legislação e da jurisprudência pertinente ao tema. Além disso, utilizar-se-á do procedimento metodológico dedutivo, a partir da concepção ampla de terceirização para a específica quanto à sua aplicação deturpada na atualidade. Por derradeiro, será utilizada a análise temática, uma vez que serão abordados temas periféricos para estudo do tema problema, que incluirá conceitos do Direito Civil, do Direito do Trabalho e do Direito Constitucional; teórica, com menção a todos as referências bibliográficas localizadas acerca do tema; interpretativa quanto à transcrição de lei e jurisprudência, com o respectivo posicionamento pátrio; histórica, com a transcrição da linha do tempo até a contemporaneidade, que possibilitou a prática em lista e, por derradeiro, a crítica, a partir do pressuposto que o estudo pejotização levará à reflexão e conhecimento geral as circunstâncias que propiciam e fomentam essa ocorrência, demonstrando seus aspectos positivos e negativos.

PALAVRAS-CHAVE: Pejotização; Lacunas; Direitos Trabalhistas; Fraudes; Benefícios.

USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS:POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUA APLICAÇÃO

JOÃO MARQUES BARBOSA CAMPOLINA
joaombcampolina2@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste na análise da usucapião, mais precisamente no que diz respeito à possibilidade de sua aplicação em se tratando de bens públicos. O estudo do tema se faz necessário, tendo em vista que atualmente existem inúmeros bens públicos inutilizados, não cumprindo, conseqüentemente, a sua função social. É do conhecimento de todos que muitos deles são ocupados por uma quantidade imensa de pessoas, e mesmo assim, o ordenamento jurídico brasileiro proíbe expressamente a aplicação do instituto. Para o desenvolvimento do trabalho, serão abordados fundamentos doutrinários, legais e principiológicos, que mostrarão as vertentes favoráveis e desfavoráveis à aplicabilidade da usucapião em se tratando de bens públicos. Além disso, será apresentado o conceito de usucapião, bem como, a evolução histórica do instituto, suas modalidades, requisitos e peculiaridades, a fim de mostrar ao leitor, de forma clara e objetiva, tudo o que se caracteriza como mais relevante a respeito do tema selecionado. O método de pesquisa dedutivo foi eleito como o mais adequado ao desenvolvimento do estudo, juntamente com as análises temática, interpretativa, crítica e comparativa.

PALAVRAS-CHAVE: Usucapião; Bens Públicos; Princípio.

DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA POR SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A ÓTICA DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO NON BIS IDEM

JOAO PAULO ALVES MALHEIROS
jpalves1608@hotmail.com

FABRICIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a existência de violação do princípio non bis idem na demissão por justa causa ocasionada em virtude de sentença penal condenatória transitada em julgado: Um estudo sobre a ótica da violação do princípio non bis idem, regra contida na alínea “d” do artigo 482 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), considerando que a interpretação do dispositivo reconhece a dispensa por justa causa somente após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em que resulte encerramento do vínculo empregatício. Todavia, o princípio "non bis in idem", também conhecido como princípio da dupla punição, é um dos pilares fundamentais do sistema penal e busca evitar a dupla punição por um mesmo fato, visando garantir a segurança jurídica e a proteção dos direitos fundamentais do indivíduo, evitando assim, abusos por parte do Estado. Entretanto, tratando-se a respeito da possibilidade da demissão por justa causa em decorrência de sentença penal condenatória, a aplicação do referido princípio encontra certos desafios, apesar de serem esferas independentes e diferentes, o objetivo do presente trabalho é discutir se constituiu ou não violação do princípio non bis idem na demissão por justa causa do funcionário, ou seja, o empregador não estaria violando o princípio mencionado? Apesar de esta previsto na CLT, o empregador estaria punindo o funcionário pelo mesmo fato com a pena máxima prevista na norma trabalhista? Diante disso, o objetivo geral do trabalho é pesquisar e analisar sob a ótica dessa duplicidade de punições se existe tal violação ao princípio non bis idem. Assim, a presente pesquisa fará a abordagem dos institutos responsáveis, com análises teóricas e interpretativas, utilizando-se do método hipotético-dedutivo. Dito isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, com objetivo de debater por meio de análise de doutrinas, artigos científicos, bem como de recentes julgados no assunto, sobre a violação do princípio do non bis idem da sentença penal condenatória transitado em julgado na demissão por justa causa.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Condenação Criminal, Despedida Motivada, Justa Causa, Princípio Do Non Bis Idem.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DA HOMOFOBIA NAS EMPRESAS: UM ESTUDO DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO

JONATAN FILIPE SOARES DA SILVA
jonatan_silva89@hotmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO
thais.galvao@fapam.edu.br

RESUMO

Na organização de vida do sujeito, o trabalho ocupa um lugar importante na construção de sua identidade. No mercado de trabalho observa-se que ao longo de seu percurso, vários grupos foram marginalizados, como mulheres e grupos homoafetivos. Frente a tais colocações, desenvolveu-se um estudo teórico e documental a fim de investigar a possibilidade jurídica de danos causados aos homossexuais no mercado de trabalho, sendo este tema justificado por este grupo social ainda sofrer com problemas de marginalização. Levantou-se os critérios jurídicos envolvidos no assunto embasados na legislação vigente e a quantificação dos danos causados. O dano moral pode ser individual ou coletivo, sendo aquele que interfere na individualidade do outro ou na coletividade das pessoas. Todo ato discriminatório, cria uma ofensa aos direitos da personalidade da vítima, causando graves repercussões na esfera psicofísica. A homossexualidade é colocada como uma orientação e não como uma opção sexual, deste modo ela pertence à personalidade do indivíduo e se respalda nos dizeres “liberdade” e “igualdade” contidos na Constituição. O indivíduo tem a liberdade, desde que não agrida o outro, de construir uma relação afetiva. A discriminação no trabalho não é consequência apenas de atos

PALAVRAS-CHAVE: : Homossexualidade; Discriminação; Mercado De Trabalho; Igualdade; Dano.

UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

JONATHAN MICHAEL GOMES DUARTE
gabinetejonathanvereador@gmail.com

GIOVANNI VINÍCIUS CAETANO E SILVA
giovanni.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de impeachment dentro do ordenamento jurídico brasileiro, bem como seus impactos dentro da esfera legislativa e jurídica. O impeachment é um processo político-jurídico que possui o objetivo de apurar o cometimento de crimes de responsabilidade por governantes no exercício de seu mandato. Devido a repercussão causada em âmbito nacional pela abertura dos processos de impeachment nos governos de Fernando Collor de Mello, em 1992, e de Dilma Rousseff, em 2016, que ocasionaram o afastamento dos ex-presidentes, surge a seguinte questão: quais impactos são ocasionados pelo processo de impeachment na sociedade brasileira? Desse modo, a presente pesquisa abordará tais elementos, sendo importante e atual, por dissertar sobre um tema contemporâneo. O artigo terá embasamento bibliográfico, com pesquisa em doutrinas e em leis, utilizando-se do método hipotético-dedutivo. Conclui-se, dessa forma, que o processo de impeachment pode ocasionar diversos impactos negativos e positivos na sociedade, a depender de sua utilização.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Impactos, Impeachment, Sociedade.

A RESPONSABILIDADE DOS INSTAGRAMMERS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

JULIANA ESTEFANY DINIZ
julianaestefany1235@hotmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar a responsabilidade dos influencers digitais, especialmente os instagrammers, nas relações de consumo. Com o advento da internet, o mercado de trabalho foi reinventado para comportar as novas profissões do meio digital, dentre eles, aqueles que trabalham diretamente com divulgação de produtos e/ou serviços em suas redes. É notável que a presença dos influencers nas redes gera lucro e atratividade para as marcas, que estudam seu possível veiculador baseado em seu alcance e engajamento. Isto posto, objetiva-se neste artigo delimitar o quão forte é a influência dos produtores de conteúdo digital para com seu público, que, aos olhos do Código de Defesa do Consumidor, pode ser considerada a parte vulnerável da relação, posto que está sujeito à contínua divulgação de produtos e/ou serviços, além da opinião do divulgador com quem foi desenvolvida a relação de confiança e consumo. Assim, é possível levantar: quais responsabilidades e deveres têm os influencers digitais perante seu público consumidor? Por fim, para o esclarecimento dos objetivos de estudo propostos neste artigo utilizou-se do método de pesquisa dedutivo, cujo procedimento técnico se deu por meio de análise teórica e interpretativa. Ademais valeu-se de revisão bibliográfica cuja consulta foi feita por intermédio de doutrinas e artigos científicos, além de recentes decisões que explanem o mercado digital à luz do CDC

PALAVRAS-CHAVE: Direito Do Consumidor; Influencers Digitais; Responsabilidade Civil.

ASPECTOS CARACTERIZADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE ENGANOSA OU ABUSIVA

JULIANA FRANCO NOGUEIRA
julianafnog6@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se, através da presente pesquisa científica, abordar sobre os aspectos caracterizadores do instituto da responsabilidade civil, em decorrência da veiculação de publicidade enganosa ou de cunho abusivo. Nesse esteio, compreende-se que a Constituição Federal de 1988, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Código Civil Brasileiro atuam em prol da proteção dos consumidores e responsabilizam as empresas, no âmbito cível, pela propagação de publicidades ilícitas, que conduzam ao erro, que sejam propagadas apenas para fins de obtenção de lucros, ou seja, que violem direitos fundamentais da parte mais vulnerável dessa relação consumerista. Diante disso, diversos doutrinadores e juristas posicionam-se em favor da responsabilização civil dessas empresas, por atuarem na esfera de decisão do consumidor de modo negativo, induzindo-os apenas ao consumismo exacerbado, sem deixar claro a real intenção dos anúncios. Portanto, coaduna-se com o posicionamento da doutrina majoritária, ou seja, pela possibilidade de responsabilização civil dessas empresas, que se utilizam de mecanismos midiáticos (TV, rádio, internet, dentre outros mecanismos), apenas para gerar lucros e, concomitantemente, incitem à violência, ocasionem em discriminação ou atuem negativamente na esfera de decisão do consumidor acerca de um produto ou serviço. Ademais, uma vez que se torna possível a responsabilização civil, há de se considerar o pagamento de danos morais e materiais em prol da parte prejudicada, ou seja, o consumidor. Em relação à metodologia adotada, ressalta-se que a presente pesquisa científica teve como subsídio instrumentos bibliográficos, doutrinários e jurisprudenciais, em decorrência do tema em comento ser predominantemente teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Civil; Direitos Do Consumidor; Danos; Publicidade Enganosa E Abusiva; Direito Civil Brasileiro.

A (IN)DISPENSABILIDADE DO ADVOGADO DURANTE A OITIVA DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS NA FASE DE INQUÉRITO POLICIAL

KELLEN KAROLINY RODRIGUES FONSECA
kellenrodriguesdir@outlook.com

CÉSAR AUGUSTO FARIA FREITAS
cesar.freitas@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a in(dispensabilidade) da presença do advogado durante a oitiva das partes e testemunhas na fase do inquérito policial, destacando seu caráter inquisitivo e sua influência nos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Ainda, visa abordar os temas introduzidos pela Lei 13.245/2016, que apontou as prerrogativas do advogado, incluindo seu direito de acompanhamento do Investigado, desde a primeira fase da investigação criminal.

Considerando que a primeira fase processual brasileira possui uma essência inquisitiva, visto que a coleta de indícios ou elementos informativos fica a cargo das autoridades competentes e há clara ausência de contraditório, há de levantar a questão: o advogado é dispensável na fase de inquérito? Ainda, é possível que o advogado do Investigado acompanhe oitivas de testemunhas e vítimas da parte contrária durante a primeira fase processual? Para esclarecer a questão necessário será não apenas educar-se quanto ao histórico do sistema processual brasileiro, isto é, quanto ao seu caráter inquisitivo e/ou acusatório, ainda, explanar-se-á a Lei 13.245 de 2016, tratada comumente por "Lei da Advocacia no Inquérito Policial", que dispõe que é direito da defesa possuir acesso aos autos do inquérito, além de acompanhar os depoimentos e apresentar os devidos requerimentos. Desta linha, o presente artigo se posiciona desfavorável em relação à presença do advogado nas oitivas das vítimas e testemunhas durante a primeira fase da persecução penal, apontando-se o amparo legal que destaca a dispensabilidade obrigatória da figura do advogado.

Por fim, insta realizar uma pesquisa das vertentes doutrinárias que abordam a questão levantada, por meio da qual concluiu-se que o advogado possui pleno direito de acompanhar o cliente durante a fase de investigação, contudo, estando limitado ao mero acompanhamento procedimental, livre de interferências. Isto posto, para atingir os objetivos propostos neste estudo utilizou-se do método de pesquisa dedutiva-interpretativa por meio de revisão bibliográfica, utilizando-se, ainda, de elementos críticos e teóricos.

PALAVRAS-CHAVE: Inquérito Policial; Processo Penal; Sistema Inquisitivo; Contraditório E Ampla Defesa; Garantias Fundamentais.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO: INOVAÇÕES E RESTRIÇÕES INTRODUZIDAS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

LARA TATIELE MACIEL DA SILVA
larataty25@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças trazidas pela Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) quanto ao Sistema de Registro de Preços, de modo a comparar seu uso anterior em relação à Lei nº 8.666/93 e a ao novo conjunto de dispositivos, que apresenta modificações significativas.

Nesta seara, há de destacar a adesão a ata de registro de preços, documento vinculativo relacionado ao Sistema de Registro de Preços, que institui a figura do “carona” e qual é sua importância particular para com os municípios, posto que tema em questão tem potencial para afetar os processos licitatórios de diversas cidades do Brasil quando a Lei nº 14.133/2021 for oficialmente tida como obrigatória. Sabe-se, ainda, que a problemática foi levantada em debate na Câmara dos Deputados em 2022.

O objetivo do estudo é justamente entender e explicar as modificações e prejuízos aos municípios perante à sua vedação de uso das atas gerenciadas por outros municípios, abordando-se especialmente as restrições e suas consequências perante ao advento da Nova Lei de Licitações. Afinal, se é permitido que os municípios façam adesão à ata de preços gerenciada por órgão ou entidade federal, distrital ou estadual, por qual razão o mesmo não se estende aos entes federais locais (municípios)? A problemática se manifesta no questionamento: a omissão legislativa foi acertada ou deve haver uma nova alteração na lei que sequer é imperativa ainda? O presente estudo entende que o descaso do legislador tem potencial para causar grandes prejuízos aos pequenos municípios, de forma que há evidente necessidade de adequação do novo dispositivo legal que veda a adesão às Atas de Registro de Preço entre municípios.

Deste modo, para atingir os objetivos de estudo propostos neste artigo utilizou-se do método dedutivo-comparativo por meio de revisão bibliográfica cuja consulta foi feita por intermédio de livros e artigos científicos, buscando, ainda relacionar o conhecimento obtido a realidade dos municípios brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Nova Lei De Licitações; Sistema De Registro De Preços; Ata De Registro De Preços; Administração Pública; Licitações.

ATIVISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA SENTENÇA ULTRA PETITA

LAURA DE PAULA OLIVEIRA
laura.p.paula.13@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho analisa a sentença ultra petita como forma de ativismo judicial na Justiça do Trabalho. Na Justiça do Trabalho, a aplicação dessa sentença pode ser importante para garantir a efetivação dos direitos trabalhistas, especialmente para a classe trabalhadora mais vulnerável, podendo compensar o trabalhador por danos morais ou materiais sofridos, que não foram especificados na petição inicial, por isso a importância do estudo e escolha deste tema. A sentença ultra petita é aquela que concede mais do que foi pedido na ação, violando os limites da demanda. O ativismo judicial é uma atitude proativa do Judiciário, que interfere nas políticas públicas e nos direitos fundamentais, muitas vezes sem observar a separação dos poderes. A pesquisa faz um estudo teórico, utilizando como metodologia de pesquisa o procedimento dedutivo, sobre a influência do Estado Liberal e do Estado Social no papel do juiz, os conceitos de sentença ultra petita, ativismo judicial e Justiça do Trabalho, e os princípios e normas do processo do trabalho. Em seguida, faz uma análise crítica sobre as sentenças ultra petita na Justiça do Trabalho, verificando se elas são uma forma de ativismo judicial e quais são seus efeitos jurídicos sociais. A conclusão aponta os desafios e responsabilidades do juiz do trabalho na efetivação dos direitos trabalhistas, especialmente em um contexto de crise econômica e social, demonstrando que a aplicação da sentença ultra petita como forma de ativismo judicial na Justiça do Trabalho pode ser favorável em alguns casos, desde que seja utilizada com cuidado e imparcialidade, garantindo assim, a justiça social e a proteção dos direitos fundamentais. Para desenvolver essa pesquisa, será feito um estudo teórico-bibliográfico e jurisprudencial, de forma dedutiva e comparativa, buscando embasar teoricamente a discussão sobre ativismo judicial e sentenças ultra petita.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo Judicial; Ultra Petita; Estado Liberal; Estado Social; Justiça Do Trabalho.

FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE À MULHER TRANSEXUAL

LAURA SILVA BESSA
lauraa.bessa08@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo acerca da aplicabilidade da qualificadora do feminicídio às vítimas mulheres transexuais, além da discussão perante essa problemática que abarca sobre o conflito entre gênero e sexo e sobre o sujeito passivo no crime de feminicídio. O número de mortes de transexuais no Brasil é alto e nomear o crime é enxergar o problema e as milhares de vítimas de forma mais clara, sem as excluir da sociedade. As hipóteses discutidas na pesquisa serão no tocante das divergências entre decisões judiciais, embasando-se no próprio conceito de feminicídio e como o ordenamento jurídico atualiza-se de acordo com a evolução da sociedade, entretanto ainda existe um número pequeno de aplicação do feminicídio para mulheres transexuais. Para tanto, foi utilizado como metodologia para o desenvolvimento do estudo: a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método dedutivo, com análises teóricas, através dos principais autores das obras e a coleta de dados, encontrada em bancos de dados digitais específicos, além de buscar informações documentais, por meio de jurisprudências e legislação. O objeto do estudo tem como finalidade realizar uma análise do caso e demonstrar a viabilidade da aplicação do feminicídio para mulheres transexuais, visto que, existe uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro tratando do tema estudado, uma vez que, o conceito de feminicídio está ligado ao gênero, não ao sexo biológico. Dessa forma, a pergunta problema que delimita o objeto da presente pesquisa é a seguinte: o dispositivo legal do feminicídio pode ser interpretado de forma extensiva, a ponto de incluir a mulher trans?

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio; Transexualidade; Mulheres Trans; Aplicabilidade.

PRESCRIÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO

LEIDIANE KÁTIA DOS REIS LOPES
leidycarter28@hotmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar a importância da prescrição no Trabalho Doméstico, com enfoque a necessidade da aplicação dos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais ao trabalhador doméstico, para que haja uma coesão no ordenamento jurídico, já que o prazo prescricional dessa classe trabalhadora não se faz muito claro sendo contraditório ao não ser delimitado na Constituição Federal Brasileira de 1988, e tratado em sede infraconstitucional. Alguns autores utilizados para tal pesquisa foram Alice Monteiro de Barros, Arnaldo Rizzardo, Mauricio Delgado, Sergio Martins dentre outros trazendo grande relevância para o tema desse artigo oferecendo um embasamento teórico consistente e jurisprudencial em face dessa ausência de prazo. Portanto após essa análise o objetivo principal do artigo é discutir a aplicação do prazo prescricional dos trabalhadores domésticos, tendo em vista o ordenamento jurídico e a jurisprudência terem dois posicionamentos distintos. Um segmento defende a aplicação do prazo cível de 10 anos, previsto no artigo 205 do Código Civil de 2002, tendo em vista a exclusão dos empregados domésticos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a omissão do inciso XXIX no parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal; outro segmento defende a aplicação do prazo constitucional, aplicado aos demais empregados normatizado no inciso XXIX do artigo acima referido, pois o Código Civil não regulamentaria relações de trabalho, com a presença do requisito de subordinação. Já na Lei Complementar 150 de 2015 houve disposição de tal prazo prescricional aplicável, porém se trata de uma norma infraconstitucional, no qual tal norma deve estar em conformidade com os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal. Por fim, conclui que a prescrição no Trabalho Doméstico é um tema de suma importância e que sua aplicação adequada pode contribuir para a valorização e o reconhecimento dessa classe, garantindo seus direitos e promovendo igualdade de condições no mercado de trabalho. É fundamental que sejam tomadas medidas para combater a invisibilidade desse tipo de trabalho e promover a dignidade e a justiça para esses profissionais. É que se promova a conscientização sobre os direitos assegurados dos trabalhadores domésticos e a da prescrição, sendo imprescindível a elaboração de uma legislação específica dentro da Constituição Federal para garantir a proteção e a segurança desses trabalhadores. A metodologia aplicada a este artigo constitui de uma pesquisa bibliográfica, documental como análise de doutrinas, artigos científicos e jurisprudência e buscou-se tomar conhecimento acerca do que a legislação prevê sobre essa problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Prescrição; Trabalho Doméstico; Trabalhadores.

(IN)CONSTITUCIONALIDADE E (I)LEGALIDADE DO PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO” NO BRASIL

LETÍCIA SILVA GOMES
leticiasilva.lsg@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa tem por tema a análise da constitucionalidade e legalidade do projeto de lei Escola sem Partido. Tal análise se justifica na alteração proposta pelo projeto, que busca incorporar seus princípios e deveres à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O direito à educação é um dos direitos fundamentais reconhecido constitucionalmente e tem por objetivo garantir as pessoas o acesso a uma educação de qualidade, igualdade de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento social. Do mesmo modo, tem-se a liberdade de cátedra que reconhece aos educadores e educandos o direito de ter acesso à educação, a liberdade de ensino e pensamento crítico. O projeto de lei “Escola Sem Partido” é um movimento que visa estabelecer no ambiente educacional, do ensino básico ao superior, a neutralidade política, ideológica e religiosa de maneira a restringir a liberdade do professor de abordar temas inerentes ao processo de formação do estudante. O objetivo geral do presente estudo é investigar e avaliar a constitucionalidade e legalidade no projeto “Escola sem Partido” e, para tanto, é necessário fazer uma pesquisa documental, bibliográfica e jurisprudencial acerca do tema-problema. Assim, adotando o método dedutivo, que parte de uma visão ampla para específica em um estudo teórico, interpretativo e crítico é possível verificar que coibir/oprimir o educador de versar e debater sobre temáticas primordiais para o desenvolvimento pleno e intelectual do educando ofende e viola as normas fundamentais. O projeto de lei “escola sem partido” revela-se inconstitucional e ilegal no Brasil ao contrariar princípios constitucional, uma vez que o estudante tem o livre acesso à uma educação relevante, atualizada e capaz de fornecer conhecimento e competência para um pensamento crítico e analítico de tudo aquilo que envolve os direitos individuais e coletivo. Limitar o aprendizado contraria o Estado Democrático de Direito, contraria a Lei de Diretrizes e Base, contraria a educação inclusiva e cerceiam todo o esforço dos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Sem Partido; Liberdade De Cátedra; Inconstitucionalidade; Acesso À Educação.

A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS COTAS ELEITORAIS

LORENA MARIANA BAHIA SANTIAGO
lorenamariana_10@hotmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão da (in)visibilidade da mulher na esfera política por meio da análise das cotas eleitorais, abordando suas bases doutrinárias, efetividade e influência. As Leis n.º. 9.100/95, n.º. 12.034/09 e n.º. 9.504/97, bem como a Emenda Constitucional n.º. 117/2022, servem como fundamentos legais subjacentes. A questão central da pesquisa indaga sobre a contribuição das cotas eleitorais na expansão concreta da visibilidade e representatividade feminina no âmbito político. A hipótese é que as cotas eleitorais têm contribuído para a visibilidade e representatividade das mulheres na esfera política. O desenvolvimento do estudo abrange a abordagem histórica da sociedade patriarcal como contexto propiciatório para a emergência das cotas, visando a equidade de gênero. A trajetória histórica das cotas no Brasil, desde a conquista do sufrágio feminino no século XIX até a instituição das Leis n.º. 9.100/95 e n.º. 9.504/97, culmina na relevância da Emenda Constitucional n.º. 117/2022. Essa contextualização é essencial para entender a origem e evolução das cotas e sua relação com os avanços dos direitos femininos. A análise empreendida contempla a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, juntamente com as normativas em destaque, a Lei n.º. 12.034/2009 e a Emenda Constitucional n.º. 117/2022. A pesquisa realiza uma investigação aprofundada das bases legais e mudanças legislativas que pautaram a implementação das cotas eleitorais de gênero no cenário político nacional. Em termos metodológicos, o estudo é caracterizado como um estudo bibliográfico e análise documental. A abordagem bibliográfica permite compreender as teorias, conceitos e discussões relacionadas às cotas eleitorais e à participação política feminina. A análise documental coteja as legislações, emendas e documentos oficiais que fundamentam as cotas eleitorais e influenciam a presença das mulheres na arena política. A abordagem metodológica adotada segue um viés dedutivo, partindo de uma visão panorâmica da disparidade de gênero na política e avançando para uma compreensão mais particularizada das cotas eleitorais. Conclui-se que as cotas eleitorais representam instrumentos viáveis para promover uma ampla participação das mulheres na política, contribuindo significativamente para sua visibilidade e representatividade na esfera política. Essas medidas visam superar barreiras históricas e estruturais que mantiveram as mulheres em desvantagem na arena política, incentivando seu envolvimento ativo e efetivo. A pesquisa oferece uma análise evolutiva e sólida sobre o tema, ressaltando como essas medidas têm contribuído para a visibilidade e representatividade das mulheres na esfera política.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Afirmativas; Cotas Eleitorais; Gênero Feminino; (In)Visibilidade Da Mulher; Luta De Classe.

A SELETIVIDADE PENAL NO SISTEMA CARCERÁRIO DE PARÁ DE MINAS

MAÍSA GABRIELA REZENDE ALVES E SILVA
maisagalvess@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo investiga a teoria da seletividade penal e realiza uma investigação sobre a população carcerária de Pará de Minas/MG, apontando como a seletividade penal, de forma concreta, é sistematizada no nosso ordenamento jurídico. O Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), uma das tecnologias utilizadas para esse trabalho, revela a dura realidade do sistema penal do sistema carcerário brasileiro, evidenciando que a maioria dos detentos é composta por indivíduos negros, com baixo nível de escolaridade e recursos financeiros limitados, demonstrando ser o grupo mais vulnerável dentro da sociedade. Analisa-se o que é a seletividade penal, o seu contexto histórico e estuda-se as teorias criminológicas e de que forma elas atuam na sociedade. Observa-se que em certos tipos de delitos, como o tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, surge um estereótipo que leva a crer que as leis são aplicadas com o propósito de criminalizar essa população. Uma das principais conclusões é que a maioria das pessoas que cometem crimes mais graves, como os crimes de colarinho branco, não é sentenciada, ao passo que a população encarcerada é composta pelos mais desfavorecidos na sociedade. A metodologia empregada será a revisão bibliográfica, a análise de documentos e a utilização do método indutivo, analisando processos penais dos encarcerados da Penitenciária Dr. Pio Canedo de Pará de Minas/MG e analisando dados a partir dos dados do SISDEPEN.

PALAVRAS-CHAVE: Seletividade Penal. Criminologia. Sisdepen. Pará De Minas. Negros.

OMISSÃO ESTATAL EM FACE DAS MULHERES ACAUTELADAS: DESAFIOS FACTUAIS DENTRO E FORA DO CÁRCERE

MARIA CRISTINA MASCARELLO
mariamascarellopeessoal@gmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

A legislação brasileira como um todo, sempre busca garantir que os direitos e garantias fundamentais sejam aplicados a todos os sujeitos da sociedade. No entanto, a realidade carcerária do Brasil, de forma geral, enfrenta diversos obstáculos, se tornando um tema complexo a ser debatido. Contudo, a situação das mulheres acauteladas acompanha diversos problemas específicos, muitas vezes concernentes ao gênero feminino e agravados pela omissão estatal, tais como o abandono familiar, falta de fornecimento de produtos básicos de higiene, ausência de assistência médica adequada no que se refere à saúde física e mental das detentas, e, também, a escassez de programas de educação e capacitação profissional propensos a garantir o mínimo alento para o futuro destas mulheres. Este artigo utiliza a pesquisa bibliográfica e documental, alinhada ao método dedutivo em conjunto com a análise temática, teórica, comparativa e crítica. Ao final deste estudo, foi possível atestar que a omissão estatal é responsável por ceifar o anseio de uma vida digna subsequente ao cárcere, conjuntamente a completa falta de estruturação dentro dos estabelecimentos prisionais, que gera danos irreversíveis às detentas, no entanto, através das propostas de intervenção apresentadas ao final deste estudo, pode-se constatar que a ressocialização não é necessariamente utópica, e, em muitos dos casos, ao disponibilizar mecanismos básicos, muitas das mulheres obtém êxito em retornar a sociedade recuperadas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Acauteladas; Ressocialização; Omissão Estatal; Abandono Familiar; Condições Carcerárias.

PROTEÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO CORPO E INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA.

MARIA DE LOURDES FARIA
mariadlfaria@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Constitui objeto da presente pesquisa analisar a atuação do Estado na proteção do direito fundamental ao corpo e a integridade física e psíquica da mulher em situação de rua, demonstrando o dever do Estado em planejar e executar políticas públicas destinadas a essas mulheres para transformar esta realidade. Expondo-se o direito fundamental a saúde, assistência médica, hospitalar, psíquica e mental, junto com estratégias criadas para combater o uso de drogas ilícitas por mulheres que se encontram nesta situação. Abordará também a Ação Civil Pública número 1001521-57.2017.8.26.0360, da 2ª. Vara Cível de Mococa/SP, que se trata do caso de Janaína Quirino que teve seus direitos violados ao ser submetida ao procedimento cirúrgico laqueadura sem o seu próprio consentimento. Demonstrando ao final se as políticas públicas planejadas e executadas pelo Estado são eficazes para proteger o direito fundamental da mulher que se encontra em situação de rua. A proteção ao direito fundamental ao corpo, integridade física e psíquica da mulher é de extrema importância e envolve uma análise crítica de questões sociais e de direitos humanos. Trata-se de um assunto de difícil solução, pois estas mulheres geralmente passam despercebidas pela sociedade, sofrendo discriminação, violência e preconceitos diariamente, onde se torna essencial estudar a eficácia das políticas públicas existentes bem como buscar soluções que promovam a proteção, autonomia e dignidade. O problema da pesquisa: As políticas públicas planejadas e executadas pelo Estado para proteger o direito fundamental ao corpo e integridade física e psíquica da mulher em situação de rua são eficazes? Como resultado pode se aventar que ainda há muito o que ser feito para melhorar a eficácia das políticas públicas destinadas as mulheres em situação de rua, sendo fundamental um esforço contínuo para fornecer suporte e recursos adequados para combater as causas estruturais da situação de rua, como a pobreza, a violência doméstica e a falta de moradia acessível. Quanto ao procedimento metodológico, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental optando-se pelo método dedutivo. Partindo-se de uma concepção ampla para uma específica, ou seja, abordando quem é a mulher em situação de rua e delimitando-se no dever do Estado em criar políticas públicas eficazes para abrandar esta violação. Sendo realizado uma análise interpretativa e teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Situação De Rua; Proteção; Estado; Saúde.

DESIGUALDADE NA APLICAÇÃO DO ARTIGO 28 DA LEI DE DROGAS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE E IMPLICAÇÕES PENAIS

MARIA EDUARDA GOMES RIOS
megsdr@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo trata da desigualdade na aplicação do artigo 28 da Lei de Drogas, relacionando o mesmo à população negra. É um estudo sobre a constitucionalidade e as implicações penais, a seletividade racial no contexto do artigo 28 da mencionada Lei de Drogas. Tal artigo é um dos pontos mais controversos e influentes das políticas públicas relacionadas às drogas no Brasil e regula a posse e o uso de drogas para consumo pessoal, tendo gerado muitas discussões no domínio legal e na sociedade em geral. O método utilizado foi pesquisa bibliográfica, descritiva, através de livros, artigos científicos e legislação aplicada ao tema. O principal objetivo deste tema é examinar as complexas consequências do artigo 28 nos domínios do direito constitucional, penal e processual penal, paralelamente, demonstrando a relação que existe entre a população negra e o sistema penal. Com isso, como resultado da pesquisa, tem-se que, diante da história das políticas de drogas no Brasil no século XX e início do XXI, podem-se observar mudanças e continuidades que levantam questões importantes sobre os efeitos dessas políticas em diferentes grupos sociais. Assim, houve discussões doutrinárias a respeito das garantias fundamentais, igualdade e justiça como resultado da implementação do Artigo 28. Por isso, a conclusão a que se chega é que o artigo 28 traz consequências no momento em que é aplicado de forma desigual, afetando diretamente a população negra, o que acaba por promover debates nas esferas constitucional, penal e processual penal.

PALAVRAS-CHAVE: Lei De Drogas. Artigo 28. Lei 11343/2006. Seletividade Racial. Implicações Penais.

A IMPORTÂNCIA DO JUIZ DE GARANTIAS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA DISSONÂNCIA COGNITIVA

MATEUS VASCONCELOS DE OLIVEIRA
mateusvasconcelos00@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho discorrerá acerca do processo penal brasileiro, abordando sua função social e seus diferentes sistemas, que se compreendem no sistema inquisitivo, acusatório, e o sistema misto, com enfoque no atual sistema adotado pelo Brasil, o acusatório, correlacionando-o com a premissa do devido processo legal e, conseqüentemente, com a implementação do Juiz de Garantias como forma de mitigar a parcialidade do Juiz de Direito. Será abordado ainda, a importância da imparcialidade do juiz no processo penal brasileiro, como preceito base para um processo mais justo, tendo em vista que o volume de recursos submetidos à reanálise dos tribunais as sentenças de primeira instância, com o respectivo provimento, ou ainda a superlotação carcerária, revelam um sistema em crise, que carece ser lapidado. O Juiz de Garantias já ganhou força em regiões da América Latina e da Europa, sendo adotado por diversos países como Argentina, Portugal, Espanha, Itália e outros, seu debate foi aprofundado também no Brasil. A Lei nº 13.964/2019, Lei Anticrime, trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro o instituto do Juiz de Garantias, que tem a finalidade de garantir maior imparcialidade e eficácia na condução da fase de investigação criminal. O Juiz de Garantias nada mais é do que um Juiz de Direito que atuará somente na fase investigatória do processo criminal, enquanto o juiz regular atuará na fase de instrução e julgamento processual, corroborando assim com que a análise do mérito na sentença do acusado não seja dotada dos pré-julgamentos daquele que acompanhou o inquérito. Busca-se apontar ao longo deste estudo, que a imparcialidade de um julgador (prevento) para sentenciar o réu, fica comprometida ao ponto em que ele participa também de uma fase pré-processual inquisitiva, com base na “teoria da dissonância cognitiva” desenvolvida por Leon Festinger e debatida por Bernd Schunemann. O método adotado neste artigo é o bibliográfico e a abordagem realizada foi de modo sistêmico, dialético, dedutivo e comparativo. Por fim, evidenciará a importância da implementação do Juiz de Garantias e o grande avanço processual, obtido através deste, corroborando com um processo mais seguro e justo.

PALAVRAS-CHAVE: Juiz De Garantias. Imparcialidade. Processo Penal. Teoria Da Dissonância Cognitiva.

ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MUNICÍPIOS

MATHEUS HENRIQUE DOMINGUES PEREIRA
matheushenriqued13@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a responsabilidade dos municípios em relação aos animais que vivem nas ruas, com foco no seguinte tema-problema: "A responsabilidade civil dos municípios em relação aos animais de rua". Este tema é de extrema relevância não apenas para o campo jurídico, mas também para a sociedade em geral, pois aborda questões relacionadas à segurança pública tanto dos animais quanto dos cidadãos. Inicialmente, a pesquisa aborda os aspectos históricos dos direitos dos animais, destacando sua evolução ao longo dos séculos na legislação brasileira. Em seguida, é discutida a responsabilidade civil dos municípios no cuidado com os animais, incluindo a obrigação de controlar a população de animais de rua e indenizar danos eventualmente causados por eles. Além disso, são abordados os desafios no enfrentamento à problemática proposta, como a falta de fiscalização do cumprimento das legislações pertinentes ao tema e das políticas públicas propostas. Por fim, o estudo destaca desafios futuros na gestão desses animais e ressalta a relevância da bioética ambiental e da educação na proteção dos animais de rua. Para desenvolver esta pesquisa, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação do método dedutivo. Três tipos de análises foram empregados: a análise temática, a análise teórica e a análise histórica, contribuindo para uma abordagem abrangente e fundamentada sobre o tema em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Animal; Responsabilidade Civil; Zoonoses; Município.

A RESPONSABILIDADE PENAL DO MÉDICO NO COMÉRCIO DE ÓRGÃOS HUMANOS

MICHELE ROSE REIS RIBEIRO
michelerose638@gmail.com

THAIS MORATO MARINHO GALVÃO
thais.galvao@fapam.edu.br

RESUMO

Este estudo investiga a desigualdade no acesso a tratamentos médicos, focalizando as disparidades financeiras que prejudicam as pessoas mais vulneráveis. Além disso, explora a ética e legalidade dos médicos no comércio de órgãos, analisando suas responsabilidades éticas e legais. Ao abordar questões éticas, o estudo examina como os médicos podem influenciar a equidade no acesso aos transplantes, proporcionando uma análise crítica das práticas que perpetuam desigualdades. No âmbito legal, a pesquisa explora as implicações para os médicos envolvidos em práticas ilegais de transplante de órgãos, destacando as formas de responsabilização perante a legislação. Assim, o estudo oferece uma compreensão abrangente das complexidades associadas à desigualdade no acesso a tratamentos médicos, abordando as dimensões éticas e legais pertinentes à participação dos médicos no comércio de órgãos. Busca contribuir para discussões informadas e reflexões críticas, com o propósito de promover mudanças positivas no sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio De Órgãos; Desigualdade; Ética Médica; Responsabilidades Éticas E Legais, Transplantes.

FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: O DIREITO A ALIMENTOS E GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

MILTON SIMIÃO DA SILVA JÚNIOR
miltonsimiao45@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo relata a coexistência da multiespécie nas famílias contemporâneas e sua interseção com questões legais, comparada com o direito de alimentos e guarda de animais domésticos, com foco no seguinte tema-problema: “É juridicamente possível sustentar o compartilhamento de custas mensais e o compartilhamento de cuidados de animais domésticos referente a casais em processo de divórcio”. Com a crescente adoção de animais de estimação como integrantes da família, apareceu desafios jurídicos quanto à determinação de responsabilidades financeiras e de cuidado. A pesquisa analisa minuciosamente como o sistema legal explora essa questão com os princípios éticos na tomada de decisões em casos de disputa de compartilhamentos de cuidados e divisão de despesas para animais domésticos, em acontecimentos de extinção da união conjugal, e como tem ficado regido no âmbito civil brasileiro. Ao analisar abordagens mais progressistas e inovadoras, o artigo salienta a necessidade de uma base legal mais consistente para proteger os seres sencientes, na qual proporciona uma coexistência harmoniosa e digna dentro das famílias multiespécies. Para tanto, o procedimento metodológico utilizado envolveu pesquisas bibliográficas em artigos científicos, doutrinas e documental em consultas de julgados, leis, bem como projeto de leis. Partiu-se do método de abordagem dedutivo do conceito de família da Constituição Federal, para o estudo da guarda e dos alimentos, com uma análise comparativa do casamento com a família multiespécie, e as propensões referente aos seres sencientes que possui tanto sensações como sentimentos, para adaptar eficazmente.

PALAVRAS-CHAVE: Família Multiespécie; Alimentos; Guarda; Direito; Animais Domésticos.

UM ESTUDO DA SÚMULA 381 DO STJ A LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

NATÁLIA GONÇALVES LEITE
nataliagoncalvesleite91@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

Qual a relação entre a súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça - STJ e o direito dos contratos? Este trabalho busca entender como a súmula 381 convive no ordenamento jurídico com os princípios e regramentos do Direito. O objetivo geral deste trabalho é averiguar qual a relação entre a súmula e o Direito dos Contratos, tendo por justificativa do tema a ausência de previsão legal do entendimento sumulado, sua discordância em relação às disposições do Código de Defesa do Consumidor e a relevância da proteção do consumidor hipossuficiente, ante aos grandes atores capitalistas na atual sociedade de consumo. Conclui-se que a edição da súmula consiste em ativismo judicial, o qual desconsidera dois dos princípios basilares do Código Civil de 2002, o da boa-fé e isonomia. Além disso, ignora os princípios constitucionais e do direito civil, e os regramentos do Direito dos Contratos para atender aos interesses dos bancos. Assim, o STJ se posiciona de modo a garantir que o poderio econômico dos bancos tenha precedência sobre a boa-fé objetiva, abrindo passagem para que sejam pactuadas cláusulas abusivas ao particular; especialmente os em situação de vulnerabilidade. Para a metodologia deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, o procedimento metodológico utilizado foi o método indutivo e as formas de análise foram doutrinária, documental e crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Boa Fé; Súmula 381; Contratos Bancários; Direito Dos Contratos; Brasil.

A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A (IM)POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS INFRATORES

NAYARA DE CARVALHO BARCELOS
nayaracbarcellos15@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se, através da presente pesquisa científica, tratar sobre a importância das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no âmbito de ressocialização dos adolescentes infratores. Nesse esteio, compreende-se que os delitos praticados por crianças e adolescentes se enquadram em “atos infracionais” e estão sujeitos à imposição de medidas socioeducativas, para que se tenha uma possibilidade de responsabilização jurídica, pessoal e social. Em outras palavras, entende-se que crianças e adolescentes são considerados inimputáveis perante o ordenamento jurídico pátrio, podendo ser impostas medidas que visem uma mudança de comportamento e uma ressocialização adequada e válida.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas Socioeducativas; Ato Infracional; Estatuto Da Criança E Do Adolescente; Ressocialização; Direitos Fundamentais.

ADOÇÃO DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS: UM ESTUDO ÉTICO-JURÍDICO NO ORDENAMENTO LEGAL BRASILEIRO

NAYELLE PAULINA SILVA
nayellepaulinaadv@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo analisa a adoção de embriões excedentários no Brasil, questionando a existência de regulamentação legal para essa prática diante do avanço da reprodução assistida. A pesquisa explora as questões éticas e jurídicas associadas aos embriões não utilizados, comparando princípios constitucionais ligados à dignidade humana. Destaca-se a falta de base legal sólida para respaldar essa questão sensível, ressaltando a necessidade de amparo jurídico adequado. O objetivo foi avaliar se a legislação existente oferece uma cobertura abrangente para a adoção de embriões excedentes. O artigo salienta a importância de uma estrutura legal robusta para lidar com essa questão, fornecendo uma análise detalhada do status ético e legal da adoção de embriões excedentes no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; Embriões Excedentários; Fertilização In Vitro; Reprodução Assistida; Planejamento Familiar.

ANÁLISE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

NICOLE NOGUEIRA PINTO
nicole.nog.pinto@hotmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo faz uma análise científica a respeito dos honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça do Trabalho, abordando a seguinte pergunta problema: Há honorários sucumbenciais para a parte assistida por justiça gratuita na Justiça do Trabalho? Com as mudanças advindas da reforma trabalhista, surge uma possibilidade de desconstituição da gratuidade judiciária para o pagamento de honorários sucumbenciais. O presente estudo busca explicar os desafios e as controvérsias relacionadas à aplicação desses honorários aos beneficiários da justiça gratuita no contexto trabalhista, bem como os efeitos resultantes da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5766 do Supremo Tribunal Federal. São estudadas as espécies de honorários advocatícios, a aplicação dos referidos honorários na área trabalhista, as alterações desencadeadas após a reforma e os efeitos da decisão do STF. Da mesma forma, serão analisadas a natureza dos honorários e os motivos pelo qual foi instituído o instituto dos honorários advocatícios na justiça brasileira, dissertando, ao final, sobre aplicabilidade e a compatibilidade das mudanças advindas da reforma e da ADI 5766 do STF. Para isso, a metodologia utilizada abarcou as pesquisas bibliográficas em artigos científicos e doutrinas, assim como as pesquisas documentais feitas em jurisprudências, leis e julgados. Dessa forma, o método de abordagem dedutivo iniciou-se com o conceito amplo de honorários trabalhistas, e foi caminhando para uma análise específica dos honorários advocatícios sucumbenciais na justiça do trabalho direcionado para o beneficiário da justiça gratuita, fazendo uma análise interpretativa e crítica acerca das alterações advindas da reforma trabalhista, bem como um comparativo entre o antes e o depois do marco temporal da reforma e da ADI 5766.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Direta De Inconstitucionalidade; Honorários Advocatícios; Reforma Trabalhista; Sucumbência; Supremo Tribunal Federal.

A GESTAÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS POST MORTEM DE UM DOS DOADORES DE MATERIAL GENÉTICO NÃO ANÔNIMO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO SUCESSÓRIO

RAFAELLY ISABEL CRISTINA CORREIA DA SILVA
rafaellycorreiadasilva18@outlook.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo explora a sucessão de herdeiros concebidos após a morte do progenitor, destacando a omissão da Lei n.º 10.406/02 em relação aos direitos desses herdeiros. O conflito entre a legislação que define a forma de sucessão e os legitimados para suceder, juntamente com a falta de abordagem sobre concepções póstumas por métodos reprodutivos não naturais, motiva a análise do tema. A pesquisa utiliza metodologia bibliográfica e documental, adotando uma abordagem indutiva e procedendo com análises temáticas, teóricas, interpretativas e comparativas. Os entendimentos predominantes na doutrina, controles e princípios vigentes são examinados para compreender e orientar a sociedade sobre essa questão. O resultado aponta para um consenso doutrinário e jurisprudencial afirmativo sobre o direito do filho concebido após a morte do progenitor entrar na sucessão, desde que concebido dentro de um prazo bienal e com a autorização expressa do cujus para o uso do material para reprodução póstuma. Essa sucessão pode ocorrer tanto por meio da legislação padrão quanto por testamento. Uma exceção mencionada é a possibilidade de embriões criopreservados antes do falecimento do progenitor, eliminando a necessidade de expressão de vontade para esse procedimento específico.

PALAVRAS-CHAVE: Reprodução Assistida; Inseminação Artificial Post Mortem; Direito Dos Filhos; Direito De Sucessão; Filhos Concebidos Post Mortem.

A (NÃO) INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) SOBRE OS ATOS COOPERADOS E NÃO COOPERADOS DE ENTIDADE DE SAÚDE

RAFFAELA LUIZA AZEVEDO FERREIRA
raffaela.az.ferreira@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo investigar a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) em face dos atos negociais praticados por entidades cooperativas da área de saúde. O estudo se justifica em razão dos efeitos financeiros, econômicos, tributários e políticos em relação à discussão quanto à constituição e cobrança de possível crédito tributário. O tema problema é o seguinte: é legal a incidência do ISSQN à luz da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 em relação aos atos negociais praticados pelas cooperativas de saúde? O ISSQN incidente sobre os atos negociais praticados pelas entidades cooperativas no âmbito do município de Pará de Minas é lançado por homologação. Tal procedimento gera discussões a seu respeito e em relação aos valores a serem recolhidos ao erário municipal. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica, com observância à doutrina e à jurisprudência. O procedimento metodológico pautou-se pelo método dedutivo, partindo-se da concepção genérica para a mais específica. Quanto ao procedimento técnico, realizou-se a análise interpretativa e comparativa nacional, histórica e temática. O artigo foi estruturado levando-se em consideração os tópicos articulados no sumário. A não incidência do ISSQN no caso em estudo gera perda na arrecadação. Os valores substanciais não são repassados aos cofres públicos, afetando administrações posteriores, haja vista a inexistência de decisão judicial pacificada para o tema. Nas considerações finais, conclui-se pela legalidade do pagamento antecipado ao ente político municipal com fundamento na legislação complementar nacional de regência.

PALAVRAS-CHAVE: (Não) Incidência; Imposto Sobre Serviço De Qualquer Natureza (ISSQN); Atos Negociais Cooperativos; Município De Pará De Minas.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: UM ESTUDO DOS DANOS AMBIENTAIS DAS MINERADORAS E A OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO

RENATA APARECIDA DUARTE DE FARIA
duarterenata89@yahoo.com.br

CID CAPOBIANGO DE MOURA
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca responder à seguinte indagação: até que ponto o Estado pode ser responsabilizado civilmente pelos danos ambientais provocados por atividades de mineração? A hipótese central é de que o Estado possui uma responsabilidade objetiva, decorrente de sua omissão na efetiva fiscalização e controle das atividades mineradoras. Para a realização deste estudo, adotou-se uma metodologia baseada na revisão bibliográfica, compreendendo a análise crítica de uma gama diversificada de fontes, incluindo artigos científicos, livros, legislações e teses, proporcionando uma abordagem multidimensional sobre o tema em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Civil. Estado. Mineradoras Brasileiras. Danos Ambientais.

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A (IR)RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL PELA DÍVIDA TRABALHISTA DO CLUBE DE FUTEBOL

SAMUEL PEREIRA DE ASSIS COSTA
samuel.spac.adv@gmail.com

CLENDERSON RODRIGUES DA CRUZ
clenderson.cruz@fapam.edu.br

RESUMO

RESUMO: O presente artigo é um estudo sobre a responsabilidade das dívidas trabalhistas assumidas pelas associações de futebol que se organizaram em conformidade com a lei 14.193/2021, a lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Para tanto, foi feita uma retrospectiva do caminho percorrido pelo futebol brasileiro, seguida de uma breve análise do contexto de endividamento generalizado dos clubes, por meio de um estudo da estrutura das associações e da SAF, e de uma incursão sobre a sucessão trabalhista das associações e o regime centralizado de execuções. Ao final, uma análise crítica da lei da SAF é apresentada

PALAVRAS-CHAVE: Futebol; Saf; Sociedade Anônima De Futebol; Dívida Trabalhista; Clubes.

TRABALHO INFANTIL E INFLUENCERS MIRINS: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA NÃO-REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE TRABALHO

SÍLVIA DOS SANTOS MACEDO
silvia.macedox@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo deste estudo e discussão é abordar os aspectos que envolvem o trabalho infantil relacionado aos influencers mirins, entendendo-se, assim, seus efeitos, consequências e magnitude de influência em âmbito trabalhista. Conforme o processo de democratização da Internet, as redes sociais adentraram em diversas áreas, atuando como fonte de informações, meio de entretenimento e, atualmente, sendo grandes centros de compras e publicidades. Enquanto parte importante do atual cenário mercadológico, as redes sociais propiciaram a criação de uma nova profissão: os digitais influencers. Contudo, a regulamentação precária acerca deste novo meio de trabalho provoca uma série de efeitos questionáveis, sendo um destes a autoexposição e trabalho de menor, que por conseguinte configura uma ofensa ao princípio da dignidade humana e afeta o psicossocial infantil. Desta premissa, é apresentada a pergunta: é necessário que haja regulamentação das redes sociais enquanto meio de trabalho? Na visão deste trabalho, a regulamentação é necessária pois os efeitos se estendem não apenas aos digitais influencers regulares, mas também aos influenciadores mirins que estão submetidos aos efeitos do limbo jurídico decorrente da inexistência de legislação pertinente. Para tal fez-se necessária uma pesquisa realizada por um processo de aquisição de conhecimento sobre a realidade e desenvolvimento de pensamento reflexivo, por meio da qual concluiu-se a necessidade de regulamentação de redes sociais enquanto meio de trabalho, de forma que a legislação abarque, ainda, o trabalho indevido do menor. Deste modo, para atingir os objetivos de estudo propostos neste estudo utilizou-se do método de pesquisa dedutiva-crítica, ainda, com presença de elementos teóricos e interpretativos; o estudo se deu por meio de revisão bibliográfica, consultando-se livros e artigos pertinentes à temática.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho De Menor; Trabalho Infantil Artístico; Redes Sociais; Novos Meios De Trabalho.

**SISTEMA DE COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA BRASILEIRA E A VISIBILIDADE
DAS MULHERES PERTENCENTES A GRUPOS MINORITÁRIOS: UM ESTUDO
SOBRE A ÓPTICA DO ARTIGO 10, § 3º DA LEI 9.504/1997**

SORAIA APARECIDA DIAS AGUIAR
soraiaaparecida12@hotmail.com

MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS
marcio.morais@fapam.edu.br

Coorientador: Fabricio Veiga Costa
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

A busca pelo aumento da representação das mulheres em espaços políticos e decisórios é marcada historicamente por um processo de luta pautado por obstáculos de ordem cultural, econômica e social. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente as cotas de gênero para mulheres pertencentes a grupos na política brasileira, pela perspectiva da Lei de Eleições nº 9.504/1997, especificamente seu artigo 10, § 3º, compreendendo a evolução no ordenamento jurídico brasileiro após a Constituição Federal de 1988, responsável por elencar dispositivos que embasam a adoção de ações afirmativas para inclusão das mulheres na política. Esta pesquisa tem enfoque nas seguintes questões: A política de cotas para mulheres pertencentes a grupos minoritários na política é medida juridicamente válida para contrapor a discriminação de gênero e raça no âmbito político? A jurisprudência do TSE e do STF a respeito da legislação eleitoral e da inclusão de mecanismos a favor da participação feminina tem contribuído para melhorar o cenário das mulheres na política? Levanta-se como hipótese: A política de cotas por sexo corrige algumas construções sociais distorcidas e históricas de exclusão das mulheres minoritárias na esfera pública e no poder legislativo, já as cotas eleitorais de gênero cumprem com suas finalidades garantindo a isonomia entre homens e mulheres no âmbito da disputa política. Para alcançar essa questão, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, em caráter descritivo com levantamentos em sites, livros e artigos que possuem como referência ou linha de raciocínio este tema, bem como o conjunto de instrumentos normativo-legais atinentes ao escopo da análise.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas De Gênero; Inclusão Política Feminina; Lei Das Eleições; Democracia; Isonomia Na Disputa Política.

(IN)DISPONIBILIDADE DO CANNABIDIOL PARA O TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA E A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO PELO SUS

STEPHANIE ARIANE DE SOUZA QUIRINO NUNES
saquirinonunes@gmail.com

FABRICIO VEIGA COSTA
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo dispõe sobre a problemática da (in)disponibilidade do uso do cannabidiol (CBD) para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto brasileiro, e a discussão sobre a obrigatoriedade do fornecimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) levanta questões complexas sobre o acesso a terapias inovadoras, equidade no sistema de saúde e regulamentação das substâncias terapêuticas da Cannabis. O TEA é um distúrbio que afeta o neurodesenvolvimento, por se tratar de um espectro, é possível que o paciente apresente condições concomitantes e as severidades das condições variam para cada indivíduo. Portanto, devido as condições variarem conforma cada pessoa, não há um medicamento específico para auxiliar na melhoria de vida dos autistas. Os medicamentos à base de cannabis apresentaram melhorias significativas ao TEA, devido as alterações comportamentais e por auxiliar nas demais condições que são correlacionadas ao autismo, porém devido a onerosidade, o medicamento ainda não é acessível a todos os pacientes que buscam uma melhoria significativa de vida. O objetivo do presente trabalho é abordar a eficácia do medicamento, a garantia constitucional do direito à saúde e ainda apresentar as políticas públicas aplicáveis no tema em questão, com o intuito de garantir os direitos de saúde previstos a Pessoa com Deficiência, possibilitando que possua um tratamento de qualidade e eficaz sem afetar seu mínimo existencial. Seguindo a metodologia bibliográfica e documental, sendo analisado artigos científicos sobre o tema em questão, estudos de jurisprudências brasileiras, dispositivos legais sobre a garantia do direito à saúde, estudo sobre a lei da ANVISA e dos artigos que dispõe sobre o fornecimento de medicamentos, projetos de lei aprovados no Brasil, liminar concedida na Comarca de Pará de Minas. Em conclusão, verifica-se que a possibilidade e estrutura governamental de fornecer o cannabidiol de forma gratuita as famílias vulneráveis, com o intuito de garantir o direito à saúde e possibilitar uma vida digna aos que são acometidos pelo Transtorno do Espectro Autista.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Cannabidiol; Obrigatoriedade Do Cbd Pelo Sus, Tratamento Alternativo.

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA
RESTAURATIVA COMO HIPÓTESE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE
GÊNERO.**

TALITA CLARA SOUZA BUENO
talitaclara.237@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise sobre a legislação brasileira aplicada aos crimes cometidos no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, sobretudo, quanto a efetividade da lei na prevenção de novos atos. Para tanto, examina a cronologia do status social da mulher, desde o Brasil Colônia aos tempos atuais, com foco sobre o tratamento legal destinado ao sexo feminino pelo legislador. Ademais, perquire a trajetória traçada pela criminologia feminista até a conquista da Lei Maria da Penha, bem como destaca a constitucionalidade e relevância deste diploma legal, com especial atenção à possibilidade de concessão das medidas protetivas de urgência, afim de garantir agilidade na atuação contra a violência de gênero. De modo convergente a estas temáticas, realiza ainda um estudo sobre o ciclo da violência doméstica e familiar, com fulcro na compreensão destes crimes em seu caráter escalonado e cíclico, além de analisar o papel da vítima durante o processo criminal, assim como a sua percepção sobre a responsabilização do agressor. Por fim, avalia como possível solução para esta problemática, a implementação da justiça restaurativa no tratamento dos crimes cometidos no contexto de violência doméstica, elencando as principais perspectivas e riscos da aplicação das práticas restaurativas para estas vítimas. A metodologia adotada é a pesquisa teórico, bibliográfica e documental, por meio de análise histórica, temática, crítica e interpretativa.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica E Familiar; Lei Maria Da Penha; Ciclo Da Violência; Justiça Restaurativa.

OS EFEITOS DA DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL

THÉO JOSÉ DE CAMPOS MACHADO
theomachado61@gmail.com

LUCIO APARECIDO MOREIRA
lucio.moreira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo aspira auxiliar para um debate crítico e consciente acerca dos efeitos da descriminalização da maconha no Brasil, uma vez que o mesmo implica em debates controversos a respeito dos pontos de vistas sociais, econômicos e principalmente efeitos quanto à saúde pública. A temática abrange o estudo acerca do uso da maconha em âmbito nacional e internacional, repercutindo os pontos positivos e negativos já informados em nações que adotaram descriminalizar o uso da maconha. Diante disso, o intuito da análise em âmbito estrangeiro delimita como a sociedade, a legislação e os Tribunais Superiores se comportam perante o tema exposto, elaborando uma comparação social e legal com o Brasil, levantando detalhes sobre como a descriminalização da maconha poderia impactar na realidade atual do país. Por fim, serão tratados os princípios constitucionais que implicam a liberdade do cidadão em portar para consumo próprio a substância da maconha, relacionando diretamente com a atual discussão existente no Supremo Tribunal Federal (STF), nesse contexto quais seriam os reflexos causados na sociedade brasileira com a descriminalização do porte da maconha para uso pessoal e se a questão das drogas deve ser remediada com políticas de saúde pública ou com uso da força policial? Ademais, se acolhida a tese para descriminalizar a maconha no Brasil, é possível que vejam um forte avanço contra o tráfico de drogas, como também um meio para aqueles usuários se sentirem confortáveis em buscar ajudas públicas e sair de ciclo vicioso, do mesmo modo que as pessoas não sofreram nenhuma consequência penal por usar dos produtos derivados da cannabis sativa. Por outro lado, vale destacar que, com indústrias especializadas no cultivo da planta, a qualidade dos produtos oferecidos ao público tomaria caminhos diferentes daqueles cujo tráfico ilícito de drogas proporciona.

Tratando-se de metodologia, utilizar-se-á do instituto metodológico da pesquisa em doutrinas bibliográficas e documental, tendo como marco teórico pesquisa realizada no estado de São Paulo pela Associação Brasileira de Jurimetria, produzido com a finalidade de identificar dados técnicos para que haja um melhor esclarecimento perante a aplicação da Lei de Drogas na conduta do usuário de maconha e sua possível evolução, observando também as diversas opiniões de especialistas no âmbito jurídico, como também especialistas em saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras Chave: Descriminalização; Maconha; Desigualdade Social; Supremo Tribunal Federal.